

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 408 - Ano XII - 12/11/2012 - ISSN 1981-8769



Palestina e Israel. A luta pela Paz Justa

Silvia Ferabolli

Os palestinos e a luta pelo direito de existir

David Neuhaus

O papel religioso no conflito do mundo árabe

Yusef Daher

O problema do uso de padrões duplos em relação a Israel

E MAIS

Christoph Theobald:

Por uma Igreja pluripatriarcal e não somente centrada em Roma

Cesar Sanson:

Guarani-Kaiowá: A indizível violência contra um povo

Gilberto Faggion:

Sociedade sustentável. Um debate em ambiente virtual

Palestina e Israel.

A luta pela Paz Justa

Nos dias 28 de novembro a 1º de dezembro, realiza-se, em Porto Alegre, o Fórum Social Mundial Palestina Livre.

A **IHU On-Line** desta semana, com a assessoria de Nancy Cardoso Pereira, mestre e doutora em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo – Umesp, e pós-doutora em História Antiga pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, pastora da Igreja Metodista e membro do Palestine Israel Ecumenical Forum (PIEF)/World Council of Churches (WCC), debate o grave e dramático conflito de mais de 50 anos e discute os desafios, os limites e as possibilidades de uma ‘Paz Justa’.

Participam da edição Silvia Ferabolli, mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e doutoranda em Política e Estudos Internacionais pela Escola de Estudos Orientais e Africanos da Universida-

de de Londres – SOAS, University of London, o jesuíta David M. Neuhaus, judeu, atualmente vigário patriarcal para os católicos de língua hebraica de Israel e coordenador da Pastoral entre Migrantes do mesmo país, Rifat Odeh Kassis, palestino, coordenador do Programa de Acompanhamento Ecumênico na Palestina e em Israel do Conselho Mundial de Igrejas – CMI, Viola Raheb, palestina, trabalha na Igreja Evangélica Luterana da Jordânia e Palestina, Manuel Quintero Pérez, jornalista e presbítero diaconal da Igreja Presbiteriana Reformada em Cuba, coordenador internacional do Programa de Acompanhamento Ecumênico na Palestina e Israel – PAEPI/EAPPI com sede em Genebra, Suíça, Yusef Daher, secretário executivo do Jerusalém Inter-Church Center of the Heads of Churches of Jerusalém, Marc H. Ellis, autor de mais de 20 livros, incluindo o inovador *Toward a Jewish Theology of Liberation* (“Para uma teologia judaica da Libertação”) e Marcelo Buzetto, membro do Setor de Rela-

ções Internacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Participam igualmente do debate, com os seus depoimentos, Eduardo Minossi de Oliveira, geógrafo, e Érico Teixeira de Loyola, formado em Direito, ambos luteranos, que foram observadores, na Palestina, de direitos humanos através do Programa de Acompanhamento Ecumênico na Palestina e Israel – PAEPI/EAPPI.

A presente edição é completada por mais três entrevistas. Uma com Christoph Theobald, professor do Centro Sèvres, Paris, outra com Márcio Fabri dos Anjos, membro da Câmara Técnica de Bioética do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo e, finalmente, com Gilberto Faggion, professor da Unidade de Ciências Econômicas da Unisinos.

A todas e a todos uma ótima semana e uma excelente leitura!



**Instituto Humanitas
Unisinos**

Endereço: Av.
Unisinos, 950,
São Leopoldo/RS.
CEP.: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 - ramal 4128.
E-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.
Gerente Administrativo: Jacinto
Schneider (jacintos@unisinos.br).

IHU

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU ISSN 1981-8769. IHU On-Line pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas – Residência Conceição.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br).
Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (grazielaw@unisinos.br).
Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br), Patricia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br) e Thamirism Magalhães MTB 0669451 (thamirism@unisinos.br).
Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br).

Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR.

Projeto gráfico: Agência Experimental de Comunicação da Unisinos - Agexcom.

Editoração: Rafael Tarcísio Forneck

Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Patricia Fachin, Luana Nyland, Natália Scholz, Wagner Altas e Mariana Staudt

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **O conflito entre Israel e a Palestina**
- 7 **Silvia Feraboli:** Os palestinos e a luta pelo direito de existir
- 12 **David M. Neuhaus:** O papel religioso no conflito do mundo árabe
- 15 **Marc H. Ellis:** O direito à liberdade dos palestinos
- 17 **Yusef Daher:** O problema do uso de padrões duplos em relação a Israel
- 19 **Viola Raheb:** Um sistema político discriminatório e opressivo
- 21 **Manuel Quintero Pérez:** Terrorismo versus segurança
- 25 **Rifat Odeh Kassis:** “Para os palestinos, a perspectiva de uma paz verdadeiramente justa é improvável”
- 28 **Eduardo Minossi de Oliveira e Érico Teixeira de Loyola:** A falta de vontade política nas decisões sobre o conflito Israel X Palestina
- 31 **Marcelo Buzetto:** MST e Via Campesina: solidariedade com a heroica resistência popular
- 34 **Baú da IHU On-Line**

DESTAQUES DA SEMANA

- 36 **ENTREVISTAS DA SEMANA:** Christoph Theobald: Por uma Igreja pluripatriarcal e não somente centrada em Roma
- 39 **ENTREVISTAS DA SEMANA:** Márcio Fabri dos Anjos: Como vencer as barreiras da individualidade?
- 44 **ARTIGO DA SEMANA:** Cesar Sanson: Guarani-Kaiowá: A indizível violência contra um povo
- 47 **DESTAQUES ON-LINE**

IHU EM REVISTA

- 49 **AGENDA DA SEMANA**
- 50 **Gilberto Faggion:** Sociedade sustentável. Um debate em ambiente virtual
- 54 **IHU Repórter:** Marcelo Adriano Diogo



twitter.com/ihu



bit.ly/ihufacebook



www.ihu.unisinos.br

Tema de Capa

Destques
da Semana

IHU em
Revista

O conflito entre Israel e a Palestina

POR THAMIRIS MAGALHÃES

Quando se fala do conflito no mundo árabe, que assola a população de ambos os lados há mais de 50 anos, busca-se entender o que de fato está em jogo.

Quais as origens do conflito? Trata-se de uma questão econômica e geopolítica, ou religiosa e cultural? Ou todas elas estão mutuamente implicadas?

Os entrevistados desta edição buscam responder à questão

Quais as origens do conflito entre israelenses e palestinos? Seriam elas de natureza econômica e geopolítica, ou religiosa e cultural?

Com certeza econômica e geopolítica, pois a Palestina sempre foi um território estratégico para os impérios e potências da região. Sua localização fez dela uma importante rota comercial terrestre e marítima. Ela está próxima da Europa, banhada pelo mar Mediterrâneo, e está na porta de entrada para a Ásia fazendo fronteira com a África. Pelo seu litoral sempre entraram e saíram pessoas e mercadorias, e também exércitos. A Palestina era para ser uma nação livre, soberana e independente, com judeus, cristãos e muçulmanos compartilhando o território em paz. No século XIX, época de dominação da Palestina pelo Império Turco-Otomano, surge, na Europa, o movimento sionista.

Marcelo Buzetto, do Setor de Relações Internacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e professor de Geopolítica do Mundo Contemporâneo no curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Fundação Santo André.

O conflito entre israelenses e palestinos é político e, exatamente por

ocorrer no espaço do político, é que engloba a economia, a geopolítica, a religião e a cultura. O espaço do político é o espaço das relações de poder e são essas relações - complexas, múltiplas e em constante mutação – que explicam a realidade (em si uma construção que se manifesta no campo do político) do conflito israelense-palestino.

Silvia Feraboli, mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e doutoranda em Política e Estudos Internacionais pela Escola de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres – SOAS, University of London.

Precisamos ver o conflito em seu contexto histórico. O movimento sionista, que fazia parte do movimento colonial global, queria desempenhar certo papel e se beneficiar da atitude mental colonial que estava disseminada na Europa. O resultado disso foi a ocupação e colonização de muitos países africanos e asiáticos. Os sionistas queriam ter seu próprio Estado a fim de ter seu próprio mercado para cuidar de seus interesses. Eles acharam a Palestina um alvo fácil, devido ao fato de que muitos judeus têm uma ligação emocional com a Terra Santa e era fácil convencê-los a fugir da perseguição na Europa indo para a Palestina, onde estabeleceram seu próprio Estado a partir da destruição das esperanças e aspirações palesti-

nas. Em suma, o conflito é fundamentalmente político e gira em torno de terra e recursos, mas ele tem algumas outras facetas (religião, cultura, etc.). As causas básicas do conflito se encontram na natureza do movimento sionista, que é excludente e racista e estava (e ainda está) disposto a implementar seu próprio projeto político às custas dos palestinos – os proprietários e habitantes dessa terra.

Rifat Odeh Kassis, força motriz e um dos coautores do documento Kairós Palestina¹. Foi coordenador geral do Grupo Kairós Palestina desde seu início. Em 2006, publicou seu primeiro livro, intitulado “Palestina: Uma ferida sangrenta na consciência do mundo”, e, em 2008, foi coautor de um livro intitulado “Cristãos palestinos: fatos, números e tendências”. Em 2011, publicou seu terceiro livro, “Kairós para a Palestina”.

A questão é política em geral, mas com o tempo tornou-se econômica, cultural e religiosa também. A origem do problema foi exportada do Ocidente depois do Holocausto, onde uma nação teve de ser encontrada para os judeus e eles escolheram a minha nação.

Yusef Daher, Secretário Executivo do Jerusalém Inter-Church Center of the Heads of Churches of Jerusalém,

¹ Saiba mais sobre o documento em <http://bit.ly/To517P> (Nota da IHU Online)

em associação com o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e com o Conselho de Igrejas do Oriente Médio.

As origens do conflito israelense-palestino são principalmente políticas e econômicas. O conflito tem a ver com a terra, o acesso e controle dela, e com os recursos da terra. Tem a ver com direitos nacionais, incluindo o direito à autodeterminação nacional. Por isso, é importante lembrar que esse conflito não iniciou com a guerra de 1948, que é, para os palestinos, o “Nakba” (Dia da Catástrofe) e, para os israelenses, o Dia da Independência, mas tem raízes históricas que são de natureza geopolítica e econômica.

Viola Raheb, membro de numerosas organizações e comitês de diálogo intercultural e inter-religioso. Publicou numerosos livros e artigos e realizou vários projetos de pesquisa. Começou sua carreira no campo da educação formal e informal em 1995, sendo vice-diretora das Escolas Evangélicas Luteranas da Jordânia e Palestina de 1995 a 1998 e, ao mesmo tempo, chefe do Departamento de Re-

lações Públicas do Centro Internacional de Belém.

Neste caso, não há “ou”. Trata-se de um conflito complexo, que teve início no século XIX, quando judeus começaram a imigrar em massa para a Palestina como parte de um nascente movimento nacional judaico. Os palestinos viram isso como parte do colonialismo europeu. Os judeus que adotaram a ideologia sionista sustentavam que estavam “indo para casa”. Quando o mundo ocidental se deu conta do que tinha acontecido durante a Segunda Guerra Mundial, quando seis milhões de judeus foram assassinados pelos nazistas, ele reconheceu as reivindicações judaicas à Palestina, e as Nações Unidas decidiram por uma partição da terra entre palestinos e judeus. Isso colocou os alicerces para o estabelecimento do Estado de Israel, embora o plano de partição jamais tenha sido implementado.

A realidade atualmente é que os judeus e os palestinos chamam essa terra de seu país. Hoje, o conflito se expressa em termos nacionais, étni-

cos, culturais e religiosos, e também há muitas questões econômicas em jogo. Atualmente, Israel controla toda a Palestina histórica, com bolsões de autonomia palestina cercados por postos israelenses de controle militar fronteiriço. Os israelenses judaicos realizaram seu sonho de um Estado nacional, mas não alcançaram a segurança que desejam. Os palestinos continuam não tendo qualquer independência real e também vivem em grande insegurança. Alguns palestinos vivem em Israel como cidadãos, mas sofrem discriminação. Alguns palestinos vivem nos Territórios Palestinos, ocupados por Israel em 1967, e suportam as dificuldades e sofrimentos da ocupação, do sítio e da estagnação. Muitos outros palestinos vivem no exílio, sonhando com um retorno à terra de seus ancestrais.

David M. Neuhaus nasceu em Johannesburgo, na África do Sul. Em 2000, foi ordenado sacerdote católico romano. Em 2009, foi nomeado vigário patriarcal para os católicos de língua hebraica de Israel. E em 2011 passou a ser coordenador da Pastoral entre Migrantes em Israel.

Evento: IHU Ideias

Palestra: O racismo na literatura de Monteiro Lobato e Mark Twain: paranoia ou mistificação?

Palestrante: Wagner Altes - Licenciado em Letras/Inglês pelo Centro Universitário Unilasalle

Data: 22-11-2012

Horário: 17h30 às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Mais informações: <http://migre.me/bB6tf>

Os palestinos e a luta pelo direito de existir

Os palestinos lutam hoje pelo reconhecimento da comunidade internacional da Palestina como Estado e pelo direito de andar livres nas ruas de seu suposto Estado sem serem barrados, fichados, presos ou mortos pelo exército israelense, assinala Silvia Feraboli

POR THAMIRIS MAGALHÃES

Em relação ao conflito entre israelenses e palestinos, a mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e doutoranda em Política e Estudos Internacionais pela Escola de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres – SOAS, University of London, Silvia Feraboli, afirma que se trata de uma questão política e, exatamente por ocorrer no espaço do político, é que engloba a economia, a geopolítica, a religião e a cultura. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, a também graduada em Jornalismo enfatiza que, em retrospecto, pode-se ver que os palestinos vêm lutando há décadas exatamente pela mesma coisa, mas de maneiras diferentes – “lutam pelo direito de existir”.

A pesquisadora afirma que não acredita na criação de dois Estados. “Israel e Palestina estão tão profundamente interligados, devido à construção ininterrupta de assentamen-

tos judaicos, que não é mais viável, hoje, a criação de um Estado palestino”. Para ela, já existem diversos grupos israelenses e palestinos que pregam a criação de uma federação israelo-palestina. “Essa seria a mais lógica das soluções para a situação que os palestinos enfrentam hoje: direitos iguais para israelenses e palestinos, dentro de uma federação que unisse os dois Estados”.

Silvia Feraboli é graduada em Jornalismo pela Unisinos, mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e doutoranda em Política e Estudos Internacionais pela Escola de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres – SOAS, na Universidade de Londres, Inglaterra. É autora do livro *Relações Internacionais do Mundo Árabe: os desafios para a realização da utopia pan-Arabista* (Curitiba: Editora Juruá, 2009).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual é o maior problema enfrentado pelo povo palestino e o que – ou pelo quê – esse povo luta?

Silvia Feraboli – Essa pergunta pode ser respondida de diferentes maneiras, dependendo apenas da data que você acrescentar a ela. Por exemplo, se se pergunta *Qual é o maior problema enfrentado pelo povo palestino e o que – ou pelo quê – esse povo luta hoje – 1940?*, poder-se-á responder dizendo que a primeira Intifada¹ palestina acon-

tece na segunda metade da década de 1930, quando os palestinos lutavam pelo fim das compras em massa por parte de imigrantes judeus

um inimigo estrangeiro, mas tem sido especialmente utilizado para designar dois fortes movimentos da população civil da palestina contra a presença israelense nos territórios ocupados e em certas áreas teoricamente devolvidas à Autoridade Palestina (Faixa de Gaza e partes da Cisjordânia). O termo surgiu após o levante espontâneo que eclodiu a partir de 9 de dezembro de 1987, com a população civil palestina atirando paus e pedras contra os militares israelenses. Este levante seria conhecido mais tarde como “Primeira Intifada”, mesmo que a primeira Intifada palestina tenha ocorrido na década de 1930. (Nota da **IHU On-Line**)

(ainda não eram israelenses) de terras palestinas. Os primeiros boicotes contra produtos produzidos nos “kibutz²” judaicos estabelecidos em áreas palestinas (controladas pela Inglaterra dentro do sistema de mandatos da Organização das Nações Unidas – ONU) também são dessa época, assim como são as formações de grupos judaicos que hoje

2 Kibutz: forma de coletividade comunitária israelita. Apesar de existirem empresas comunais (ou cooperativas) noutros países, em nenhum outro as comunidades coletivas voluntárias desempenharam papel tão importante como o dos kibutzim em Israel, onde tiveram função essencial na criação do Estado judeu. (Nota da **IHU On-Line**)

¹ **Intifada:** termo que pode ser traduzido como “revolta”. É frequentemente empregado para designar uma insurreição contra um regime opressor ou

poderiam ser chamados de terroristas como Haganah³, Irgun⁴ e Stern. Nessa época, então, os palestinos enfrentavam a expansão das colônias judaicas em áreas palestinas, o terrorismo judaico e a ocupação britânica. Essa situação culminaria, em 1948, com a proclamação do Estado de Israel e o reconhecimento desse Estado por parte da ONU.

Se se pergunta *Qual é o maior problema enfrentado pelo povo palestino e o que – ou pelo quê – esse povo luta hoje – 1960?,* poder-se-á responder que antes de 1967, o maior problema enfrentado pelos palestinos era como retomar suas supostas terras – supostas porque nunca houve um Estado palestino, fato que levou Golda Meir⁵ a proferir sua famosa frase: *“There is no such thing as a Palestinian people... It is not as if we came and threw them out and took their country. They didn't exist”*. Golda Meir referia-se a ideia de que os palestinos não existiam porque nunca tiveram um Estado. Sob o Império Otomano⁶, os palestinos viviam

3 **Haganá:** organização paramilitar judaica de caráter sionista, que se iniciou ainda na década de 1920 e lutava contra os pogroms, a ocupação britânica na Palestina e também contra a população originária de árabes na Palestina. Foi com base no Haganá que as Forças de Defesa de Israel foram formadas, não só pelo treino militar dos seus membros, como pela sua proximidade com a Agência Judaica, de Ben-Gurion. (Nota da IHU On-Line)

4 **Irgun:** organização paramilitar sionista que operou durante o Mandato Britânico da Palestina (1931 - 1948). (Nota da IHU On-Line)

5 **Golda Meir (1898-1978):** uma das fundadoras do Estado de Israel. Emigrou para a Palestina no ano de 1921, onde militou no sindicato Histadrut e no partido trabalhista Mapai. Além de primeira embaixadora israelense na extinta URSS em 1948, ela foi ministra do Bem-Estar Social, ministra do Exterior, secretária-geral do Mapai e foi o quarto primeiro-ministro de Israel, entre 1969 e 1974. Conhecida pela firmeza de suas convicções, estava à frente do Estado de Israel em seu momento mais dramático: a Guerra do Yom Kippur, na qual tropas egípcias e sírias atacaram Israel, cuja população estava distraída pelas comemorações do Dia do Perdão judaico. (Nota da IHU On-Line)

6 **Império Otomano:** Estado turco que existiu entre 1299 e 1922 e que no seu auge compreendia a Anatólia, o Médio Oriente, parte do norte de África e do sudeste europeu. Foi estabelecido por uma tribo de turcos oguzes no oeste da Anatólia e era governado pela dinastia Otomana. (Nota da IHU On-Line)

“O conflito entre israelenses e palestinos é político e, exatamente por ocorrer no espaço do político, é que engloba a economia, a geopolítica, a religião e a cultura”

em áreas conhecidas como Grande Síria; mais tarde, sob o sistema de mandatos e a repartição de territórios árabes entre Inglaterra e França (ver Sykes-Picot)⁷, os palestinos estavam, em parte, incluídos em território egípcio (faixa de Gaza) e, em parte, em território jordaniano (Cisjordânia ou West Bank). Note-se que o nacionalismo judaico, animado pelo espírito sionista, estava impregnado nas palavras de Golda Meir, que não conseguia reconhecer como “povo” ou mesmo como “pessoas” indivíduos não pertencentes a um Estado. Na verdade, as “origens” (embora eu não goste dessa palavra) do conflito israelo-palestino como vemos hoje está exatamente no nacionalismo judaico e no espírito sionista que o anima – “uma terra sem povo para um povo sem terra”.

7 **Acordo Sykes-Picot:** assinado em 16 de maio de 1916, foi um ajuste secreto entre os governos do Reino Unido e da França que definiu as suas respectivas esferas de influência no Oriente Médio após a Primeira Guerra Mundial. Os limites estabelecidos pelo acordo ainda permanecem na maior parte da fronteira comum entre a Síria e o Iraque. O acordo foi negociado em novembro de 1915 pelo diplomata francês François Georges-Picot e pelo britânico Mark Sykes. (Nota da IHU On-Line)

Palestina – terra sem povo

A terra sem povo era a Palestina, já que os palestinos, não tendo Estado, não poderiam “existir” enquanto povo. O povo sem terra, os judeus, já constituíam um povo exatamente por causa do movimento nacionalista judaico. Note-se, então, que a questão palestina é atravessada por uma discussão maior, que é aquela das formações estatais nos séculos XIX e XX e da sinonímia que acabou por se formar entre povo e Estado (como se o Estado fosse a expressão física do ideal de unificação de um povo). Por muito tempo, acreditamos que povos formavam Estados. Hoje, contudo, já se sabe que os Estados é que formam povos. Dessa forma, a famosa frase de Golda Meir poderia ser da seguinte forma reescrita: *“there is no such a thing as an Israeli people”*, porque os israelenses não existiam antes da criação do Estado de Israel, ou seja, os israelenses são uma criação do Estado de Israel. Claro que há relatos na Bíblia sobre os israelenses, assim como há sobre os Filisteus (*Falastini* em árabe), mas o palestinos – ou *falastini* – como entendemos hoje, e os israelenses, como então compreendidos, são criações modernas que seguem a lógica da formação dos Estados-nação.

Todavia, se for perguntado: *Qual é o maior problema enfrentado pelo povo palestino e o que – ou pelo quê – esse povo luta hoje – 1980?,* poder-se-á dizer que, com a Guerra dos Seis Dias⁸, em 1967, que levou a anexação israelense dos territórios palestinos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia e a ocupação efetiva desses territórios por parte do exército israelense, os palestinos passaram, então, a lutar pelo respeito de Israel à resolução da ONU que fez a partilha da Palestina em 1948. Ou seja, os palestinos passaram a reivindicar que Israel acatasse as decisões da ONU e retrocedesse às linhas de 1948. Essa é uma luta que dura já quase 50 anos e que não será vencida pelos palestinos porque não há mais chance

8 **Guerra dos Seis Dias:** conflito armado que opôs Israel a uma frente de países árabes: Egito, Jordânia e Síria, apoiados pelo Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Argélia e Sudão. O crescimento das tensões entre os países árabes e Israel, em meados de 1967, levou ambos os lados a mobilizarem as suas tropas. (Nota da IHU On-Line)

de voltar às linhas de 1948 devido às construções em massa de assentamentos judaicos em territórios palestinos.

Conferência de Madrid e Acordos de Oslo

O início da década de 1990 assistiu a um novo capítulo rumo à capitulação dos palestinos em face do poder político israelense e esse capítulo pode ser intitulado Conferência de Madrid e Acordos de Oslo. A Conferência de Madrid tirou a questão palestina da jurisdição da ONU e inaugurou a fase da “mesa de negociações”, com palestinos de um lado e israelenses de outro. Porque Yasser Arafat⁹, o líder da então Organização para a Libertação da Palestina (OLP), aceitou abrir mão da mediação da ONU e suas negociações com Israel são objetos de estudo até hoje por parte de especialistas da região. Mas uma coisa é certa – esse foi um dos maiores erros cometidos pela liderança palestina na história da luta desse povo por autonomia política e emancipação econômica.

Se a questão for: *Qual é o maior problema enfrentado pelo povo palestino e o que – ou pelo quê – esse povo luta hoje – 2012?*, respondo que estive em Israel e na Palestina (já que o Brasil reconhece a Palestina como Estado, vamos usar letras maiúsculas para escrever o nome do “país”) em 2010, e das entrevistas que realizei em Jerusalém, Belém e Ramallah (atual capital da Autoridade Nacional Palestina – ANP) e pelo que observei durante o tempo que estive lá, posso afirmar que o maior problema enfrentado pelos palestinos, hoje, se relaciona com os pífios resultados do “processo de paz” e das consequências nefastas que ele tem tido sobre a política palestina – começando pela ruptura entre o Hamas¹⁰ e o Fatah¹¹.

⁹ Yasser Arafat (1929-2004): líder da Autoridade Palestiniense, presidente (desde 1969) da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), líder da Fatah, a maior das facções da OLP, e co-detentor do Nobel da Paz. (Nota da IHU On-Line)

¹⁰ Hamas: organização palestina, de orientação sunita, que inclui uma entidade filantrópica, um partido político e um braço armado, as Brigadas Izz ad-Din al-Qassam. É o mais importante movimento fundamentalista islâmico palestino. (Nota da IHU On-Line)

¹¹ Fatah ou Al-Fatah: Movimento de Libertação Nacional da Palestina. Organização política e militar, fundada em 1964

“Pode-se ver que os palestinos vêm lutando há décadas exatamente pela mesma coisa, mas de maneiras diferentes – lutam pelo direito de existir”

Condição atual dos palestinos

Os palestinos vivem uma situação muito parecida com aquelas dos judeus na Alemanha nazista: são abordados, presos ou mortos pelo exército israelense sem direito a julgamento, apelação ou qualquer dos termos jurídicos a que estamos acostumados. Aos palestinos só é permitido acesso a Jerusalém sob condições estritas estipuladas por Israel (e deve-se lembrar de que há um muro dividindo Jerusalém do restante da Palestina) e qualquer violação, por mínimo que seja, dessas regras, pode levar a proibição permanente de qualquer visita a Jerusalém. Milhares de famílias foram separadas por essas leis e até hoje palestinos residentes em Jerusalém não podem casar-se com indivíduos residentes fora deste local – a não ser que abram mão de residência em Jerusalém.

Jovens israelenses, de 20 e poucos anos, andam de bermuda, chinelo de dedos e metralhadoras. Foi recentemente divulgada uma foto na internet de uma soldada israelense de biquini, na praia com seus amigos, ar-

pelo engenheiro Yasser Arafat e Khalil al-Wazir (Abu Jihad), e outros membros da diáspora palestina, como Salah Khalaf e Khaled Yashruti. É a maior facção da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), uma confederação multipartidária. Pode ser definido como um partido de centro-esquerda no contexto da política palestina. (Nota da IHU On-Line)

mada com uma metralhadora. É muito comum andar-se nas ruas de Israel e ser “cutucado” nas costas ou nos braços pela ponta da metralhadora de um soldado israelense ao seu lado na fila do café. Muito simpáticos, costumam desculpar-se com os turistas pelo “incômodo” com uma expressão que parece dizer “mas sabe como é, temos que estar sempre prontos para matar algum palestino que saia da linha”.

Em suma, os palestinos lutam em 2012 pelo reconhecimento da comunidade internacional da Palestina como Estado e pelo direito de andar livres nas ruas de seu suposto Estado sem serem barrados, fichados, presos ou mortos pelo exército israelense. Em retrospecto, pode-se ver que os palestinos vêm lutando há décadas exatamente pela mesma coisa, mas de maneiras diferentes – lutam pelo direito de existir.

IHU On-Line – Quando o nacionalismo árabe começou a tomar forma?

Silvia Feraboli – O nacionalismo árabe começa a tomar forma mais ou menos na mesma época em que os nacionalismos judaico, italiano e alemão tomam forma, ou seja, no final do século XIX. Sati al-Husri é considerado o grande formulador da ideia de nação árabe, resumida na abertura do manifesto de criação do partido nacionalista Ba’ath – “só há uma nação árabe, com direito a viver em um único Estado”. Contudo, é importante ressaltar que o nacionalismo árabe vai diferenciar-se das outras formas de nacionalismo por ter sofrido diferentes interpretações ao longo do tempo e, hoje, considera-se o nacionalismo árabe mais um “vocabulário” do que exatamente um “movimento”; mais uma fonte de inspiração do que um conjunto de dogmas típico dos movimentos nacionalistas.

IHU On-Line – A seu ver, por que muitas pessoas que manifestaram sua indignação contra a política israelense não encontraram eco em suas ações por parte de seus chefes de Estado?

Silvia Feraboli – Essa é uma excelente questão e penso que é difícil para o governo brasileiro, por

exemplo, romper relações com Israel. Permita-me explicar: quando você conhece Israel e os israelenses, percebe que eles não são aqueles contra os quais as manifestações de repúdio a Israel se dirigem. Simpáticos, religiosos e trabalhadores, os israelenses, em sua maioria, são tão vítimas das ações da cúpula política israelense quanto os pobres do Brasil são da corrupção e do descaso das lideranças políticas que governam o país.

Um israelense já nasce imerso em caldo sionista e muitos lutam contra isso, mas é difícil. Desde pequenos, são ensinados a temerem e odiarem árabes, palestinos e muçulmanos. Estudam sob um sistema de ensino construído de modo a legitimar as ações do Estado de Israel; homens e mulheres passam anos no serviço militar obrigatório, que reforça seu senso de “defender” o país contra a “ameaça” palestina; e, por fim, são capturados por uma mídia tendenciosa que silencia sobre as ações de Israel contra os palestinos e constrói um verdadeiro circo midiático em torno que qualquer lançamento de foguete por parte do Hamas em território israelense que, convenhamos, até hoje não matou diretamente ninguém.

Punição para quem?

O que estou tentando dizer é que os israelenses não devem ser punidos por outros povos por causa das ações de suas lideranças políticas. São eles que elegem esses líderes? Sim, assim como são os brasileiros que elegem Paulo Maluf e Tiririca e nem por isso devemos ser considerados culpados pelas mazelas do país. Essa é uma discussão muito complexa e relaciona-se diretamente com os *insights* de Foucault¹² sobre o poder não estar

12 Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Em três edições a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível para download em <http://migre.me/vMiS>, edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://migre.me/vMj7>, e edição 364, de 06-06-2011, disponível em <http://bit.ly/k3Fcp3>. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento *Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault*, que também foi tema da edição número 13 dos *Cadernos IHU em Formação*, disponível para download em <http://migre.me/vMjd> sob o título *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política*

“Os israelenses não devem ser punidos por outros povos por causa das ações de suas lideranças políticas”

concentrado em um indivíduo, em um grupo, mas em atravessar todo o corpo social – a política, a economia, a cultura, a religião. Enfim, tudo são relações de poder e exigir, por exemplo, que o Brasil puna Israel de algum modo é desconhecer o tipo de relações de poder que se estabelecem, dentro do Estado de Israel, entre o governo, os grupos religiosos, os sionistas norte-americanos (os grandes “vilões” de acordo com Edward Said¹³) e os cidadãos israelenses.

IHU On-Line – O que motiva o apoio dos Estados Unidos da América a Israel? Em que se fundamenta o suporte irrestrito dado, ao longo da história, pelos governos americanos ao Estado de Israel?

Silvia Ferabolli – Esse assunto foi discutido por John Mearsheimer e Stephen Walt em *The Israel lobby*

e a ética. Confira, também, a entrevista com o filósofo José Ternes, concedida à IHU On-Line 325, sob o título *Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico*, disponível em <http://migre.me/zASO>. De 13 a 16 de setembro de 2010 aconteceu o XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Para maiores informações, acesse <http://migre.me/JyaH>. Confira a edição 343 da IHU On-Line, intitulada *O (des)governo biopolítico da vida humana*, publicada em 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/bi5U9l>, e a edição 344, intitulada *Biopolítica, estado de exceção e vida nua*. Um debate, disponível em <http://bit.ly/9SQcgl>. A edição 364, de 06-06-2011 é intitulada “*História da loucura*” e o discurso racional em debate, inspirada na obra *História da loucura*, e está disponível em <http://bit.ly/lXBq1m>. (Nota da IHU On-Line)

13 Edward Said (1935-2003): teórico literário palestino-americano, além de ativista palestino. (Nota da IHU On-Line)

and US foreign policy, causando uma enorme polêmica nos Estados Unidos. Nesse trabalho, os autores explicam em detalhes como o lobby israelense em Washington vem trabalhando há décadas na construção e manutenção de relações privilegiadas entre os Estados Unidos e Israel. Como pensadores das Relações Internacionais que são, Mearsheimer e Walt buscavam entender por que os Estados Unidos continuavam a manter esse tipo de relação com Israel quando sabe-se que, desde o fim da Guerra Fria (e já se vão mais de 20 anos!), Israel não era mais um “trunfo” norte-americano, mas um “fardo”. Em suas pesquisas, os autores descobriram o poder do lobby israelense em Washington e os efeitos nefastos que esse lobby tem sobre a política externa norte-americana para o Oriente Médio e para os povos árabes-muçulmanos (vide a pressão já quase insuportável que esse lobby exerce sobre os Estados Unidos para que esses ataquem o Irã, por exemplo).

Assim como Mearsheimer e Walt, eu também acredito que a única coisa que pode explicar a irracionalidade da política externa norte-americana para o Oriente Médio é o poderoso lobby israelense em Washington que levou inclusive o então candidato à presidência dos Estados Unidos, Barak Obama, a dizer na sede da AIPAC (American Israel Public Affairs Committee) que Jerusalém ainda seria chamada de capital do Estado de Israel. Essa declaração foi feita ou por um Obama completamente ignorante da situação no Oriente Médio ou por um Obama já capturado pelo poder do lobby israelense em Washington. Note que sentado à mesa de negociações estão, de um lado, o Estado de Israel, apoiado incondicionalmente pela maior potência militar do planeta e, de outro, a Autoridade Nacional Palestina, dividida por tensões internas e sem o apoio explícito de nenhum membro da comunidade internacional. É por isso que insisto que seja abandonado de vez o clichê: “é preciso que israelenses e palestinos voltem à mesa de negociações”. Quando as relações de poder que se estabelecem entre duas partes são tão absurdamente

desequilibradas, não é possível haver negociações, porque um dos lados está ali apenas para ceder, e esse lado é o dos palestinos.

IHU On-Line – Que solução você daria para o conflito israelo-palestino? A criação de dois Estados seria o mais viável ou não? Por quê?

Silvia Feraboli – Sinceramente, não acredito na criação de dois Estados. Israel e Palestina estão tão profundamente interligados, devido à construção ininterrupta de assentamentos judaicos, que não é mais viável, hoje, a criação de um Estado palestino. Já existem diversos grupos israelenses e palestinos (sim, existe uma intensa, embora restrita, interação de israelenses e palestinos verdadeiramente comprometidos com uma solução justa para os dois lados) que pregam a criação de uma federação israelo-palestina. Essa seria a mais lógica das soluções para a situação que os palestinos enfrentam hoje: direitos iguais para israelenses e palestinos, dentro de uma federação que unisse os dois Estados.

Contudo, já se antecipando ao crescimento desse movimento pró-federação, o Estado de Israel aprovou uma lei que determina que o Estado de Israel é um Estado judaico (ou seja, a cidadania israelense será dada apenas a judeus) e todos os que vivem nesse Estado devem jurar defender Israel *como um Estado judaico*. Essa lei elimina qualquer possibilidade de uma federação entre os dois países, ou seja, não há solução para o conflito, pelo menos não dentro da lógica de “Estado” como conhecemos hoje. Talvez a solução para o problema dos palestinos (e dos curdos também, nesse sentido) só possa ser encontrada dentro de um arranjo de unidades políticas diferentes do Estado. O Estado existe há muito pouco tempo para que tenhamos que pensar na vida política única e exclusivamente dentro da lógica de sua existência.

IHU On-Line – Como avalia a postura, em geral, de Israel para com o povo palestino?

“Se Israel não reconhece a Palestina como Estado, os Estados Unidos não reconhecerão também. Simples assim”

Silvia Feraboli – Os palestinos são vistos pelo Estado de Israel como um empecilho para a realização de seu “potencial estatal” – pedras que devem ser removidas do caminho da marcha israelense rumo à construção de um grande Estado judaico.

IHU On-Line – O que a ONU pode fazer para controlar o conflito israelo-palestino? Que intervenção ela pode realizar no sentido de minimizar ou resolver a crise estabelecida na região?

Silvia Feraboli – A única coisa que poderia ser feita seria obrigar Israel a cumprir com as resoluções 242 (referente às linhas de 1967) e 338 (retorno da península de Golã à Síria). Mas, para isso, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU devem estar de acordo, o que não irá acontecer, já que os Estados Unidos vetam qualquer resolução da ONU que contrarie os interesses israelenses.

IHU On-Line – Como interpretar o veto americano, de 2011, contra o reconhecimento da Palestina como Estado constituído?

Silvia Feraboli – Se Israel não reconhece a Palestina como Estado, os Estados Unidos não reconhecerão também. Simples assim. De qualquer maneira, convenhamos, a Palestina não é um Estado, pelo menos não no sentido weberiano clássico do termo, haja vista que os palestinos não detêm o monopólio do uso legítimo da força dentro de seu território. Aliás, os pa-

lestinos não detêm controle sobre suas fronteiras, espaço aéreo e nem mesmo da ajuda que recebem de vários países e organismos internacionais: o dinheiro passa primeiro por Israel, que então o repassa a ANP. Se isso é um Estado, então devemos repensar o que entendemos por esse termo.

IHU On-Line – Direitos básicos como o de liberdade religiosa e liberdade de expressão têm sido respeitados, na prática, por parte de autoridades em Israel? As denúncias de violação de direitos humanos na região têm fundamento? Há quem diga haver um apartheid entre israelenses e palestinos promovido por Israel. Isso de fato acontece?

Silvia Feraboli – Porque Israel se reconhece como um Estado judaico, ele naturalmente tratará não judeus como cidadãos de segunda classe. Ainda existem os árabes judeus, que também sofrem preconceitos, assim como os israelenses muçulmanos também são vistos com maus olhos. A sociedade israelense é altamente estratificada. No topo, estão os judeus de origem europeia e, na base, os palestinos muçulmanos. Quanto à questão de violações de direitos humanos, para que Israel reconheça que viola direitos humanos quando fuzila uma família palestina remotamente conectada com um suposto terrorista, ele teria que reconhecer os palestinos como humanos dignos de direitos, e isso infelizmente não é o que acontece.

Leia mais...

Silvia Feraboli já participou da **IHU**

On-Line com um artigo. Confira:

- *A política externa americana para o Oriente Médio: petróleo, poder e ideologia.* Artigo publicado na **Revista**

IHU On-Line, edição 210, de 05-03-2007, disponível em <http://migre.me/bMAVG>

O papel religioso no conflito do mundo árabe

O papel mais importante da pessoa religiosa no conflito não é tanto propor soluções, e sim falar uma nova linguagem que, por princípio, rejeite todo e qualquer desprezo pelo outro, tendo um discurso de respeito, avalia David M. Neuhaus

POR THAMIRIS MAGALHÃES | TRADUÇÃO: LUÍS MARCOS SANDER

“**E**u era uma criança que não levava Deus a sério. Minha família era composta de refugiados do Holocausto de Hitler, e o que fiquei sabendo sobre o que aconteceu durante o Holocausto fez com que fosse difícil para mim levar a sério a ideia de um Deus onipotente. Como esse suposto Deus podia permitir tanto sofrimento?”, relembra David M. Neuhaus, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Contudo, continua, “Deus me surpreendeu, e quando eu tinha 15 anos me encontrei com uma mulher que irradiava a presença de Deus. Encontrei-me com Deus nela, e não havia espaço para negar Deus. Ela era idosa e frágil, e nela eu me encontrei com o Deus sofredor, o Deus que de fato é onipotente, mas abriu espaço para a humanidade e deu liberdade aos seres humanos, seus filhos amados. Deus os leva a sério e permite que o expulsem, que o exilem do mundo que criou e deu a eles. Esse Deus me foi revelado no Crucificado por essa mulher idosa. A alegria dela, uma alegria que irradiava dela e me enchia de alegria, foi a

chave e me abriu uma porta que tinha estado trancada antes”.

Neuhaus, judeu convertido ao catolicismo, nasceu em Joanesburgo, na África do Sul. Concluiu bacharelado em Psicologia e Ciência Política na Universidade Hebraica de Jerusalém. Realizou mestrado em Ciência Política na mesma instituição com o tema: “Política e Islã em Israel, 1948-1987”. Concluiu o doutorado com tese intitulada *Entre a tranquilidade e a agitação: As funções políticas da religião: Um estudo da minoria árabe em Israel 1948-1990*, também na Universidade Hebraica de Jerusalém. Lecionou no curso de Ciência Política do Centro Universitário de Boston, EUA. Concluiu bacharelado em Teologia, no Centro Sèvres, Instituto Superior de Teologia e Filosofia, de Paris, na França. Em 2000, foi ordenado sacerdote católico romano, ingressando na Companhia de Jesus. Em 2009, foi nomeado vigário patriarcal para os católicos de língua hebraica de Israel. E em 2011, passou a ser coordenador da Pastoral entre Migrantes em Israel.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que inspiração o apartheid sul-africano pode oferecer para a superação do conflito israelo-palestino?

David M. Neuhaus – Duas coisas me ocorrem:

1) Os sistemas de opressão, discriminação e desumanidade não conseguem se sustentar. O espírito humano presente tanto no opressor como no oprimido acaba triunfando, quan-

do o opressor não pode mais ignorar a humanidade do oprimido, não pode mais se recusar a ver no oprimido um irmão e uma irmã.

2) As coisas podem mudar de formas inesperadas. O sistema do apartheid na África do Sul teve um fim repentino com o aparecimento de dois homens, Mandela¹ e De

Klerk², que estavam dispostos a considerar que as coisas poderiam ser

da África do Sul de 1994 a 1999, considerado como o mais importante líder da África Negra, ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 1993, e Pai da Pátria da moderna nação sul-africana. (Nota da **IHU On-Line**)
2 **Frederik Willem de Klerk** (1936): presidente da África do Sul, de setembro de 1989 a maio de 1994. Foi o último branco a ser presidente. De Klerk foi também o líder do Partido Nacional, de fevereiro de 1989 a setembro de 1997. (Nota da **IHU On-Line**)

1 **Nelson Rolihlahla Mandela** (1918): advogado, ex-líder rebelde e ex-presidente

diferentes. Antes do colapso do sistema, parecia não haver nenhum fim à vista. De modo semelhante, em Israel/na Palestina, embora não pareça haver luz no fim do túnel, Deus pode nos surpreender enviando pessoas capazes de pensar de maneira diferente, imaginando criativa e profeticamente um país sem ocupação, sem discriminação, sem medo e sem violência.

IHU On-Line – Como você entende as narrativas religiosas no mundo árabe? E em sua teologia, de que maneira a religião é trabalhada, especialmente relacionada ao conflito israelo-palestino?

David M. Neuhaus – As narrativas religiosas em Israel e no mundo árabe são diversificadas, mas talvez o que muitas das narrativas têm em comum é o tema de que Deus está do nosso lado e nós estamos sofrendo como vítimas inocentes. Creio que o que muitas vezes falta em nossas narrativas e em nossa teologia é um aspecto crítico em que o dedo não esteja apontado para o outro, para o inimigo, e sim para nós mesmos. Precisamos desenvolver esse aspecto crítico de modo que nossas teologias sejam mais proféticas ao confessarmos nossos próprios pecados e nos darmos conta de que não há justiça nem paz – não apenas porque o inimigo é um obstáculo, mas também porque nós estamos fechados para a vontade de Deus.

Ausência de crítica

A falta de um aspecto crítico em nossas narrativas religiosas e em nossa teologia parece estar relacionada com uma insistência de que nós somos vítimas, vítimas inocentes, das circunstâncias e da maldade de outros. A mentalidade de vítima pode se tornar extremamente malévola na medida em que, em nome da suposta defesa própria, tudo se torna permissível. Isso é o oposto absoluto do desenvolvimento de um senso de responsabilidade e da conscientização de como nós formamos o mundo

“Creio que o que muitas vezes falta em nossas narrativas e em nossa teologia é um aspecto crítico em que o dedo não esteja apontado para o outro, para o inimigo, e sim para nós mesmos”

em que estamos e de como podemos transformá-lo ativamente.

IHU On-Line – Como a sua teologia responde à questão do conflito?

David M. Neuhaus – Minha teologia não é uma teologia de solução de conflitos. Entretanto, é uma teologia que insiste que Deus é o Senhor da história e que a submissão à vontade de Deus é uma parte essencial do término do conflito. Ela enfatiza que o mundo é criado por Deus e que as pessoas que vivem nessa terra estão aqui por um desígnio divino. Isso quer dizer que todas têm um direito de estar aqui e de viver em segurança, justiça e paz. É uma teologia que se lembra da centralidade desta terra [sc. a Palestina] e deste povo no plano de Deus e recorda incansavelmente que a palavra de Deus parte de Jerusalém para os confins da terra. É uma teologia que se foca em Jesus Cristo como a paz de Deus no mundo, uma paz fundamentada na demolição dos muros da inimizade. É uma teologia focada no Cristo crucificado, que, na cruz, fez com que todos os homens e mulheres fossem um Nele.

IHU On-Line – Que solução o senhor daria para o conflito israelo-palestino? A criação de dois estados seria uma saída interessante? Por quê?

David M. Neuhaus – Felizmente sou uma pessoa religiosa, e não um político. Assim, não tenho de propor soluções políticas. Dois Estados para dois povos, um único Estado democrático para todos os povos – as soluções variam de acordo com a ideologia; entretanto, o papel do líder religioso é sublinhar os ensinamentos que assegurem que, qualquer que seja a solução encontrada, os habitantes desta terra respeitem uns aos outros e vivam em justiça e paz.

Nova linguagem

O mais importante papel da pessoa religiosa no conflito não é tanto propor soluções, e sim falar uma nova linguagem, uma linguagem que, por princípio, rejeite todo e qualquer desprezo do outro e só tenha um discurso de respeito pelo outro. Essa linguagem nunca pode se esquecer de que todos os homens e mulheres são criados à imagem de Deus, o opressor e o oprimido, o ocupante e o ocupado, o perseguidor e o perseguido.

IHU On-Line – Como você lidava com a religião quando criança? Tinha uma vivência espiritual?

David M. Neuhaus – Eu era uma criança que não levava Deus a sério. Minha família era composta de refugiados do Holocausto de Hitler³,

³ **Adolf Hitler** (1889-1945): ditador austríaco. Suas teses racistas e anti-semitas, bem como seus objetivos para a Alemanha ficaram patentes no seu livro de 1924, *Mein Kampf* (Minha Luta). No período da ditadura de Hitler, os judeus e outros grupos minoritários considerados “indesejados”, como ciganos e negros, foram perseguidos e exterminados no que se convencionou chamar de Holocausto. Cometeu o suicídio no seu Quartel-General (o Führerbunker) em Berlim, com o Exército Soviético a poucos quarteirões de distância. A edição 145 da IHU On-Line, de 13-06-2005, comentou na editoria Filme da Semana, o filme dirigido por Oliver Hirschbiegel, *A Queda - as últimas horas de Hitler*, disponível em <http://migre.me/s7hk>. A edição 265, intitulada *Nazismo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie*, de 21-07-2008, trata dos 75 anos de ascensão de Hitler ao poder, dis-

e o que fiquei sabendo sobre o que aconteceu durante o Holocausto fez com que fosse difícil para mim levar a sério a ideia de um Deus onipotente. Como esse suposto Deus podia permitir tanto sofrimento? Contudo, Deus me surpreendeu, e quando eu tinha 15 anos me encontrei com uma mulher que irradiava a presença de Deus. Encontrei-me com Deus nela, e não havia espaço para negar Deus. Ela era idosa e frágil, e nela eu me encontrei com o Deus sofredor, o Deus que de fato é onipotente, mas abriu espaço para a humanidade e deu liberdade aos seres humanos, seus filhos amados. Deus os leva a sério e permite que o expulsem, que o exillem do mundo que criou e deu a eles. Esse Deus me foi revelado no Crucificado por essa mulher idosa. A alegria dela, uma alegria que irradiava dela e me enchia de alegria, foi a chave e me abriu uma porta que tinha estado trancada antes.

IHU On-Line – O que o levou a se converter ao catolicismo, sendo hoje um sacerdote jesuíta? Alguma vez lhe passou pela cabeça que acabaria se tornando um padre católico?

David M. Neuhaus – Sou filho de pai e mãe judeus maravilhosos; faço parte de uma família judaica vibrante; recebi uma educação judaica sólida e tenho orgulho de me unir com meu povo em seus momentos de triunfo e em tudo que esse povo contribuiu para a história da humanidade. Também atualmente continuo solidário com meu povo mesmo tendo grande dificuldade de aceitar o que é feito em seu nome pelos líderes políticos de Israel hoje.

Conversão

O que me levou à Igreja Católica foi o encontro com Jesus Cristo. Ele me levou a seu Pai, um Deus que eu não conhecia antes. Logo no primeiro encontro com Cristo, houve uma percepção de que esse era um encontro radical que envolveria

“O que me levou à Igreja Católica foi o encontro com Jesus Cristo. Ele me levou a seu Pai, um Deus que eu não conhecia antes”

tudo o que sou. Aos 15 anos, logo depois daquele primeiro encontro, escrevi que me tornaria um religioso e me dedicaria ao serviço da Igreja. O chamado para a conversão foi um chamado para a vida religiosa e para o serviço sacerdotal. Levou algum tempo até eu me encontrar com os jesuítas, mas, quando isso aconteceu, pareceu uma união feita no céu.

IHU On-Line – Você esteve envolvido em acolher o Papa à Terra Santa, em maio de 2009. Nesse sentido, como você percebeu o conflito entre judeus israelenses e árabes palestinos? Como o Papa conseguiu lidar com esta situação?

David M. Neuhaus – Sendo um dos vigários episcopais de nossa diocese, eu de fato me envolvi em acolher o Papa Bento XVI em nossa terra. Muitas pessoas estavam muito preocupadas, antes de sua vinda, de que a visita dele seria explorada por um lado ou pelo outro e que, a longo prazo, a Igreja iria sofrer. Ficamos todos surpresos. Sua visita foi uma grande dádiva para a Igreja e encheu os fiéis cristãos de orgulho. Ele veio falando como um profeta, proclamando fielmente o evangelho de amor, perdão, justiça e paz e dizendo verdades duras aos líderes políticos em toda a região. Ele insistiu que estamos ligados em nossa própria raiz com o povo ju-

deu, e, ainda assim, enfatizou que a Igreja é contrária à ocupação e aos muros que ela tenta levantar. Podemos ficar dilacerados entre essas duas vocações fundamentais – a reconciliação com os judeus depois de séculos de ensino cristão anti-judaico e a luta por justiça para os palestinos –, mas que assim seja. Fiquemos dilacerados assim como Jesus ficou, tendo a fé de que nesse dilaceramento a salvação entre e o Reino seja proclamado.

IHU On-Line – Você é israelense e padre católico que vive em Jerusalém, a terra onde Cristo andou. Nesse aspecto, que dimensão especial isso acrescenta para a sua vivência sacerdotal?

David M. Neuhaus – Viver nesta terra é um grande privilégio. Os Lugares Sagrados são locais onde todos os cristãos podem se revigorar, na medida em que servem de pedras da memória de todos os prodígios de Deus na história da salvação. Nós temos de ser guardiães dessa memória, insistindo que nossa boca esteja repleta, em primeiro lugar e antes de mais nada, de agradecimento por todas as graças de Deus. Viver entre judeus e muçulmanos, como parte de um diminuto rebanho de cristãos, também é um privilégio na medida em que somos desafiados em termos positivos e negativos pelas duas maiorias entre as quais vivemos. Os desafios positivos se baseiam nos exemplos da piedade e vida espiritual de judeus e muçulmanos que podem nos ensinar a ser discípulos melhores de Cristo. Os desafios negativos se baseiam na percepção de que muitos judeus e muçulmanos suspeitam dos cristãos e são até hostis para com eles. Aqui somos chamados a um arrependimento ainda maior em relação a toda a nossa contribuição para esses sentimentos negativos para com os cristãos e a Igreja. Entretanto, também temos o privilégio de sofrer por nossa fé e dar testemunho de que, embora sejamos fracos, a luz de Deus brilha por entre nossa fraqueza.

ponível em <http://migre.me/s7gM>. (Nota da IHU On-Line)

O direito à liberdade dos palestinos

Segregar pessoas e tratá-las como se elas não pertencessem ao seu próprio país é errado. É errado na África do Sul. Também é errado em Israel, enfatiza Marc H. Ellis

POR THAMIRIS MAGALHÃES / TRADUÇÃO: SILVIA FERABOLLI

“O conflito entre judeus e palestinos em Israel/Palestina é principalmente político”, afirma o ex-professor Universitário de Estudos Judaicos Marc H. Ellis. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o professor visitante sênior de Estudos de Paz e Conflitos da Universidade da Paz, na Costa Rica, frisa que o conflito é sobre a terra, povo, estado e os recursos para mantê-los. “É claro que a religião está presente também. Obviamente, Jerusalém é central para as três religiões monoteístas e este patrimônio religioso compartilhado aumenta o drama político”, continua. Para ele, como em outras partes do globo, a religião tende a seguir o teor da situação política. “Na medida em que Jerusalém e Israel/Palestina são, em geral, militarizados, o judaísmo e o islamismo também o são”. E completa: “Se a situação política é desmilitarizada, o judaísmo e o islamismo também o serão. Devido às características demográficas e a outros fatores, o cris-

tianismo tem um papel limitado na equação política Israel/Palestina”.

Marc H. Ellis recentemente se aposentou como professor universitário de Estudos Judaicos. Foi diretor do Centro de Estudos Judaicos e professor de História na Universidade de Baylor, do Texas, Estados Unidos. Foi ainda bolsista sênior do Centro para o Estudo das Religiões do Mundo e do Centro de Estudos do Oriente Médio da Universidade de Harvard. Atualmente é professor visitante sênior de Estudos de Paz e Conflitos da Universidade da Paz, na Costa Rica. Professor Ellis é autor de mais de 20 livros, incluindo o inovador *Toward a Jewish Theology of Liberation* (Para uma teologia judaica da Libertação. Nova Iorque: Orbis Books, 1986). Ellis mantém um blog atualizado diariamente, chamado *Exile and the Prophetic*, que pode ser acessado em www.mondoweiss.net.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como você analisa o papel da religião no conflito entre israelenses e palestinos?

Marc H. Ellis – O conflito entre judeus e palestinos em Israel/Palestina é principalmente político. O conflito é sobre a terra, povo, estado e os recursos para mantê-los. É claro que a religião está presente também. Obviamente, Jerusalém é central para as três religiões monoteístas e este patrimônio religioso compartilhado aumenta o drama político. Como em outras partes do globo, a religião tende a seguir o teor da situação política. Na medida em que Jerusalém e Israel/Palestina são, em geral, militarizados,

o judaísmo e o islamismo também o são. Se a situação política é desmilitarizada, o judaísmo e o islamismo também o serão. Devido às características demográficas e a outros fatores, o cristianismo tem um papel limitado na equação política na região.

IHU On-Line – Em sua opinião, a analogia feita entre o que acontece entre israelenses e palestinos na religião com o apartheid sul-africano é significativa? Por quê?

Marc H. Ellis – Na história, analogias nos desviam do caminho. Eu vejo o mundo através das lentes da história judaica. Segregar pessoas e tratá-

-las como se elas não pertencessem ao seu próprio país é errado. É errado na África do Sul. Também é errado em Israel. Os palestinos têm o direito de serem livres em sua própria pátria.

IHU On-Line – O conflito tem uma motivação política e geopolítica na sua origem, qual seja, a organização do movimento sionista moderno. Hoje, existem aspectos teológicos usados para apoiar as ações tomadas por Israel?

Marc H. Ellis – Desde o início, o sionismo foi principalmente secular, mas sempre houve uma ala religiosa do sionismo. Tal como acontece com o

sionismo secular, a ala religiosa foi diversificada. Isso incluía sionistas terra pátria espirituais, como Martin Buber¹, segundo o qual judeus e palestinos deveriam partilhar a Palestina. Hoje, a maioria dos sionistas religiosos usa o Estado [de Israel] para promover suas reivindicações messiânicas exclusivistas para os judeus. Dito isso, a religiosidade judaica é mais difícil de caracterizar do que a religiosidade cristã. A divisão na vida judaica entre o religioso e o sagrado é diferenciada, uma vez que você vai além das categorias simples de crença e não crença. Assim, eu diria que tanto religiosos como seculares, sionistas-estatais e sionistas-terra pátria, possuem aspectos histórico-religiosos. A dissidência dentro da vida judaica, especialmente em relação ao sionismo e ao Estado de Israel, traz em si esse mesmo aspecto histórico-religioso. Na maior parte do tempo, os judeus simplesmente argumentam como judeus. No entanto, a argumentação judaica é sempre colorida por um sentido de povo e de destino. Eu chamaria as bases deste encontro profundo com o judaísmo de histórico-religioso.

IHU On-Line – Qual é a relação entre sionismo religioso e sionismo político? Hoje, eles são diferentes? Em que momentos eles se misturam?

Marc H. Ellis – Os sionismos religioso e político são essencialmente separados. Eles também trabalham juntos para determinados objetivos. Um objetivo comum é a dominação da terra e da política no Estado expansionista de Israel. Outro objetivo comum é que a terra de Israel seja somente para os judeus. Sionistas religiosos e políticos acreditam que os judeus têm de ser privilegiado em Israel e que palestinos são uma ameaça à soberania judaica. Claro, há gradações e divisões. Na maior parte do tempo, sionistas religiosos e sionistas de estado divergem sobre questões fundamentais do destino judaico e

1 **Martin Buber** (1878 -1965): filósofo, escritor e pedagogo, judeu de origem austríaca, e de inspiração sionista. Tinha educação poliglota: em casa aprendeu idiche e alemão, na escola hebraico, francês e polonês. Sua formação universitária se deu em Viena. (Nota da IHU On-Line)

“O conflito entre judeus e palestinos em Israel/Palestina é principalmente político. O conflito é sobre a terra, povo, estado e os recursos para mantê-los”

concordam sobre os elementos práticos da ascendência judaica.

IHU On-Line – Qual é a posição das várias correntes do judaísmo contemporâneo em relação ao conflito? Em geral, a comunidade judaica internacional tem uma posição clara diante das ações israelenses no Oriente Médio?

Marc H. Ellis – Em geral, sim, a comunidade judaica segue o que eu chamo de uma linha de Constantino². Nas últimas décadas, se formou um judaísmo constantino que apoia Israel, sem dúvida. Quando há dúvidas, elas são silenciadas a fim de manter a solidariedade judaica. Ao lado dos judeus constantinos, estão os judeus de consciência. Judeus constantinos diferem dos judeus de consciência, pois eles veem aliança da comunidade judaica com o império como uma traição ao próprio conceito do que significa ser judeu. Existe uma guerra civil na comunidade judaica entre estes dois grupos. Desta guerra civil, não há fim à vista.

IHU On-Line – Qual é o significado de “uma Paz Justa” e

2 Constantino I, também conhecido como Constantino Magno ou Constantino, o Grande (272-337): imperador romano, proclamado Augusto pelas suas tropas em 25 de julho de 306 e governou uma porção crescente do Império Romano até a sua morte. (Nota da IHU On-Line)

qual a sua relação com o conflito israelense-palestino?

Marc H. Ellis – A questão das questões! O consenso internacional é de dois Estados para dois povos, Israel ao lado da Palestina. A realidade é que Israel tomou tanto de Jerusalém e da Cisjordânia que poucos acreditam que uma solução de dois Estados seja possível ainda. Alguns defendem uma solução de um Estado onde judeus e palestinos vivam lado a lado em um Estado com igual cidadania, independentemente da origem étnica ou religiosa. Nenhum dos cenários é provável em um futuro próximo. Hoje, temos um Estado, Israel, que domina as terras de Tel Aviv até o Rio Jordão. Há milhões de palestinos sob o controle de Israel, pois eles vivem sem os fundamentos da cidadania e da igualdade.

IHU On-Line – Em sua opinião, um diálogo direto entre a Autoridade Nacional Palestina – ANP e o Estado de Israel é o caminho mais curto para alcançar a paz na região? Ou pode a ONU, como uma instituição representativa e intervencionista, ser a forma mais eficaz? Por quê?

Marc H. Ellis – Nenhuma [das duas soluções] vai funcionar. É uma questão de poder, que Israel tem e palestinos não. Não há qualquer poder capaz ou disposto a pressionar Israel a retroceder às fronteiras de 1967. A ONU é impotente.

IHU On-Line – Como você explicaria teologicamente o conflito no Oriente Médio? Em sua opinião, é possível fazer uma interpretação dos textos sagrados, à luz do que está acontecendo na região?

Marc H. Ellis – Duvido que textos sagrados façam muito bem no Oriente Médio ou em qualquer outro lugar. Viver o profético é o que podemos fazer. Embora o profético esteja fadado ao fracasso, falhas proféticas abrem a possibilidade de mudança no futuro. Cada plano de paz conhecido pela humanidade foi tentado no conflito Israel/Palestina. O que precisamos agora é a verdade. Deixem as profecias acontecerem indiferentemente das consequências e do que venha a acontecer.

O problema do uso de padrões duplos em relação a Israel

Segundo análise de Yusef Daher, a paz justa existirá quando os palestinos puderem voltar para casa, não o que está acontecendo agora, em que judeus de outras partes do mundo podem vir para a terra e se tornar cidadãos em uma semana, apenas porque são judeus

POR THAMIRIS MAGALHÃES / TRADUÇÃO: SILVIA FERABOLLI

Yusef Daher não crê que o conflito entre israelenses e palestinos irá acabar até que a justiça seja feita. “Os palestinos fizeram a sua melhor oferta para Israel e esta foi recusada. Agora, pela paz ou pela guerra, a solução virá no final”, aponta, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Para o autor de vários artigos sobre os cristãos palestinos e Jerusalém “a religião é usada – e mal – neste conflito. Por vezes, as pessoas tendem a usar a religião para legitimar suas reivindicações sobre a terra e as raízes na terra – a Ter-

ra Santa. Às vezes, eles usam isso como uma desculpa para oprimir o outro”.

Yusef Daher nasceu em Jerusalém, em 1966. É secretário executivo do Jerusalém Inter-Church Center of the Heads of Churches of Jerusalem, em associação com o Conselho Mundial de Igrejas – CMI e com o Conselho de Igrejas do Oriente Médio. É autor de vários artigos sobre os cristãos palestinos em Jerusalém e um dos autores do documento Kairós Palestina: “Momento da Verdade”.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como você vê a solução para o conflito? É necessário o estabelecimento de dois Estados independentes? Ou que outra solução você vê?

Yusef Daher – Na verdade, a solução de dois Estados, que é uma justiça parcial, não funcionou porque Israel queria ganhar mais terra nas negociações, deixando os palestinos limitados por áreas fragmentadas e fechadas, o que não funcionará, como a realidade já atesta. A solução estatal é mais favorável para a maioria dos palestinos e garante os direitos dos povos da terra, enquanto aos israelenses o mesmo não é aplicável, uma vez que poderia significar a perda da terra que esses conquistaram através

de guerras e estabelecimento de seu Estado. Não creio que esse conflito irá acabar até que a justiça seja feita. Os palestinos fizeram a sua melhor oferta para Israel e esta foi recusada. Agora, pela paz ou pela guerra, a solução virá no final.

IHU On-Line – Como podemos explicar a “Paz Justa” e como ela se relaciona com esse conflito? Qual é o seu papel em uma resolução pacífica?

Yusef Daher – Basicamente, a dignidade de todos deve ser recuperada na solução. Não posso viver aqui e ver a terra dos meus pais em Haifa confiscadas (1948) por outros e dizer que estamos vivendo em paz. A paz justa existirá quando os palestinos pu-

derem voltar para casa, não o que está acontecendo agora, em que judeus de outras partes do mundo podem vir para a terra e se tornar cidadãos em uma semana, porque eles são judeus, e depois liquidar a terra de meus pais.

IHU On-Line – Como pode a ONU ajudar a resolver pacificamente o conflito entre israelenses e palestinos?

Yusef Daher – Simplesmente com a implementação das resoluções da Organização das Nações Unidas – ONU determinadas há bastante tempo e ainda aguardando execução. A ONU deve parar de usar padrões duplos quando se trata de Israel. O problema está nas mãos dos Estados

poderosos. Eles estão enfraquecendo a importância da ONU.

IHU On-Line – Como você avalia a queda no número de cristãos em Jerusalém? Por que isso ocorre?

Yusef Daher – Sob turbulência política ou incerteza econômica, as pessoas partem, sejam elas cristãs ou não. Nesta área, temos experimentado uma série de guerras e tumultos. Os cristãos partem nos momentos difíceis para encontrar uma vida melhor para seus filhos. A ocupação continua a ser a principal responsável pela redução nos números. O processo de partir, que começou em 1948 e 1967, continua em curso. Na Jerusalém pré-1967, eram 32 mil cristãos; hoje, são apenas 8000. Atualmente há mais cristãos de Jerusalém em Sydney (Austrália) do que em Jerusalém.

IHU On-Line – Em geral, como você analisa a política dos governos israelenses desde a criação de Israel em 1948? Do ponto de vista dos direitos humanos, eles foram preservados por instituições israelenses em relação a não judeus?

Yusef Daher – Basicamente, as políticas israelenses são discriminatórias e racistas, pois permitem que judeus se estabeleçam nessa terra, quando suas famílias não têm raízes locais e, por outro lado, negam aos palestinos que aqui nasceram o direito de voltar! Jerusalém é aberta exclusivamente para os judeus durante seus feriados e fechada na cara de cristãos e muçulmanos durante os seus feriados. Licenças de construção são dificultadas em Jerusalém oriental, onde as casas são inadequadas, mas mesmo assim só nos autorizam a construir em 13% da nossa Belém ou Jerusalém enquanto eles continuam construindo dentro da Cisjordânia o tempo todo e no leste de Jerusalém oriental. Enfim, a lista é longa. Os direitos humanos básicos são violados todos os dias, desde os direitos de culto

“Jerusalém é aberta exclusivamente para os judeus durante seus feriados e fechada na cara de cristãos e muçulmanos durante os seus feriados”

ou residência até os direitos de uma nação independente existir.

IHU On-Line – Qual é a posição da Autoridade Nacional Palestina – ANP frente ao conflito? Em sua opinião, tem a ANP assumido um papel consistente na busca de resolução?

Yusef Daher – A Autoridade Nacional Palestina foi resultado de negociações e, claro, os objetivos das negociações não foram alcançados. Então, o que resta é uma autoridade para gerir a administração interna e controle da população, além de coordenação de segurança com Israel. Este fato é em benefício de Israel e é apenas o prolongamento do conflito até um ponto de explosão, como se verificou recentemente em algumas ocasiões. A qualquer momento você pode esperar outra intifada devido às dificuldades em que os palestinos vivem.

IHU On-Line – Os palestinos que trabalham/estudam em Israel, atravessando os postos de controle diariamente, têm seus direitos preservados ou há um apartheid entre eles e os israelenses?

Yusef Daher – O sistema de apartheid é experimentado dia-

riamente em quaisquer de nossos movimentos como um aspecto básico da nossa vida. Há estradas de assentamentos judaicos que passam por cidades palestinas, confiscadas de terras palestinas, que impedem aldeões palestinos de chegarem até suas escolas, suas áreas de plantio e outras áreas. Em pontos de verificação, palestinos precisam ter autorização para passar. Judeus e israelenses, por outro lado, viajam livremente de suas áreas para todas as partes de Israel.

IHU On-Line – Qual é o papel da religião neste conflito? Há uma posição consensual entre os judeus ortodoxos e reformistas frente ao conflito? Em geral, como as correntes judaicas percebem esta situação?

Yusef Daher – As diferentes correntes judaicas estão nada mais do que aproveitando sua nação, e não me importo com o que acontece do outro lado do muro. As outras minorias, sejam elas religiosas ou seculares, estão se tornando cada vez mais irrelevantes. A religião é usada – e mal – neste conflito. Por vezes, as pessoas tendem a usar a religião para legitimar suas reivindicações sobre a terra e as raízes na terra – a Terra Santa. Às vezes, eles usam isso como uma desculpa para oprimir o outro. Sionistas cristãos de fora da área também se alimentam desta manipulação da religião, dando a Israel o direito de ocupar territórios sob o pretexto de ser o povo escolhido com uma terra prometida! Dessa forma, eles estão fazendo com que a Bíblia, que é uma Boa Nova, seja vista pelos palestinos como uma má notícia!

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algum aspecto que não foi questionado?

Yusef Daher – Justiça vem de Deus e através d’Ele. Esperamos que nossos irmãos e irmãs cristãos no Ocidente se tornem as ferramentas da Justiça de Deus, e não seu obstáculo.

Um sistema político discriminatório e opressivo

A ocupação e as leis de segregação contra os palestinos são políticas de apartheid em termos políticos e jurídicos, argumenta Viola Raheb

POR THAMIRIS MAGALHÃES | TRADUÇÃO: LUÍS MARCOS SANDER

Questionada se a criação de dois Estados seria uma saída para o conflito no Oriente Médio, Viola Raheb responde que a questão atualmente não é mais se a criação de dois Estados é a solução, e sim se essa solução ainda é viável. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Raheb diz que há alguns anos, essa solução poderia ter funcionado; “hoje, temos de perguntar se essa solução é possível à luz da política israelense de assentamentos que está em processo de expansão”. Para ela, à luz da realidade atual dentro da terra palestina, da “bantonização” da terra, essa solução é impossível. “A primeira base para alcançar qualquer acordo político é que a ocupação militar israelense seja removida junto com todos os seus instrumentos. Por isso, creio que o desafio não é qual solução, e sim os parâmetros para qualquer solução. É por esta razão que Oslo fracassou!”

Viola Raheb nasceu em 1969 em Belém, na Palestina. Obteve seu mestrado em Educação e Teologia Evangélica na Universidade Ruprecht-Karl, de Heidelberg, na Alemanha. Começou sua carreira no campo da educação formal e informal em 1995, sendo vice-diretora das Escolas Evangélicas Luteranas da Jordânia e Palestina de 1995 a 1998 e, ao mesmo tempo, chefe do Departamento de Relações Públicas do Centro Internacional de Belém. De 1998 a 2002, dirigiu o trabalho educacional da Igreja Evangélica Luterana da Jordânia e Palestina. Leciona em várias universidades e instituições de formação de professores da Áustria e Alemanha. É membro de numerosas organizações e comitês de diálogo intercultural e inter-religioso. Publicou numerosos livros e artigos e realizou vários projetos de pesquisa.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que analogia pode ser estabelecida entre o apartheid ocorrido na África do Sul com o que está ocorrendo atualmente no mundo árabe?

Viola Raheb – A analogia entre o apartheid na África do Sul e o que está acontecendo na terra palestina é um sistema político que extrai privilégios da discriminação e opressão. Trata-se de um sistema jurídico e cultural injusto que assegura a dominação de um grupo sobre e contra o “Outro”. No caso da África do Sul, isso ocorria por questões raciais, e no caso de Israel e da Palestina a questão não é racial. Muitas pessoas ficam chocadas quando se fazem analogias entre Israel e a África do Sul do apartheid. Elas diriam que Israel não é um Estado de

apartheid, e elas têm razão no sentido de que para seus cidadãos ele não o é. Mas a ocupação e as leis de segregação contra os palestinos são políticas de apartheid em termos políticos e jurídicos.

IHU On-Line – Como você entende as narrativas religiosas no mundo árabe? Do ponto de vista teológico, como a religião se relaciona com o conflito no Oriente Médio, em particular entre israelenses e palestinos?

Viola Raheb – Em primeiro lugar, gostaria de salientar que o conflito entre israelenses e palestinos não é religioso, mesmo que, muitas vezes, a religião seja usada equivocadamente em favor de agendas políticas. Em segundo lugar, gostaria de salientar que

não há uma única narrativa religiosa nem sequer no mesmo grupo religioso. Independentemente do grupo para o qual olharmos, o cristão, o judaico ou o muçulmano, encontraremos narrativas diferentes, desde ideologias políticas e religiosas de extrema esquerda até de extrema direita. Ao mesmo tempo, é importante se dar conta de que as narrativas religiosas mudam, e mudaram ao longo dos 65 anos do conflito. As ideologias religiosas de direita ganharam terreno ao longo das últimas décadas e estão instrumentalizando cada vez mais a religião em favor de agendas políticas. Identidades sectárias e religiosas estão ganhando terreno e se tornando mais perceptíveis e atuantes. Se tomarmos, por exemplo, os discursos políticos sobre Jerusalém, seja do

lado palestino, seja do lado israelense, descobriremos que a narrativa religiosa se tornou cada vez mais dominante nas últimas décadas.

IHU On-Line – O conflito geopolítico atual no Oriente Médio (região da Cisjordânia, em particular) possui origem na teologia?

Viola Raheb – A resposta é claramente “não”. O conflito atual não tem origem na teologia. Quando a assembleia geral da Organização das Nações Unidas – ONU tomou a decisão a respeito da partição (resolução 181), não a fundamentou em termos teológicos, e sim políticos. A criação do Estado de Israel ocorreu num contexto histórico e político muito concreto e só pode ser entendida a partir dessa perspectiva.

IHU On-Line – Em que medida textos sagrados são usados para fundamentar a criação e o estabelecimento do Estado de Israel?

Viola Raheb – Temos de admitir que textos sagrados foram utilizados e ainda estão sendo, não apenas para apoiar a criação do Estado de Israel, mas também para legitimar suas medidas políticas coloniais em relação aos palestinos. Entretanto, também neste caso é preciso diferenciar: há grupos judaicos radicais fazendo isso, como, por exemplo, alguns colonos, que reivindicam a posse da terra usando textos sagrados como se fossem títulos de propriedade, ao mesmo tempo em que expulsam proprietários palestinos de sua terra. Mas também há grupos sionistas de direita cristãos, que também justificam a política israelense de assentamentos em terra palestina, em palavra e ação, através de textos sagrados. Ao fazer isso, ambos os grupos vão além de usar textos sagrados para apoiar a criação do Estado de Israel, apoiando, assim, a ocupação, opressão e injustiça.

IHU On-Line – Que solução daria para o conflito israelo-palestino? A criação de dois Estados seria uma saída? Por quê?

Viola Raheb – Creio que a questão atualmente não é mais se a criação de dois Estados é a solução, e sim se essa solução ainda é viável. Há alguns anos, essa solução poderia ter funcionado; hoje em dia, temos de perguntar se essa solução é possível à luz da

“A criação do Estado de Israel ocorreu num contexto histórico e político muito concreto e só pode ser entendida a partir dessa perspectiva”

política israelense de assentamentos que está em processo de expansão. À luz da realidade atual dentro da terra palestina, da “bantônização” da terra, essa solução é impossível. A primeira base para alcançar qualquer acordo político é que a ocupação militar israelense seja removida junto com todos os seus instrumentos. Por isso, creio que o desafio não é qual solução, e sim os parâmetros para qualquer solução. É por esta razão que Oslo fracassou! O processo de Oslo tratou de uma solução possível, que são dois Estados, mas não tratou dos parâmetros. Em minha opinião, se ambas as nações aceitarem que as duas têm direito a viver na terra entre o Rio Jordão e o Mar Mediterrâneo; que cada uma delas tem direito nacional à autodeterminação; que a criação do Estado de Israel significou a expulsão de quase 750 mil palestinos de sua terra e, conseqüentemente, aceitarem a necessidade de reconhecer o direito dos refugiados palestinos a uma solução justa que reconheça a injustiça que sofreram, uma solução pode ser alcançada.

IHU On-Line – Qual a posição das diversas correntes do judaísmo contemporâneo em relação ao conflito? Em geral, a comunidade judaica internacional tem uma posição frente às ações israelenses no Oriente Médio?

Viola Raheb – Como disse acima, sempre precisamos diferenciar! Não há uma única posição do judaísmo contemporâneo para com o conflito. Há grupos que estão totalmente por trás das políticas do Estado de Israel e de sua

ocupação e fazem parte da máquina de propaganda do Estado oficial de Israel. Por outro lado, há grupos que tomaram uma posição clara contra a política estatal oficial de Israel em relação aos palestinos. Esses grupos desenvolveram ações muito concretas a fim de salientar seu apoio a uma solução para o conflito; entre outros, há grupos como “Judeus por uma Paz Justa”.

IHU On-Line – No que consiste a “Paz Justa” e qual sua relação com o conflito israelo-palestino?

Viola Raheb – É muito difícil responder a essa pergunta em poucas linhas. Durante a Década para a Superação da Violência lançada pelo Conselho Mundial de Igrejas – CMI, trabalhamos no desenvolvimento de uma conclamação ecumênica para uma paz justa. Para responder sua pergunta brevemente, diria que, no caso do conflito israelense-palestino, os parâmetros para uma paz justa estão totalmente ausentes. Para dar apenas alguns exemplos: o mundo não está preocupado com a transformação do conflito, nomeando a injustiça e a estrutura da injustiça e trabalhando para mudá-la, mas está preocupado com a gestão do conflito. A busca da “paz justa” implica desenvolver a resistência não violenta ativa e produtiva, e não só denunciar a violência. Mas quando olhamos mais de perto e vemos as várias medidas produtivas e criativas para a resistência não violenta no conflito israelense-palestino, como, por exemplo, o movimento internacional Boicote, Desinvestimento e Sanções – BDS¹, damos conta de que aqueles que pregam a não violência deixam de apoiá-la em ações e atos reais.

¹ O Movimento global BDS (Boicote - Desinvestimento - Sanções) é uma plataforma informal de ativistas, grupos sociais e organizações que, a nível mundial, coordenam os seus esforços, em resposta ao Apelo lançado pela sociedade civil palestina, para pressionar Israel a cumprir com o Direito Internacional e a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Para proporcionar um espaço para informação, análise e troca de ideias e de experiências para todos os participantes no Movimento, foi criado o site <http://www.bdsmovement.net>, gerido pelo Comitê Nacional Palestino para o BDS e no Brasil o site <https://sites.google.com/site/boicoteisrael/>. (Nota da IHU On-Line)

Terrorismo *versus* segurança

Uma solução justa, pacífica e duradoura só será possível quando Israel abandonar os territórios ocupados e se implementarem as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas, declara Manuel Quintero Pérez

POR THAMIRIS MAGALHÃES | TRADUÇÃO: BENNO DISCHINGER

“**P**arece-me que a ocupação tem o efeito de uma importante militarização da sociedade israelense, que parece viver prisioneira de uma equação esquemática e reducionista: *terrorismo versus segurança*”, afirma Manuel Quintero Pérez, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Para ele, a educação e as narrativas transmitidas pelos meios que inculcam nos israelenses o dever de defender seu Estado contra o inimigo (o mundo árabe, os palestinos) também alimentam o temor, o racismo e a xenofobia. “A separação física e psicológica entre palestinos e israelenses serve somente para perpetuar a desconfiança e os preconceitos e impedir um diálogo que provavelmente modificaria as percepções mútuas”.

No horizonte imediato de muitos palestinos que habitam na Margem Ocidental, continua o presbítero diaconal da Igreja Presbiteriana Reformada em Cuba, a ocupação está representada e encarnada no soldado israelense que custodia os pontos de controle ou os portões de acesso às suas terras de lavouira, e no colono judeu que usurpou suas terras ilegalmente. “É estranho, então, que o olhar

do palestino seja um olhar de hostilidade? Por sua vez, o soldado israelense, imbuído de uma educação e ideologia que pregam a superioridade racial e cultural e o direito inalienável do povo judeu à ‘Terra Prometida’, vê em cada palestino um inimigo real ou potencial”. E frisa: “Em minha opinião, é importante superar qualquer visão maniqueísta do conflito e apreciá-lo em toda a sua complexidade, advertindo que a ocupação é responsável por uma interação entre israelenses e palestinos que desumaniza tanto os ocupados como os ocupantes”.

Manuel Quintero Pérez é engenheiro, jornalista e presbítero diaconal da Igreja Presbiteriana Reformada em Cuba. Ocupou diversos cargos em organismos ecumênicos internacionais. Entre 1994 e 2004, foi diretor de comunicações do Conselho Latino-Americano de Igrejas – CLAI. Desde 2009, atua como coordenador internacional do Programa de Acompanhamento Ecumênico na Palestina e Israel – PAEPI/EAPPI com sede em Genebra, Suíça.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Considerando o Programa de Acompanhamento Ecumênico na Palestina e em Israel – EAPPI, qual é seu principal objetivo e missão? Que fatores levaram à sua criação pelo Conselho Mundial de Igrejas – CMI?

Manuel Quintero Pérez – O Programa de Acompanhamento Ecumênico surge num contexto muito particular: a Segunda Intifada, cujo início completa dez anos nestes dias. Essa insurreição palestina tem sua raiz da visita do militar e político israelita

Ariel Sharon à Esplanada das Mesquitas – embora as razões de fundo seja preciso buscá-las no descontentamento generalizado pelo descumprimento dos Acordos de Oslo de 1993 e o fracasso das negociações de Camp David (julho de 2000).

Paciência

A presença de Sharon, líder do partido Likud, acompanhado por um forte contingente de policiais antimotins israelitas, foi a clássica gota que extravasou a taça da paciência pales-

tina. Nos dias seguintes a essa visita, produziram-se violentos enfrentamentos em Jerusalém e outros lugares da Cisjordânia (Ribeira Ocidental). Quatro anos depois, quando a Segunda Intifada chega ao seu fim, 6.371 palestinos e 1.083 israelitas haviam morrido nos enfrentamentos...

Paz duradoura

Em 9 de novembro de 2000, quando a insurreição e a violência se haviam estendido por todos os territórios ocupados e dentro do próprio

estado de Israel, líderes das Igrejas em Jerusalém, de todas as famílias cristãs, fizeram um chamado à comunidade cristã internacional para que expressassem sua solidariedade com o povo palestino. Em seu chamamento, esses líderes afirmaram o direito do povo palestino a lutar contra a injustiça para alcançar sua liberdade, sublinhando, ao mesmo tempo, que os meios de luta não violentos eram os mais poderosos e eficazes; e reclamaram a implementação dos princípios do direito internacional mediante o cumprimento obrigatório de todas as resoluções das Nações Unidas, como um requisito indispensável para alcançar uma paz duradoura.

Atuações do CMI

O Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas – CMI, que se reuniu de 29 de janeiro a 6 de fevereiro de 2001, pediu a suas Igrejas-membro que incrementassem seus esforços para condenar a injustiça e todas as formas de discriminação, terminar a ocupação israelita dos territórios palestinos, orando e promovendo uma paz justa e integral no Oriente Médio.

O CMI também organizou a visita de uma delegação ecumênica a Israel e à Palestina, em junho de 2001, que foi seguida por uma Consulta Ecumênica Internacional, celebrada em Genebra em agosto desse ano. Seguindo as recomendações dessa consulta, o Comitê Executivo do CMI, que se reuniu em setembro, decidiu o lançamento de “um programa ecumênico de acompanhamento que incluisse uma presença internacional”. Esse programa aproveitaria as experiências de organizações como os Christian Peacemaker Teams (Equipes Cristãs de Ação para a Paz) e estaria estreitamente vinculado com as Igrejas locais.

Pela superação da violência e por uma paz justa

Logo após um processo de intensas consultas com igrejas e agências ecumênicas entre outubro de 2001 e janeiro de 2002, em fevereiro de 2002 um Grupo de Trabalho sobre Acompanhamento desenvolveu o marco de referência para o programa. Este

“Desde suas origens, a visão que animou o programa é a de uma solução justa, pacífica e duradoura do conflito palestino-israelense”

foi finalmente aprovado pelo Comitê Executivo do CMI, que se reuniu nesse mesmo mês. O programa foi parte da Campanha Ecumênica para Terminar a Ocupação Ilegal da Palestina e Apoiar uma Paz Justa no Oriente Médio, sendo a primeira iniciativa do CMI dessa Década para a Superação da Violência (2001-2010).

Principal objetivo e missão

Desde suas origens, a visão que animou o programa é a de uma solução justa, pacífica e duradoura do conflito palestino-israelense; uma solução que possibilite a coexistência harmônica de ambos os povos nessa região que nós cristãos chamamos Terra Santa. Essa solução só será possível quando Israel abandonar os territórios ocupados e se implementarem as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A ocupação se manifesta estruturalmente nos assentamentos ou colônias, na ignominiosa presença do chamado “Muro de segurança”, que em certos lugares separa as populações palestinas de suas terras de cultivo, nos pontos de controle fixos ou móveis, na exclusão dos palestinos de determinadas zonas que Israel considera de interesse militar, especialmente na chamada Zona “C”, na progressiva, deliberada e sistêmica política de

judaicização da cidade de Jerusalém, na abusiva apropriação das águas e de outros recursos.

O resultado físico da ocupação se aprecia muito bem num mapa que foi chamado, com toda razão, o “arquipélago palestino”: o artista converteu em mar todas as áreas da Costa Ocidental, em posseção ou sob controle de Israel.¹

O satírico humor desse desenho não deixa de ressaltar a trágica fragmentação do território palestino numa série de ilhas e ilhotas com escassa conexão entre si. E isso num território que representa apenas 22% do que correspondia aos palestinos, segundo a participação decretada pela Resolução 181 das Nações Unidas de 29 de novembro de 1947.

Solução de dois estados cada vez menos possível

Ban Ki-Moon, em seu mais recente discurso ante a Assembleia Geral das Nações Unidas, no passado dia 25 de setembro, assinalou que a solução de dois estados tem cada vez menos probabilidades de subsistir e advertiu Israel que sua política de construção e expansão das colônias nos territórios ocupados está obstaculizando as perspectivas de paz na região. E acrescentou: “A porta para alcançar a paz poderia estar se fechando para sempre”.

Frente a esta situação, em vista da terrível perspectiva de fechamento definitivo do caminho para a paz, a missão do EAPPI tem sido e continua sendo contribuir com os esforços não violentos de palestinos e israelitas para pôr fim à ocupação.

IHU On-Line – Quando e como iniciou o programa?

Manuel Quintero Pérez – O primeiro grupo de observadores ecumênicos, composto principalmente de dinamarqueses, chegou à Palestina em agosto de 2002. Eles se estabeleceram em Jerusalém, mas foram destinados a diversas organizações em Ramala e Belém. Essa experiência-piloto

¹ Cf. imagem do arquipélago em: lawrenceofcyberia.blogs.com/photos/maps/palestine-archipelago.html. (Nota do Autor)

foi fundamental para a organização do segundo grupo, agora com uma representação de vários países, que chegou à Palestina em janeiro de 2003. Gradualmente, o programa começou sua expansão territorial e os acompanhantes ecumênicos se estabeleceram, assim, em diversas localidades da Margem Ocidental. Atualmente, os acompanhantes ecumênicos (ou simplesmente AE) se distribuem em sete localidades: Tulkarem, Jayyous e Yanoun, no norte; Belém e Jerusalém no centro; e Hebron e Yalta no Sul.

No contexto do conflito palestino-israelense, o acompanhamento tem duas dimensões fundamentais: a proteção, a saber, a presença física dos acompanhantes ecumênicos em pontos de controle, portas agrícolas, escolas e aldeias onde ocorrem violações aos direitos dos palestinos; e o trabalho de incidência pública, as ações dos acompanhantes ecumênicos de regresso a seus países de origem, ou ações que buscam influir nas políticas de seus Estados, em relação com o conflito.

IHU On-Line – Quantas organizações, igrejas e países estão participando?

Manuel Quintero Pérez – No início, o EAPPI mobilizou fundamentalmente Igrejas e organismos ecumênicos na Europa e na América do Norte. A partir de 2007, incorporaram-se as igrejas da África do Sul e nos últimos dois anos também alguns países da Ásia (Filipinas, Coreia) e da América Latina. Atualmente passa de setenta o número de igrejas, conselhos de igrejas e ministérios cristãos especializados e vinculados com o programa.

Atuação no Brasil

No Brasil, com o apoio entusiasta da Oficina Regional do Conselho Latino-Americano de Igrejas – CLAI e da Faculdade de Teologia da Universidade Metodista em São Bernardo do Campo, foi possível apresentar o programa a Igrejas-membro do Conselho Mundial de Igrejas, universidades e instituições teológicas. Tivemos uma acolhida muito favorável em alguns institutos e faculdades da Universi-

“A missão do EAPPI tem sido e continua sendo contribuir aos esforços não violentos de palestinos e israelitas para pôr fim à ocupação”

dade de São Paulo: cinco estudantes dessa Universidade já participaram dessa Universidade já participaram como acompanhantes ecumênicos desde 2011 e outros estão se preparando para servir na Palestina durante os próximos meses. Também tivemos dois acompanhantes ecumênicos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil – IECLB, ambos de Porto Alegre²; e o primeiro acompanhante ecumênico da Igreja Metodista do Brasil se encontra atualmente servindo na comunidade de Yanoun.

IHU On-Line – Que desafios e avanços este programa obteve em relação à corrente situação?

Manuel Quintero Pérez – Depois de dez anos de presença e incidência pública, é possível falar de alguns êxitos. As diferentes avaliações realizadas por agências externas ao programa, especialmente a partir de 2006, comprovaram que a presença dos acompanhantes ecumênicos é considerada como um fator favorável pelas comunidades palestinas, por contribuir efetivamente a uma diminuição dos casos de fustigamento por parte

² Trata-se de Eduardo Minossi de Oliveira e Érico Teixeira de Loyola. Ambos concedem entrevista nesta edição sobre o assunto. Eles estiveram no IHU ministrando a palestra “Palestina e Israel: caminhos para uma paz justa” no evento IHU ideias do último dia 30 de agosto. (Nota da IHU On-Line)

de colonos judeus e a um comportamento menos discriminatório de parte dos corpos de segurança israelitas.

Importância dos acompanhantes ecumênicos

A presença dos acompanhantes ecumênicos mudou radicalmente a situação dos meninos e meninas palestinas que assistem à escola Córdoba em Hebron, e que eram submetidos a maus tratos verbais e a abusos físicos por colonos judeus nessa cidade. Hoje, esses ataques raramente ocorrem, e os meninos e meninas superaram o temor que lhes provocavam ditas hostilidades.

Situação dos habitantes de Yanoun

Os habitantes de Yanoun, uma aldeia de apenas 65 pessoas, situada uns doze quilômetros a sudeste de Nablus, foram submetidos a uma hostilização tão violenta e contínua por colonos do vizinho assentamento judeu de Itamar – destruição de seus olivais e sementeiras de trigo, envenenamento de poços, morte dos animais, assaltos em suas moradias, espancamentos – que optaram por emigrar às aldeias vizinhas em outubro de 2002.

Este êxodo de toda uma comunidade provocou uma viva reação em círculos progressistas e em organismos de direitos humanos israelitas, os quais se reuniram para visitar Yanoun e proteger seus habitantes. Depois, membros de uma organização palestino-israelense, denominada Ta’ayush (“vivendo juntos”, em árabe) estabeleceu uma presença protetora em Yanoun. EAPPI ressituiu Ta’ayush em fins de 2003 e, desde então, tem estado presente com seus acompanhantes ecumênicos em Yanoun. Essa presença internacional convenceu os aldeões de que era possível regressar a suas humildes vivendas e terras ancestrais de lavradio.

Violência

A ocupação é um fenômeno muito dinâmico: não há “vitórias” ou êxitos definitivos. Embora os palestinos residentes em Yanoun tenham regres-

sado, a presença dos acompanhantes ecumênicos não pôde evitar que se produzissem sérios incidentes, como no passado dia 7 de julho. Nesse sábado, na meia-tarde, três palestinos foram atacados em seus campos de lavoura por um grupo de colonos armados com espetos e fuzis automáticos. Os colonos mataram as ovelhas dos palestinos e incendiaram dois trigais e um olival. Quando os palestinos tentaram apagar o incêndio, soldados israelenses lançaram bombas de gases lacrimogêneos para impedir-lhes o acesso. Quatro membros da família Bani Jaber foram feridos e outros foram golpeados tanto pelos colonos como pelos soldados.

Os acompanhantes ecumênicos destacados em Yanoun testemunharam que Jawdat Bani Jaber foi esfaqueado várias vezes por colonos e se lhe negou assistência médica por três horas. Outro aldeão, Jawdat Ibrahim, foi golpeado brutalmente, atado e abandonado pelos colonos num campo afastado da aldeia. Seus familiares não o encontraram até a manhã seguinte, quando foi trasladado com urgência a um hospital em Nablus.

Êxitos no plano da incidência política

Podemos apresentar alguns êxitos no plano da incidência política. No ano passado, a Igreja Metodista do Reino Unido adotou uma resolução que exige o boicote das mercadorias produzidas em assentamentos considerados ilegais pelo direito internacional³. Nos diferentes passos que levaram a essa resolução, muito especialmente na redação do documento que foi estudado pela igreja para sua

³ Há amplo consenso internacional de que os assentamentos israelitas nos territórios ocupados são ilegais. Israel sustenta que são legais, porque não está de acordo em que a Quarta Convenção de Genebra tenha vigência em ditos territórios, ocupados desde 1967. Tanto o Conselho de Segurança como a Assembleia Geral das Nações Unidas e a Corte Internacional de Justiça têm afirmado a vigência da Quarta Convenção de Genebra nesta situação, uma posição respaldada pela grande maioria dos peritos em direito internacional. (Nota do Autor)

“Tenho a impressão (...) de que muitos palestinos vivem num estado de temor e angústia permanentes”

tomada de decisão, houve uma destacada participação de ex-acompanhantes ecumênicos nesse país.

No passado mês de julho, apesar da forte oposição do lobby judeu, o Sínodo Geral da Igreja da Inglaterra aprovou uma moção que apoia o trabalho do Programa Ecumênico de Acompanhamento na Palestina e em Israel, exorta os fiéis anglicanos a participarem como voluntários no programa e pede às igrejas e sínodos que façam uso da experiência dos participantes quando regressem ao país. Nessa decisão também tiveram importante papel nossos acompanhantes ecumênicos britânicos e irlandeses.

IHU On-Line – O que quer dizer com a expressão “não há mocinhos nem bandidos”, em relação ao conflito israelo-palestino?

Manuel Quintero Pérez – A ocupação gera comportamentos *sui generis* em palestinos e israelenses. Diferentes estudos têm comprovado que os palestinos que experimentam assaltos físicos, humilhações, restrição de sua liberdade de movimento, ameaças de demolição de seus lares e incerteza sobre o futuro imediato, sofrem de alto grau de ansiedade e outros problemas mentais. Tenho a impressão, após sete visitas à Palestina e a Israel nos últimos dois anos, de que muitos palestinos vivem num estado de temor e angústia permanentes.

Impressões

Parece-me que a ocupação tem também o efeito de uma importante militarização da sociedade israelense, que parece viver prisioneira de uma equação esquemática e reducionista: *terrorismo versus segurança*. A educação e as narrativas transmitidas pelos meios que inculcam nos israelenses o dever de defender seu Estado contra o inimigo (o mundo árabe, os palestinos) também alimentam o temor, o racismo e a xenofobia. A separação física e psicológica entre palestinos e israelenses serve somente para perpetuar a desconfiança e os preconceitos e impedir um diálogo que provavelmente modificaria as percepções mútuas.

No horizonte imediato de muitos palestinos que habitam na Margem Ocidental, a ocupação está representada e encarnada no soldado israelense que custodia os pontos de controle ou os portões de acesso às suas terras de lavoura, e no colono judeu que usurpou suas terras ilegalmente. É estranho, então, que o olhar do palestino seja um olhar de hostilidade? Por sua vez, o soldado israelense, imbuído de uma educação e ideologia que pregam a superioridade racial e cultural e o direito inalienável do povo judeu à “Terra Prometida”, vê em cada palestino um inimigo real ou potencial. Uma das mais próximas colaboradoras de nosso programa, uma distinta mulher israelense, sionista declarada, amante de sua história e defensora dos direitos inalienáveis de seu povo, o expressou nos seguintes termos: “Os verdadeiros amigos de Israel são contra a ocupação, porque a ocupação está corroendo a alma de Israel.”

Superação

Por isso, em minha opinião, é importante superar qualquer visão maniqueísta do conflito e apreciá-lo em toda a sua complexidade, advertindo que a ocupação é responsável por uma interação entre israelenses e palestinos que desumaniza tanto os ocupados como os ocupantes.

“Para os palestinos, a perspectiva de uma paz verdadeiramente justa é improvável”

Creio que o Kairós Palestina deu aos cristãos no mundo árabe um modelo novo e diferente de como necessitam participar de sua própria sociedade, de seus assuntos e suas lutas; procura lembrar às pessoas de que não faz sentido nos isolarmos e vivermos com medo, aponta Rifat Odeh Kassis

POR THAMIRIS MAGALHÃES | TRADUÇÃO: LUÍS MARCOS SANDER

O documento Kairós Palestina: “Um momento de verdade”, é a voz dos cristãos palestinos e sua mensagem é para si mesmos, em primeiro lugar, e depois para o mundo, explica Rifat Odeh Kassis, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Segundo ele, a mensagem surgiu do coração do sofrimento, mas está repleta de fé, esperança e amor. “Levou algum tempo até o documento ser concluído por causa das origens diferentes dos autores, da complexidade da situação e da dificuldade de analisá-la e chegar a um acordo quanto à análise. A finalidade do documento é enviar uma mensagem ao nosso povo para ser paciente, firme e para resistir a seus ocupantes e opressores de modo não violento”, diz. E completa: “Também é uma mensagem às igrejas no mundo inteiro para se envolverem na luta e não serem cúmplices dos opressores permanecendo em silêncio. Elas precisam erguer a voz contra as injustiças cometidas contra os palestinos nas mãos do Estado israelense; precisam trabalhar construtivamente para suspender essa opressão e conceder aos palestinos seus direitos inalienáveis”.

Nascido em Beit Sahour, na Cisjordânia, Rifat Odeh Kassis atua há muito tempo na

luta palestina numa série de frentes não violentas. Em 1991, fundou a primeira ONG palestina independente para os direitos das crianças, uma seção nacional do movimento pelos direitos humanos das crianças com sede em Genebra. Em 2005, foi eleito presidente desse movimento em nível mundial e reeleito em 2008. Desde novembro de 2008, também dirige a seção palestina do movimento. Em janeiro de 2005, trabalhou em Genebra como coordenador internacional e gerente de projetos do Programa de Acompanhamento Ecumênico na Palestina e em Israel do Conselho Mundial de Igrejas – CMI. Ele foi a força motriz e um dos coautores do documento Kairós Palestina “Um momento de verdade” e foi coordenador geral do Grupo Kairós Palestina desde seu início. Em 2006, publicou seu primeiro livro, intitulado “*Palestina: Uma ferida sangrenta na consciência do mundo*”, e, em 2008, foi coautor de um livro intitulado “*Cristãos palestinos: fatos, números e tendências*”. Em 2011, publicou seu terceiro livro, “*Kairós para a Palestina*”.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em sua opinião, a analogia do que ocorre entre israelenses e palestinos na região com o apartheid sul-africano tem sentido? Em que medida?

Rifat Odeh Kassis – Sim. Há muitas semelhanças entre Israel e a África do Sul do apartheid. Muitas das marcas de separação e discriminação são semelhantes: dois tipos de leis, dois tipos

de estradas, dois tipos de tratamento, etc. Mas, embora as semelhanças sejam úteis para a reflexão, a questão aqui é que Israel está se tornando um Estado de apartheid por conta própria,

e não há necessidade de comparações com a África do Sul. O tribunal Russell que teve lugar na África do Sul em 2011 condenou Israel por infligir tratamento de apartheid aos palestinos.

IHU On-Line – O que é e no que consiste o documento Kairós Palestina? Onde se originou e qual seu objetivo?

Rifat Odeh Kassis – O documento Kairós Palestina: “Um momento de verdade¹” é a voz dos cristãos palestinos e sua mensagem é para si mesmos, em primeiro lugar, e depois para o mundo. A mensagem surgiu do coração do sofrimento, mas está repleta de fé, esperança e amor. Levou algum tempo até o documento ser concluído por causa das origens diferentes dos autores, da complexidade da situação e da dificuldade de analisá-la e chegar a um acordo quanto à análise. A finalidade do documento é enviar uma mensagem ao nosso povo para ser paciente, firme e para resistir a seus ocupantes e opressores de modo não violento. Também é uma mensagem às igrejas no mundo inteiro para se envolverem na luta e não serem cúmplices dos opressores permanecendo em silêncio. Elas precisam erguer a voz contra as injustiças cometidas contra os palestinos nas mãos do Estado israelense; precisam trabalhar construtivamente para suspender essa opressão e conceder aos palestinos seus direitos inalienáveis.

IHU On-Line – Que resultados já alcançou em relação ao conflito no mundo árabe?

Rifat Odeh Kassis – O documento Kairós teve um grande efeito, tanto em nível nacional como internacional. Mais de três mil figuras cristãs palestinas assinaram o documento e o assumiram. Ele foi bem acolhido pelas lideranças palestinas e todos os seus partidos políticos. Também foi bem acolhido pelos clérigos e eruditos muçulmanos. Além disso, muitos

1 O documento, de 13 páginas, está em formato PDF e se encontra na redação da IHU On-Line, podendo ser enviado aos interessados que entrarem em contato pelo e-mail ihuonline@unisinos.br (Nota da IHU On-Line)

“O documento Kairós Palestina: ‘Um momento de verdade’ é a voz dos cristãos palestinos e sua mensagem é para si mesmos, em primeiro lugar, e depois para o mundo”

grupos judaicos que representam a corrente principal veem o documento como uma nova base para o diálogo inter-religioso, um diálogo baseado na justiça e na necessidade de pôr fim à opressão dos palestinos a fim de assegurar uma paz justa para todos.

Amplitude

Em nível internacional, o documento foi recebido por muitas igrejas, muitas das quais responderam positivamente. Dentro do mundo árabe, vários indivíduos e comunidades o receberam como um sinal bastante positivo, e muitos artigos foram escritos sobre o documento, descrevendo-o como uma iniciativa cristã altamente valorizada e necessária nesta época de grande distanciamento e ásperas fricções entre muçulmanos e cristãos. Creio que o Kairós Palestina deu aos cristãos no mundo árabe um modelo novo e diferente de como necessitam participar de sua própria sociedade, de seus assuntos e suas lutas; procura lembrar às pessoas de que não faz sentido nos isolarmos e vivermos com medo. Essa é a importância da conclamação do Kairós: envolver-se, participar. Afinal, esse é nosso país e essa é nossa sociedade.

IHU On-Line – Que posição o Conselho Mundial de Igrejas – CMI

tem frente ao conflito entre Israel e Palestina? Quais suas recomendações e ações visando contribuir para a paz na região?

Rifat Odeh Kassis – O Conselho Mundial de Igrejas – CMI tem mantido uma política muito estável em relação a Israel/à Palestina desde seu surgimento em 1948. Por um lado, reconheceu o Estado de Israel; ao mesmo tempo, reconheceu o direito dos palestinos a um Estado independente, o direito dos refugiados de retornar e o direito à autodeterminação. Desde aquela época, o CMI permaneceu envolvido através de diferentes meios e programas. O Programa de Acompanhamento Ecumênico na Palestina e em Israel é um exemplo desse envolvimento. O mesmo se aplica ao Fórum Ecumênico Palestina/Israel, onde se tenta coordenar todas as iniciativas de defesa de direitos tomadas pelas diferentes igrejas em todo o globo e colocá-las sob um único guarda-chuva para aumentar sua eficiência. Muitos outros programas mostraram a mesma solidariedade com os oprimidos em geral e com os palestinos em particular, conclamando a uma paz justa na região – uma paz em que os palestinos assegurem sua liberdade, independência, autodeterminação e o direito de retornar para os refugiados, e em que toda discriminação racial contra os palestinos que vivem em Israel tenha fim.

IHU On-Line – Quais os prós e contras da criação de dois Estados independentes na região de conflito? De que maneira isso mudaria o conflito? Que outra solução você vê para o conflito israelo-palestino?

Rifat Odeh Kassis – Em minha opinião, qualquer solução, quer estabeleça um Estado, quer dois, precisa se basear na justiça e igualdade para todos. A solução da criação de dois Estados não será completa se os palestinos que permanecem dentro de Israel não receberem direitos iguais. Qualquer solução que não reconheça o direito de retornar dos refugiados será incompleta, e tampouco porá fim ao conflito. Assim, para mim, o que temos de examinar são as condições da

solução, e precisamos assegurar que essas condições sejam justas.

IHU On-Line – Qual o número de cristãos e suas principais denominações no território Israel/Palestina?

Rifat Odeh Kassis – Os números são uma questão complicada na parte do mundo em que nós vivemos; eles dependem da forma como se conta. Ao contar os cristãos, algumas estatísticas incluem os russos que emigraram para Israel recentemente bem como outras pessoas de procedência internacional que vivem na Palestina, ao passo que outras só contam os árabes. Isso faz com que seja difícil obter um número claro. Nossa estimativa é que haja 120 mil cristãos dentro de Israel e 60 mil dentro da Palestina. Além disso, cerca de 600 mil vivem na diáspora.

IHU On-Line – Quais foram as causas pelas quais você foi preso? O trânsito de não judeus em território israelense é seguro?

Rifat Odeh Kassis – Fui preso por causa de meu engajamento político e social. Nunca foi condenado e fui preso administrativamente, o que significa que no processo foram usados arquivos ocultos que ninguém, inclusive os advogados, podia ler. Os palestinos não podem entrar em Israel sem permissão e autorização de segurança. O mesmo se aplica à Jerusalém Leste ocupada. Israel nos trata como suspeitos e com uma atitude de “culpado até prova em contrário”. Não é fácil obter permissões, especialmente para as pessoas politicamente atuantes ou presas por Israel.

IHU On-Line – A questão dos direitos humanos tem sido respeitada pelas autoridades em ambos os lados?

Rifat Odeh Kassis – O histórico de Israel no tocante ao respeito aos direitos humanos é muito ruim e tem sido criticado por todas as instituições de direito internacional e pela Organização das Nações Unidas – ONU. A Autoridade Palestina tampouco tem um histórico excelente em termos de respeito aos direitos humanos, embora haja julgamentos para

“A finalidade do documento é enviar uma mensagem ao nosso povo para ser paciente, firme e para resistir a seus ocupantes e opressores de modo não violento”

responsabilizar seus integrantes, e a maioria das organizações de direitos humanos aqui trabalha nessa área. É importante acrescentar que a Autoridade Palestina não tem autoridade real; no que diz respeito à maioria das violações dos direitos humanos, como a detenção de ativistas, ela segue as instruções de Israel.

IHU On-Line – Do que se trata a “Paz Justa” e de que maneira ela vem sendo trabalhada para a resolução do conflito no mundo árabe?

Rifat Odeh Kassis – Para os palestinos, a perspectiva de uma paz verdadeiramente justa é improvável. Estamos falando sobre uma paz justa relativa, já que os palestinos foram tirados de seus lares e de seu país em 1948 e uma ocupação estrangeira tomou sua terra. A própria solução da partição da terra foi irresponsável e negou aos palestinos seus direitos em sua própria pátria. Assim, a paz justa relativa é, para os palestinos, ter seu próprio país com o direito à autodeterminação, o direito de retorno para os refugiados e que os palestinos que estão dentro de Israel obtenham direitos iguais sem limitações.

IHU On-Line – Como você avalia o conflito no mundo árabe? O que de fato está em jogo?

Rifat Odeh Kassis – Esta pergunta merece um artigo inteiro, mas tentarei

ser breve em minha resposta. Em primeiro lugar, sempre há conflito entre os regimes árabes e o povo. A maioria desses regimes é de ditadores que governam contra a vontade de seu povo; muito poucos foram eleitos. Isso está relacionado com a forma como o mundo árabe foi dividido pelas potências coloniais durante e após a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. A divisão ocorreu arbitrariamente, e, na maioria dos casos, as potências coloniais instalaram as minorias para governar as maiorias – um fator importante de impedimento da democracia, pois a minoria não pode governar a maioria por meios democráticos. Além disso, nossa região sempre serviu de campo de batalha para superpotências mundiais, mesmo durante a era da Guerra Fria; a guerra foi muito quente em nossa região e nós tivemos de arcar com suas consequências. Além disso, a criação de Israel na terra palestina e no coração do Oriente Médio teve um efeito negativo na caminhada rumo à democracia, pois todos os regimes tomaram a causa palestina como desculpa para implementar economias de guerra e negligenciar o desenvolvimento de seus países sob o pretexto de preparar-se para a guerra com Israel. Tudo isso levou à deterioração da estabilidade econômica e política, ao aumento da pobreza e do desemprego; a maior parte do mundo árabe ficou de fora da revolução tecnológica. Essa realidade criou inquietação principalmente entre os jovens de nossa região, impelindo-os a se revoltar contra seus regimes. Infelizmente, os partidos progressistas e democráticos estabelecidos não estavam prontos para assumir, e, assim, os grupos que se beneficiam da situação são os movimentos islâmicos, que, como podemos ver, estão florescendo atualmente. Os movimentos islâmicos não têm uma resposta para os problemas com que se defronta o mundo árabe e, mais cedo ou mais tarde, usarão os mesmos métodos usados pelos regimes anteriores para silenciar o povo – o que desencadeará outra revolução. Espero que as organizações democráticas e progressistas estejam prontas dessa vez.

A falta de vontade política nas decisões sobre o conflito Israel X Palestina

O que esse povo mais reivindica é a liberdade a essa população, através do fim da ocupação e a constituição de um Estado palestino, para que assim possa se negociar a paz de maneira justa e igual, frisam Eduardo Minossi de Oliveira e Érico Teixeira de Loyola

POR THAMIRIS MAGALHÃES

“Resumir tudo o que vivenciei na Palestina é difícil, pois morar lá e conviver com a luta diária do povo é uma experiência única. Aprende-se muito por ser um local com uma cultura diferenciada da ocidental e também pelos tristes fatos que víamos. E o que mais me chamou a atenção foi isto: a força de vontade do povo para ter uma vida normal”, lembra o geógrafo Eduardo Minossi de Oliveira. Já o advogado licenciado Érico Teixeira de Loyola recorda que a convivência com as pessoas, e a oportunidade de acompanhar os esforços de palestinos e israelenses pela paz foi algo incrível. “Além disso, foi também fundamental para mim a chance que tivemos de desmistificar alguns estereótipos, experimentando a realidade de uma ocupação militar ‘por dentro’, sem intermediários”.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ambos, que estiveram presentes na Palestina como observadores de direitos humanos através do Programa de Acompa-

nhamento Ecumênico na Palestina e Israel – PAEPI/EAPPI, lembram momentos que marcaram para sempre suas vidas no local e contam um pouco o que, de fato, está em jogo no conflito envolvendo Israel e a Palestina. “Embora haja um amplo arcabouço legal reconhecendo a ilegalidade da ocupação assim como da expansão das colônias na Cisjordânia, parece não haver vontade política para executar as decisões sobre o tema”, continua Érico de Loyola.

Eduardo Minossi de Oliveira é graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Érico Teixeira de Loyola é graduado em Direito pela mesma Universidade. Ambos estiveram presentes na Palestina como observadores de direitos humanos através do Programa de Acompanhamento Ecumênico na Palestina e Israel – PAEPI/EAPPI, coordenado pelo Conselho Mundial de Igrejas – CMI.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – De modo geral, como resumem suas estadas nos territórios palestinos? O que mais lhes chamou atenção no local?

Eduardo Minossi de Oliveira – Resumir tudo o que vivenciei na Palestina é difícil, pois morar lá e conviver com a luta diária do povo é uma experiência única. Aprende-se muito

por ser um local com uma cultura diferenciada da cultura ocidental e também pelos tristes fatos que víamos. E o que mais me chamou a atenção foi isto: a força de vontade do povo para ter uma vida normal.

Érico Teixeira de Loyola – Creio que a convivência com as pessoas e a oportunidade de acompanhar os

esforços de palestinos e israelenses pela paz foi algo incrível. Além disso, foi também fundamental para mim a chance que tivemos de desmistificar alguns estereótipos, experimentando a realidade de uma ocupação militar “por dentro”, sem intermediários.

IHU On-Line – Qual é o maior problema enfrentado pelo povo palestino e o que – ou pelo quê – esse povo mais reivindica?

Eduardo Minossi de Oliveira – Todos os principais problemas enfrentados pela população advêm da ocupação dos territórios palestinos por parte de Israel, que ocorre desde 1967. Viver em um território ocupado por outro país é ter dificuldade de acesso a todos os direitos básicos, não poder participar de decisões ou reivindicar melhorias, e estar sempre exposto às arbitrariedades por parte das forças de ocupação.

O que esse povo mais reivindica é a liberdade a essa população, através do fim da ocupação e a constituição de um estado palestino, para que assim possa se negociar a paz de maneira justa e igual.

IHU On-Line – Qual o real papel da religião no conflito Israel/Palestina? Há uma posição consensual entre judeus ortodoxos e reformistas diante do conflito? Em geral, como as correntes judaicas veem o conflito?

Érico Teixeira de Loyola – Estou bem longe de ser um *expert* no tema. Porém, de modo geral me pareceu que a religião é uma espécie de camada externa do conflito, que é, na realidade, muito mais político e econômico. A religião, tanto do lado muçulmano como do judaico, e até mesmo do cristão, é geralmente a chave para a radicalização, mas não para a disputa em si. É até um pouco irônico pensar dessa forma, mas a Autoridade Palestina, representada pelo Fatah, propõe-se a ser secular, ao passo que o Estado de Israel se diz o “lar dos judeus”. Quer dizer, aparentemente quem pode melhor manobrar essa questão religiosa a seu favor é o governo israelense, que inegavelmente se vale dos interesses dos grupos mais radicais para colocar em marcha o processo de ocupação e anexação.

Aliás, quanto aos grupos judaicos, nota-se a diferença de postura entre os judeus mais liberais, como aqueles que vivem em Tel Aviv, e os mais ortodoxos, como os que residem em Jerusalém, no que diz res-

“O que mais me chamou a atenção foi isto: a força de vontade do povo para ter uma vida normal”

peito a hábitos, vestes, rigidez na observância aos preceitos religiosos, etc. No entanto, quando se chega à “Questão Palestina”, pareceu-me que o tema da segurança fala mais alto, e, aí, há uma opinião corrente, que é habilmente explorada e alimentada pelo governo e pelas forças armadas, no sentido de que a existência do Estado está sempre em risco; por isso, qualquer medida que engendre um pouco de flexibilização e aproximação é normalmente vista com muita desconfiança, independentemente da corrente religiosa.

IHU On-Line – De que maneira você vê a solução para o conflito? Faz-se necessário o estabelecimento de dois estados independentes? Ou que outra solução você daria?

Érico Teixeira de Loyola – Historicamente, o estabelecimento de dois Estados é a solução preconizada pela comunidade internacional. No entanto, há vozes, e elas não são poucas, advogando a criação de um só Estado. Aliás, a maneira como a ocupação se encontra consolidada põe em sérias dúvidas a viabilidade de um Estado Palestino.

One State Solution

No entanto, acredito que a questão do chamado *One State Solution* precisa ser equacionada de forma a garantir o surgimento de um Estado verdadeiramente pluralista e democrático. Afinal, Israel, hoje, tem recursos de poder muito superiores aos dos palestinos, e suas bases políticas ressaltam o caráter do “lar judeu” àquele país.

Nesse caso, ocorre a seguinte pergunta: é possível ter um Estado judeu, um lar judeu, que seja, ao mesmo tempo, um Estado que represente muçulmanos e cristãos e que colabore para a integração de todos? É possível, por outro lado, ter uma Jerusalém que pertença exclusivamente ao Estado de Israel? A questão não é simples, mas o regime hoje vigente, que mais divide do que une, certamente não colabora para isso.

IHU On-Line – Qual a posição do Brasil em relação ao conflito israelo-palestino? Em sua opinião, o país adota uma postura coerente de busca pela resolução do conflito?

Érico Teixeira de Loyola – O Brasil, desde a criação da Organização das Nações Unidas – ONU, tem um compromisso com o estabelecimento de dois Estados na região. Isso, aliás, é uma marca da nossa política externa, revelada, por exemplo, no apoio do país ao pedido de ingresso da Palestina na ONU. No entanto, talvez por nosso perfil mais pragmático em termos de política externa, vê-se que o Brasil evita tomar atitudes que realmente desafiem a ocupação. Por medidas desafiadoras eu não quero dizer radicalizar e abrir mão do nosso perfil negociador, como cortar relações com Israel, pois isso não levaria a nada. Mas, definitivamente, falta criatividade no que tange, por exemplo, o apoio a iniciativas que façam valer os Acordos de Oslo e encaminhem a criação de um Estado Palestino soberano.

Investimento em projetos humanitários

Uma tendência internacional, por exemplo, é investir em projetos humanitários em áreas consideradas “C”, onde Israel, segundo os referidos Acordos, tem controle civil e militar, dificultando a construção de edificações palestinas. O Brasil, conforme nos foi repassado quando visitamos a representação em Ramallah, tem muitos projetos em centros urbanos (Ramallah é um deles), mas não investe muito na região do Vale do Rio Jordão, uma das que hoje se encontra quase sob controle completo de Israel. Ora,

isso não oferece nenhum desafio ao governo israelense; pelo contrário, de alguma forma apenas consolida a situação como ela se encontra.

Falta atitude mais proativa e eficaz

Outra possibilidade seria seguir os passos da África do Sul e distinguir produtos israelenses daqueles produzidos nas colônias situadas nos territórios ocupados, que são reiteradamente consideradas ilegais pelo Direito Internacional. Seria uma iniciativa simples, mas que chamaria a atenção para a ilegalidade do processo expansionista levado a cabo naquela região e para a questão palestina. Em síntese, creio que a política externa se mostra relativamente coerente com o discurso. No entanto, o que falta é uma atitude mais proativa e eficaz.

IHU On-Line – Como o Direito Internacional interpreta o fato de Israel ter ignorado a resolução da ONU ao invadir território palestino em 1967, dando continuidade à política de assentamentos irregulares na região?

Érico Teixeira de Loyola – A ocupação, assim como a expansão das colônias israelenses, é reputada ilegal conforme as Convenções de Genebra e as inúmeras decisões da ONU sobre o tema. Já a Resolução n. 242 do Conselho de Segurança das Nações Uni-

“Creio que a convivência com as pessoas e a oportunidade de acompanhar os esforços de palestinos e israelenses pela paz foi algo incrível”

das, aliás, de novembro de 1967, produzida logo depois da Guerra dos Seis Dias, deixa isso bem claro ao afirmar que a ocupação constitui uma violação aos princípios da Carta da ONU e um risco à obtenção de uma paz justa e duradoura no Oriente Médio.

A postura israelense viola o Direito Internacional

A partir daí, inúmeras resoluções foram emitidas, tanto pelo Conselho de Segurança como pela Assembleia Geral, reiterando a ilegalidade da conduta de Israel, reafirmando a ideia da

coexistência de dois Estados na região e chamando a atenção para a irregularidade na contínua expansão das colônias. Aliás, o amplo apoio dado ao pedido de adesão da Palestina à ONU, conforme as fronteiras pré-Guerra dos Seis Dias – pelo menos no âmbito da Assembleia Geral –, é prova de que há um amplo consenso a respeito da matéria, ou seja, de que a postura israelense viola o Direito Internacional.

Também a Corte Internacional de Justiça, em 2004, no exercício de suas prerrogativas consultivas, emitiu opinião reconhecendo que a construção da barreira de separação em território palestino assim como a expansão das colônias naquele território configurava uma flagrante violação à Quarta Convenção de Genebra e uma anexação *de facto* do território palestino. No entanto, apesar de determinado pela Corte o “redesenho” do trajeto do muro, de forma a que seguisse as fronteiras de 1967, nada foi feito, apesar dos inúmeros apelos da Assembleia Geral.

Vontade política escassa

Ou seja, embora haja um amplo arcabouço legal reconhecendo a ilegalidade da ocupação, assim como da expansão das colônias na Cisjordânia, parece não haver vontade política para executar as decisões sobre o tema.

LEIA OS CADERNOS IHU

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

MST e Via Campesina: solidariedade com a heroica resistência popular

Para o doutor em Ciência Política, Marcelo Buzetto, a criação do Estado de Israel é a origem da atual guerra na Palestina. “A partilha da Palestina feita pela ONU em 29 de novembro de 1947 e a fundação do Estado de Israel como Estado judeu em 15 de maio de 1948 são, sem dúvida, a origem do conflito”.

POR THAMIRIS MAGALHÃES

“O internacionalismo é um princípio fundamental que sempre orientou nossas ações”, explica o membro do Setor de Relações Internacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Marcelo Buzetto, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Dentro dessa perspectiva, continua ele, “temos enviado vários militantes e dirigentes do MST para conhecer a experiência de luta popular do povo palestino contra a ocupação israelense, principalmente seu impacto na vida cotidiana de camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras rurais e pescadores, que são parcelas da população que sofrem muito com a guerra imposta pelo governo de Israel desde

sua fundação (em terras palestinas) em 15 de maio de 1948. Nos últimos dez anos temos intensificado nossas relações de solidariedade com esta heroica resistência popular”.

Marcelo Buzetto é membro do Setor de Relações Internacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, doutor em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e professor de Geopolítica do Mundo Contemporâneo no curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Fundação Santo André. Esteve na Palestina várias vezes em 2010 e 2011 na perspectiva de contribuir na construção da Via Campesina na região.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que é o movimento sionista?

Marcelo Buzetto – Criado em 1897 por Theodor Herzl¹, no Primeiro Congresso Sionista, na Basileia (Suíça), esse movimento político decide lutar pela criação de um Estado judeu na Palestina, por considerar que lá era uma “terra sem gente” e que os “judeus eram um povo sem terra”. Utilizando-se da religião para manipular e estimular as massas judaicas nessa aventura migratória para a Palestina, os sionistas criaram um banco e come-

çaram a se organizar e comprar terras na Palestina, dialogar e pressionar governos para apoiar sua causa, aproveitando-se da situação de preconceito e perseguição que os judeus viviam em determinadas cidades da Europa e da Rússia. Esse movimento de setores da burguesia judaica europeia teve em Herzl seu principal ideólogo. Ele dizia que “em 50 anos vamos criar o Estado judeu na Palestina”. Em 1947, a Organização das Nações Unidas – ONU aprova a partilha da Palestina em Estado judeu e Estado palestino. Os sionistas negociaram com o Império Turco-Otomano, com o Império Britânico, com o Império Alemão e depois, em 1933 e 1934, até com o governo de Hitler. A ideia era criar a qualquer

custo um Estado judeu, mesmo com o apoio dos nazistas, que apoiavam a ideia. É importante diferenciar judaísmo de sionismo. Até hoje existem judeus não sionistas (ou antissionistas) na Palestina, na Europa, nos EUA e nos países árabes/muçulmanos. A criação do Estado de Israel é a origem da atual guerra na Palestina. A partilha da Palestina feita pela ONU em 29 de novembro de 1947 e a fundação do Estado de Israel como Estado judeu em 15 de maio de 1948 são, sem dúvida, a origem do conflito.

IHU On-Line – Qual a relação do Movimento dos Sem Terra – MST – com os palestinos? Quando essa relação começou e por quê?

¹ Theodor Herzl (1860-1904): jornalista judeu austro-húngaro que se tornou fundador do moderno sionismo político. Seu nome em hebraico era Benjamin Ze'ev (בן-ציון). (Nota da **IHU On-Line**)

Marcelo Buzetto – Desde a fundação do MST, em 1984, temos desenvolvido relações de solidariedade e cooperação com organizações de trabalhadores de diversas partes do mundo. O internacionalismo é um princípio fundamental que sempre orientou nossas ações. Dentro dessa perspectiva, temos enviado vários militantes e dirigentes do MST para conhecer a experiência de luta popular do povo palestino contra a ocupação israelense, principalmente seu impacto na vida cotidiana de camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras rurais e pescadores, que são parcelas da população que sofrem muito com a guerra imposta pelo governo de Israel desde sua fundação (em terras palestinas) em 15 de maio de 1948. Nos últimos dez anos temos intensificado nossas relações de solidariedade com esta heroica resistência popular.

O interesse pela causa palestina

Desde 2002, quando nosso companheiro Mario Liu esteve presente por 22 dias no Quartel-General da Organização para a Libertação da Palestina – OLP em Ramallah-Cisjordânia diante dos bombardeios israelenses, com tanques e helicópteros atacando a cidade, cresceu no MST e na Via Campesina o interesse pela causa palestina. Naqueles dias, Yasser Arafat e a direção da OLP estavam sitiados por forças militares que atacaram simultaneamente várias cidades palestinas. Destruíram prédios comerciais, públicos e residenciais em Ramallah, Belém, etc. Nem a Igreja da Natividade, onde os cristãos afirmam que teria nascido Jesus, escapou. Tanques israelenses atacaram a Igreja, alegando que dentro dela estavam militantes palestinos procurados pela polícia israelense. Depois, estreitamos relações com os companheiros da Alternative Information Center – AIC, uma organização que reúne palestinos e israelenses antissionistas e contra a ocupação. Participamos da delegação da Via Campesina em 2002, do Fórum Social Palestino em 2003, e de lá para cá temos buscado contato mais próximo com os camponeses e suas organizações, principalmente a Union of Agricultural Work Committees –

UAWC, que participam da Via Campesina, nossa organização internacional.

IHU On-Line – Qual o objetivo do MST no país árabe? Que conquista ou mudança você relata com a presença do movimento na Palestina?

Marcelo Buzetto – Aprendemos muito com a coragem e a capacidade de enfrentar situações de intensa dificuldade e repressão, pois os palestinos vivem sob ocupação militar desde 1948, e desenvolvem desde essa época diversas formas de luta e de mobilização popular. Ampliamos a solidariedade entre trabalhadores da Palestina e do Brasil. Apresentamos aos palestinos organizações brasileiras que podem fortalecer a divulgação de suas lutas, e eles fazem o mesmo com o MST. A participação da UAWC em várias reuniões, conferências e mobilizações da Via Campesina levou a luta contra os transgênicos e pela defesa das sementes como patrimônio da humanidade para o interior das vilas e cidades palestinas. Hoje a UAWC implementa o programa de defesa da soberania alimentar da Via Campesina, e sofre as consequências por isso. Mais perseguição e repressão das autoridades israelenses.

IHU On-Line – Quais os objetivos da Via Campesina na região?

Marcelo Buzetto – Contribuir para fortalecer a UAWC em suas lutas por terra, água, melhores condições de vida e de trabalho; construir a Via Campesina na Palestina, num primeiro momento, e, depois, como segundo passo, nos países árabes vizinhos da Palestina. Também estamos contribuindo para estimular a unidade dos movimentos de camponeses, trabalhadores rurais e pescadores. Existem por lá várias organizações, mas que muitas vezes, como aqui, ficam dispersas, fazem suas lutas específicas e corporativas e têm uma dificuldade muito grande para ações mais unitárias e permanentes, até porque sob ocupação militar israelense é muito mais difícil fazer luta social. Nessa perspectiva, organizamos em 2011 o primeiro Encontro de Camponeses, Trabalhadores Rurais e Pescadores da Palestina. A delegação de pescadores de Gaza foi proibida de chegar, não tiveram autorização, pois o encontro foi

na Cisjordânia, em Al-Khalil/Hebron. Militantes da UAWC foram presos antes e depois do encontro, mas foi um passo importante nessa construção.

IHU On-Line – Que ações (ou posições) os movimentos populares brasileiros tomam em relação ao povo palestino?

Marcelo Buzetto – Existem no Brasil Comitês de Solidariedade em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Brasília que organizam, junto com movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, ações concretas de solidariedade, manifestações, campanhas pela libertação dos presos políticos, pelo boicote à compra de produtos de empresas israelenses, contra a existência do Muro do Apartheid, construído por Israel em terras palestinas para promover a separação e aumentar a repressão às organizações sociais e populares (tem hoje 700 km já construídos), contra a demolição de casas palestinas em Jerusalém Oriental, em defesa dos refugiados palestinos que estão aqui no Brasil, etc. Ano passado, realizamos o Primeiro Encontro Nacional de Solidariedade ao Povo Palestino, na Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF (Guararema-SP) – que resultou num documento unitário assinado por várias organizações brasileiras e com a presença de várias lideranças da luta popular palestina.

IHU On-Line – Em geral, que posição pode-se dizer que o brasileiro tem em relação ao conflito entre Israel e Palestina?

Marcelo Buzetto – No geral, um profundo desconhecimento combinado com certo preconceito para com os árabes, palestinos e muçulmanos. Mas essa visão está mudando, e parcela da população brasileira já manifesta sua solidariedade com esta causa justa, principalmente por conta da ação do movimento sindical, de partidos, do movimento popular e de intelectuais progressistas que, dentro e fora das escolas e universidades, fazem o trabalho de esclarecimento, debate e divulgação sobre o tema. O povo brasileiro fala toda semana da Palestina, lembra-se dela e de seu povo nas suas orações, nos cultos e missas celebra-

das por igrejas cristãs, mas chama essa terra de Israel. O povo brasileiro, quando tem acesso à informação verdadeira sobre o conflito, rapidamente fica ao lado dos palestinos e dos israelenses que são contrários à política de seu próprio governo. O povo brasileiro também deseja a paz na Palestina; ele também gostaria de ver um Estado palestino onde possam conviver em paz e cooperação cristãos, judeus, muçulmanos, drusos, ateus, etc. Precisamos aproveitar a forte religiosidade do povo brasileiro para debater e esclarecer o que acontece na chamada “Terra Santa”, pois a mídia empresarial tem difundido inúmeras mentiras sobre o conflito.

Por exemplo, vários cantores brasileiros estão indo fazer shows na Palestina ocupada e nem se importam em obter mais informações sobre o que acontece lá. Durante shows de Roberto Carlos e Daniela Mercury, palestinos foram presos e assassinados pela polícia ou exército israelenses ou por colonos judeu-sionistas que ocupam ilegalmente terras palestinas da Cisjordânia. E aqui os apresentadores de TV falavam dos shows na “capital do Estado de Israel”, ou seja, em Jerusalém. De acordo com a própria ONU, Jerusalém Oriental é a capital do Estado palestino, e a outra parte da cidade deveria ser administrada pela ONU, para assegurar a liberdade de culto e a preservação dos locais sagrados das três religiões (judaísmo, cristianismo, islamismo). E Israel ocupou militarmente Jerusalém em 1967. Mas, aos poucos, vamos realizando esse trabalho de divulgação das lutas na Palestina.

IHU On-Line – As articulações feitas durante as edições do Fórum Social Mundial, no Brasil, com militantes pró-Palestina, têm gerado efeitos?

Marcelo Buzetto – Com certeza. Em todas as edições do FSM sempre tivemos, aqui ou em outro país, uma expressiva delegação palestina, pois lá existem muitos movimentos de jovens, intelectuais, escritores, poetas, mulheres, operários, camponeses, músicos, pintores, enfim, a sociedade palestina possui uma grande diversidade e uma riqueza imensa do ponto de vista político, social e cultural. En-

“A criação do Estado de Israel é a origem da atual guerra na Palestina”

tão, sempre foram muito ativos e presentes nos FSMs. O resultado desse trabalho dos palestinos e seus aliados resultou no FSM Palestina Livre, que ocorrerá no Brasil, em Porto Alegre, de 28-11-12 a 01-12-12.

IHU On-Line – Há diálogo e cooperação entre os diversos movimentos populares brasileiros para com o povo palestino? Como isso acontece?

Marcelo Buzetto – A Central Única dos Trabalhadores – CUT e a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB têm relações muito próximas e de cooperação com sindicatos e centrais sindicais palestinas. A Marcha Mundial de Mulheres – MMM do Brasil realiza ações conjuntas com movimentos de mulheres palestinas, entre elas a União dos Comitês de Mulheres Palestinas – UPWC, nós do MST e Via Campesina, com a União dos Comitês de Trabalho Agrícola – UAWC, etc. Participamos de mobilizações e encontros lá, e eles vêm ao Brasil para trocarmos impressões sobre a conjuntura política local, regional, mundial, realizar cursos de formação política, discutir uma pauta comum dos movimentos, etc.

IHU On-Line – Como você vê a solução para o conflito? Faz-se necessário o estabelecimento de dois estados independentes? Ou que outra solução você daria?

Marcelo Buzetto – A solução de dois Estados está cada vez mais inviável, o que não significa dizer que a proposta originária da OLP de um Estado palestino laico e democrático em toda a Palestina histórica seja algo fácil de conquistar. Quem governa Israel desde 1948 são membros de partidos sionistas, e o sionismo tornou-se um movimento nacionalista conservador, antidemocrático e racista (até a ONU

já aprovou resolução considerando o sionismo como uma forma de racismo). Uma das características principais do sionismo é o expansionismo/militarismo. Querem construir na Palestina o Eretz Israel (Grande Israel). Seja o Partido Trabalhista, o Social-Democrata, o Likud, todos os partidos que governaram Israel realizam políticas expansionistas. Em todos os governos israelenses ocorreram prisões ilegais, tortura e assassinato de palestinos, tomada de terra/território palestino por colonos judeus sionistas ou pelo governo de Israel, proibição ao retorno dos refugiados, bombardeio contra população civil, etc.

Ilegal partilha da Palestina

A proposta de dois Estados nasce com a ilegal partilha da Palestina, realizada pela ONU após votação em 29 de novembro de 1947. Nos anos 1970, ela volta ao centro do debate com apoio da ex-URSS e foi sendo construída no interior da OLP entre 1974 e 1988, e ganhou força na direção da OLP entre 1988 e 1994. Nos acordos de Oslo (1993-1994), ela foi ratificada, mas com um agravante, pois aí aparece a ideia de que Israel deveria recuar até as fronteiras de 4 de junho de 1967, data do início da guerra dos seis dias. Na proposta de dois Estados da ONU, de 1947, o Estado palestino teria cerca de 46% do território da Palestina histórica, Jerusalém Oriental seria a sua capital e Jerusalém Ocidental seria controlada pela ONU, que deveria assegurar a liberdade de culto e proteger os locais sagrados (e se isto acontecesse não haveriam os refugiados). Na proposta das “negociações de paz” de Oslo e na apresentada por Mahhamoud Abbas (presidente da Autoridade Palestina – AP) na ONU, o Estado palestino ficaria só com 25% do território, Israel se nega a negociar o tema Jerusalém, e está agora demolindo casas e expulsando os palestinos da cidade; aprovou uma lei obrigando todos os cidadãos em território israelense a reconhecer o caráter judaico do Estado (caso contrário podem ser expulsos do país); não negocia e não autoriza o retorno dos refugiados às suas casas e terras tomadas por Israel em 1948 e em 1967; não permite aos palestinos ter forças armadas num suposto Estado palestino; se nega a defi-

nir as fronteiras de Israel; controla militarmente toda a Palestina por terra, mar e ar, controla as fronteiras com Líbano, Síria e Jordânia e mantém na prisão cinco mil palestinos, entre eles 192 crianças menores de 16 anos e 27 deputados eleitos para o parlamento palestino.

Construção de Estado palestino laico e democrático

Ainda acredito, assim como grande parte do povo palestino, que a melhor saída é a luta pela construção de um Estado palestino laico e democrático, onde todos possam viver em paz, independentemente de sua religião ou posição política. Mas para isso é preciso fortalecer todas as formas de luta contra a ocupação israelense, apoiar o direito legítimo à resistência do povo palestino diante de uma ocupação militar por forças estrangeiras, lutar cotidianamente contra a ocupação, contra o muro, pela retomada das terras, pela libertação dos presos, continuar o trabalho de denúncia dos crimes de Israel junto à comunidade internacional, fortalecer a unidade política entre todas as tendências e partidos políticos palestinos (Fatah, Hamas, Jihad, Frente Popular para a Libertação da Palestina – FPLP, Frente Democrática para a Libertação da Palestina – FDLP, Partido do Povo Palestino – PPP, Iniciativa Nacional Palestina, etc.). Além disso, é preciso fortalecer o movimento político e social antissionista que existe em Israel. Nem todo cidadão israelense é a favor de seu governo. O Partido Comunista de Israel, o Centro de Informação Alternativa, o Movimento Filhos da Terra (só para dar alguns exemplos) são organizações que contam com a participação de israelenses contrários à ocupação e a favor de um Estado palestino. Será preciso lutar, ao mesmo tempo, pela construção do Estado palestino e pela

desionização do Estado de Israel, e assim ir construindo as condições mais favoráveis para o retorno da proposta de um Estado, pois hoje as condições não são muito favoráveis, até porque a direção política da OLP e da AP são a favor da proposta rebaixada de dois Estados.

IHU On-Line – Como você define a situação atual do conflito? Vê uma resolução pacífica em médio prazo?

Marcelo Buzetto – O povo palestino está empenhado em lutar todos os dias contra a ocupação israelense. Isso é o principal. Existem na população palestina as mais diversas reações diante da atual fase do conflito. Desânimo, decepção, frustração, tanto com a postura da chamada “comunidade internacional” como com a postura da direção da OLP e da AP. O abandono da mobilização de massas e da luta armada como métodos centrais de enfrentamento contra a ocupação israelense por parte da direção da OLP e da AP, priorizando acordos, negociações e compromissos com os governos de Israel (a maioria nunca cumpridos), somado às denúncias de corrupção no recente governo palestino, bem como a repressão, por forças da polícia palestina treinada por Israel e pelos EUA, contra o seu próprio povo (algo que tem se tornado cada vez mais comum), só prolongam o sofrimento dos palestinos e deixam à distância o sonho de libertação de sua pátria.

Solução pacífica

Para que venha uma solução pacífica, faz-se necessário impor uma contundente derrota política, diplomática, moral e militar à potência colonialista, que é Israel. A ONU está enfraquecida e desmoralizada. Não tem nem vontade, nem força, nem coragem para obrigar Israel a cumprir

as inúmeras resoluções sobre a Questão Palestina (o que já seria um bom começo para uma solução política pacífica). Israel não vai diminuir a repressão. Já disse que se os palestinos continuarem a pedir na ONU o reconhecimento do Estado, isso pode gerar mais guerra e mais conflitos, numa clara ameaça a um direito legítimo. Ou seja, Israel foi criado por uma decisão da ONU, mas para o governo de Israel, o Estado palestino não pode seguir o mesmo caminho. Quanto mais rápida a derrota política, diplomática, moral e militar de Israel, mais rapidamente nos aproximaremos da solução para o conflito. Não será rápida nem isenta de contradições ou até erros, como vários outros processos semelhantes. O fundamental agora é apoiar todas as iniciativas palestinas de luta contra a ocupação israelense e apoiar os judeus e israelenses antissionistas, que são duramente perseguidos em Israel.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?

Marcelo Buzetto – Que o Fórum Social Mundial Palestina Livre, que vai ocorrer em Porto Alegre-RS, entre os dias 28 de novembro e 1 de dezembro deste ano, será um grande passo adiante para fortalecer a solidariedade para com o povo palestino e sua causa justa pela liberdade, democracia e independência nacional. Queremos convidar todas as pessoas e organizações progressistas a participar de maneira ativa nesse processo. Os palestinos escolheram o Brasil para este grande encontro internacional. Serão quatro dias de debates, conferências e atividades culturais sobre a vida e a luta desse heroico povo. Fica o convite e a convocação para todos que lutam pela construção de um mundo mais justo.

Baú da IHU On-Line

>> Sobre o tema do conflito Israel e Palestina, leia uma entrevista feita pela **IHU On-Line** com a teóloga e filósofa Nancy Cardoso Pereira, intitulada “Palestina e Israel: caminhos para uma paz justa”, publicada na edição número 400, de 27-08-2012, disponível em <http://bit.ly/NZ9h4a>

Tema
de
Capa

**Destques
da Semana**

IHU em
Revista

Entrevistas da Semana

Por uma Igreja pluripatriarcal e não somente centrada em Roma

Para o teólogo alemão residente na França, Christoph Theobald, Roma não deveria centralizar a resolução de todas as questões e, nos diferentes continentes, deveriam existir patriarcados culturais muito mais autônomos

POR GRAZIELA WOLFART | TRADUÇÃO DE VANISE DRESCH

Na opinião do teólogo Christoph Theobald, a crise que vive hoje a Igreja se deve, em parte, à incapacidade de escuta: “à incapacidade tanto de ouvir Deus falar quanto de ouvir os outros, uma vez que Deus fala através deles, de nos escutarmos e nos entendermos mutuamente. Então, o silêncio é a condição absoluta para que se possa escutar”. Segundo ele, o silêncio de Deus pode ter duas qualidades. “Por um lado, o silêncio de alguém pode assustar porque, num grupo, quando um indivíduo se cala totalmente, não se consegue saber o que ele está pensando; por outro lado, o silêncio de Deus não é desta natureza, é o silêncio de alguém que não tem nada a acrescentar por já ter dito tudo. O amor de Deus em Cristo, a intimidade de Deus, é suficiente. Portanto, o silêncio de Deus é como se Ele escutasse o que os homens têm a dizer uns aos outros”. Ao refletir sobre o legado do Concílio Vaticano II, Theobald argumenta que uma das questões não abordadas pelo Concílio e que é de fundamental importância em nossos dias é a ecologia. “O Vaticano reforça um pouco hoje a discussão sobre o assunto, mas o Concílio não fez nenhuma referência ao tema. Eu creio que a grande questão do futuro gira em torno do aumento da população, da

extinção das energias fósseis e principalmente do aquecimento climático. Trata-se, a meu ver, de uma questão espiritual porque exige grandes renúncias na vida da humanidade hoje”.

Professor de Teologia Fundamental e Dogmática nas faculdades jesuítas do Centre Sèvres (Paris), Theobald é diretor da revista *Recherches de Science Religieuse* e colaborador em diversas redes de reflexão teológica. Dentre seus escritos, destacam-se as seguintes obras: *A revelação* (2002), *Transmitir um Evangelho de Liberdade* (2007), ambas publicadas no Brasil pelas Edições Loyola, e *O cristianismo como estilo: uma maneira de fazer teologia na pós-modernidade* (2007).

Christoph Theobald esteve na Unisinos no último dia 4 de outubro, participando do **XIII Simpósio Internacional Igreja, Cultura e Sociedade. A semântica do Mistério da Igreja no contexto das novas gramáticas da civilização técnico-científica**, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Na ocasião, ele preferiu a conferência “As grandes intuições do Concílio Vaticano II: desafios e possibilidades de aproximações às gramáticas atuais”. Ao final da mesma, concedeu a entrevista a seguir, pessoalmente, à **IHU On-Line**.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que deveria fazer parte de uma releitura do Concílio Vaticano II hoje?

Christoph Theobald – Em primeiro lugar, foi o que tentei explicar em

minha conferência sobre um modo de proceder, um modo de ouvir a palavra de Deus hoje, ou seja, um modo de interpretar as Escrituras. Isso é total-

mente novo no Concílio Vaticano II¹.

¹ **Concílio Vaticano II**: convocado no dia 11-11-1962 pelo Papa João XXIII. Ocorreram quatro sessões, uma em cada ano. Seu encerramento deu-se a 8-12-1965,

Em segundo lugar, não ler somente as Escrituras, mas também os jornais, para que possamos interpretar os sinais dos tempos, os acontecimentos ao redor de nós, os debates travados no próprio seio da sociedade, por exemplo, sobre a questão ecológica, e, por fim, as utopias que circulam na sociedade – para a tradição cristã, na verdade, é a utopia messiânica de uma humanidade plenamente realizada. Eis os dois elementos que, a meu ver, estão intimamente ligados. O terceiro elemento é o acesso à interioridade, à oração, ao colóquio com Deus e à liturgia. Temos, então, três vertentes de uma mesma prática que hoje devem ser transmitidas aos crentes, aos cristãos, ensinando-os novamente, talvez, a se entenderem mutuamente, pois me preocupam um pouco os conflitos e os jogos de oposição dentro da tradição cristã.

IHU On-Line – Quais os eixos temáticos que atravessam os documentos do Concílio Vaticano II que o senhor considera mais atuais para iluminar os desafios da época em que vivemos?

Christoph Theobald – Eu citaria, em primeiro lugar, a constituição *Gaudium et spes*², sobre a atividade e a pre-

pelo Papa Paulo VI. A revisão proposta por este Concílio estava centrada na visão da Igreja como uma congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica do Concílio anterior, que declarara a infalibilidade papal. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa rezada em vernáculo, aproximando a Igreja dos fiéis dos diferentes países. Este Concílio encontrou resistência dos setores conservadores da Igreja, defensores da hierarquia e do dogma estrito, e seus frutos foram, aos poucos, esvaziados, retornando a Igreja à estrutura rígida preconizada pelo Concílio Vaticano. O IHU promoveu, de 11 de agosto a 11-11-2005, o Ciclo de Estudos Concílio Vaticano II - marcos, trajetórias e perspectivas. Confira, também, a edição 157 da IHU On-Line, de 26-09-2005, intitulada Há lugar para a Igreja na sociedade contemporânea? *Gaudium et Spes*: 40 anos, disponível para download na página eletrônica do IHU, <http://migre.me/KtJn>. Ainda sobre o tema, a IHU On-Line produziu a edição 297, Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II, de 15-6-2009, disponível no link <http://migre.me/KtJE>, bem como a edição 401, de 03-09-2012, intitulada Concílio Vaticano II. 50 anos depois, disponível em <http://bit.ly/REokjn>. (Nota da IHU On-Line)
2 *Gaudium et Spes*: Igreja no mundo atual.

“Me preocupam um pouco os conflitos e os jogos de oposição dentro da tradição cristã”

sença pastoral da Igreja no mundo da época, ou seja, nos dias de hoje. Penso especialmente na primeira parte deste documento, a qual nos propõe uma antropologia moderna por assim dizer, mesmo que lhe faltem alguns elementos, como, por exemplo, a questão ecológica, que está muito pouco presente ou mesmo quase ausente. Esta é, então, uma deficiência do documento. Na sua segunda parte, todas as grandes questões humanas são abordadas: as relações entre homens e mulheres, a família, os problemas econômicos, políticos e culturais, a paz mundial. Trata-se, portanto, de um documento de grande atualidade, embora contenha deficiências. Em minha opinião, precisaríamos refletir mais hoje sobre as relações entre homens e mulheres e todas as teorias do gênero.

Constituição pastoral, a 4ª das Constituições do Concílio do Vaticano II. Trata fundamentalmente das relações entre a igreja e o mundo onde ela está e atua. Trata-se de um documento importante, pois significou e marcou uma virada da Igreja Católica “de dentro” (debruçada sobre si mesma), “para fora” (voltando-se para as realidades econômicas, políticas e sociais das pessoas no seu contexto). Inicialmente, ela constituía o famoso “esquema 13”, assim chamado por ser esse o lugar que ocupava na lista dos documentos estabelecida em 1964. Sofreu várias redações e muitas emendas, acabando por ser votada apenas na quarta e última sessão do Concílio. O Papa Paulo VI, no dia 7 de dezembro de 1965, promulgou esta Constituição. Formada por duas partes, constitui um todo unitário. A primeira parte é mais doutrinária, e a segunda é fundamentalmente pastoral. Sobre a *Gaudium et spes*, confira o nº 124 da IHU On-Line, de 22-11-2004, sobre os 40 anos da *Lumen Gentium*, disponível em <http://bit.ly/9IFZTk>, intitulada A igreja: 40 anos de *Lumen Gentium*. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line – Como o senhor concebe a luta hermenêutica em torno do Concílio? Como entender que este mesmo Concílio possa contribuir para embasar linhas de pensamento tão diferentes no seio da Igreja?

Christoph Theobald – Uma questão é tradicional. Logo depois de um concílio, sempre surgem conflitos, principalmente conflitos de interpretação. Portanto, não devemos dramatizar, pois penso que, de certa maneira, esses conflitos são normais. No entanto, o problema é que a interpretação do Concílio Vaticano II gerou muitas vezes falsas oposições. Por exemplo, oposição entre uma hermenêutica de continuidade e uma hermenêutica de descontinuidade. Tal oposição é errônea porque, ao longo da história, nunca existiu continuidade sem descontinuidade, nem o inverso. É assim que funciona nossa memória humana. Então, como eu disse, existem muitas falsas oposições no debate hermenêutico atual. Penso que vivemos em uma época em que se deve fazer uma leitura rigorosa do Concílio, pois ele não pode abarcar todas as hermenêuticas. Eu diria que deve ser encontrada uma linha central de interpretação que tenha como princípio fundamental, depois de 50 anos, a possibilidade de reler as coisas de outro modo.

IHU On-Line – Quais as questões não resolvidas no Concílio que foram (ou não) retomadas no laboratório pós-conciliar?

Christoph Theobald – Muitas questões foram retomadas depois do Concílio. Por exemplo, em relação à questão da feminização da presença eclesial, com todas as questões de carismas particulares e notadamente os ministérios, o Concílio é muito evasivo, não diz quase nada. Eu diria que a Igreja conciliar se mantém muito masculina: 2.400 bispos! Esta questão foi retomada entre o povo de Deus depois do Concílio e é bastante conflituosa atualmente. Uma segunda questão abordada pelo Concílio, mas que não foi levada adiante, é o pluriculturalismo, a pluralidade das culturas. Depois do Concílio, falou-se muito da pluralidade das religiões; desenvolveu-se muito isso, na assembleia realizada

em Assis e nas assembleias seguintes, mas não se trabalhou suficientemente sobre o pluriculturalismo, nem durante nem depois do Concílio. Eu defenderia uma Igreja pluripatriarcal, ou seja, Roma não deveria centralizar a resolução de todas as questões e, nos diferentes continentes, deveriam existir patriarcados culturais muito mais autônomos. A terceira questão, talvez a mais urgente, é a ecologia. O Vaticano reforça um pouco hoje a discussão sobre o assunto, mas o Concílio não fez nenhuma referência ao tema. Eu creio que a grande questão do futuro gira em torno do aumento da população, da extinção das energias fósseis e principalmente do aquecimento climático. Trata-se, a meu ver, de uma questão espiritual porque exige grandes renúncias na vida da humanidade de hoje.

IHU On-Line – Como o senhor define o status da gramática do Vaticano II e o que este Concílio tem a dizer atualmente?

Christoph Theobald – É claro que a *gramática* é um termo técnico. Na escola, a criança fala antes de aprendê-la. No entanto, a gramática é importante para aqueles e aquelas que transmitem a fé cristã. Isso significa que não se deve transmitir a fé unicamente através de fórmulas vazias e catequéticas; é preciso transmitir a gramática, ou seja, ensinar os cristãos a falarem e a agirem de modo cristão na sociedade em que vivem. Isso é decisivo no processo de trans-

“O problema é que a interpretação do Concílio Vaticano II gerou muitas vezes falsas oposições”

missão. É por esta razão que insisto na gramática.

IHU On-Line – Como o senhor concebe o silêncio de Deus na sociedade contemporânea? A crise atual no seio da Igreja pode indicar este possível silêncio?

Christoph Theobald – Digo muitas vezes que a crise se deve, em parte, à incapacidade de escutar: à incapacidade tanto de ouvir Deus falar como de ouvir os outros, uma vez que Deus fala através deles, de nos escutarmos e nos entendermos mutuamente. Então, o silêncio é a condição absoluta para que se possa escutar. Em minha opinião, é indispensável saber ficar em silêncio em nossa existência. Respondendo à pergunta sobre o silêncio de Deus, eu diria que ele pode ter duas qualidades. Por um lado, o silêncio de alguém pode assustar porque, num grupo, quando um indivíduo se cala totalmente, não se consegue saber o que ele está pensando; por outro

lado, o silêncio de Deus não é desta natureza, é o silêncio de alguém que não tem nada a acrescentar por já ter dito tudo. O amor de Deus em Cristo, a intimidade de Deus, é suficiente. Portanto, o silêncio de Deus é como se Ele escutasse o que os homens têm a dizer uns aos outros.

IHU On-Line – O senhor gostaria de acrescentar algum comentário sobre o tema?

Christoph Theobald – Prefiro me calar e respeitar o silêncio de Deus.

Leia mais...

>> **Christoph Theobald** já concedeu outra entrevista à **IHU On-Line**.

Confira:

- *Perfil* – **Christoph Theobald**. Publicada na edição número 315, de 16-11-2009, disponível em <http://bit.ly/Tvnp5p>

>> Ele também é autor da 58ª edição dos **Cadernos Teologia Pública**, intitulado “*As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo*”, disponível para download em <http://bit.ly/Un8P6J>

LEIA OS CADERNOS TEOLOGIA PÚBLICA

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Como vencer as barreiras da individualidade?

“Há um esforço de entender a alteridade, o estrangeiro, como semelhante a ser respeitado”, diz o teólogo Márcio Fabri dos Anjos

POR PATRÍCIA FACHIN

“Como nós conseguiremos vencer as barreiras da individualidade, visto que estamos muito potencializados como indivíduos? (...) Quais teorias nos ajudam a sair desse embrulho, dessa confusão?”, pergunta o teólogo Márcio Fabri dos Anjos, em entrevista concedida pessoalmente à **IHU On-Line**, quando participou do Congresso Continental de Teologia, na Unisinos. Para ele, é preciso retomar um “pensamento mais ontológico, centrado na constituição do ser”. Diante desse desafio, a Igreja também tem uma missão no sentido de “pensar o que significa a missionariedade da Teologia Moral, ou seja, uma comunidade que não é feita para si própria, mas sim feita para os outros. A Igreja não é para si mesma; por isso que o envio, a missão é fundamental na vida do cristão”. E complementa: “A Teologia Moral se vê também como missionária, mas para ser missionária, ela tem que ser Ética Teológica, não

pode ser uma imposição dos padrões que se vivem internamente para as outras pessoas”.

Márcio Fabri dos Anjos também analisa as mudanças da Igreja a partir do Concílio Vaticano II e comenta os documentos que emergiram do encontro. “Ao mexer na antropologia, o Concílio Vaticano II mexe no miolo, no núcleo da ética cristã, ou seja, e propõe ética de responsabilidade, de corresponsabilidade, porque o homem é um concriador de Deus”, constata.

Márcio Fabri dos Anjos é doutor em Teologia, é docente e pesquisador do programa de pós-graduação em Bioética do Centro Universitário São Camilo, de São Paulo, e membro da Câmara Técnica de Bioética do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. Esta entrevista foi publicada originalmente no sítio do IHU em 10-11-2012, disponível em <http://bit.ly/Zk5eW9>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual é a concepção de ser humano que emerge do Concílio Vaticano II e quais as decorrências para a antropologia e ética cristã?

Márcio Fabri dos Anjos – A concepção do humano do Concílio Vaticano II é ampla, mas tem alguns aspectos importantes, dos quais saliento o resgate do humano dentro da autonomia das pessoas. Quer dizer, esta concepção de humano dialoga muito com a autonomia e resgata a natureza da pessoa humana, e não só o homem dentro de uma ontologia pré-estabelecida. Na natureza do hu-

mano estão a inteligência, a liberdade, a densidade de sua existência em aberto; ele se torna um construtor da vida. O Concílio Vaticano II insere o humano dentro de uma teologia da Criação, em que o humano é um concriador de Deus.

Um dos textos da *Gaudium et Spes* diz que o progresso científico não é uma concorrência com Deus. Pelo contrário, é uma revelação da grandeza que Deus fez com a criação do humano. Então, isso naturalmente transmuta toda a ideia de natureza humana. Outro dado importante é o deslocamento que o Vaticano II faz do

ser humano vivendo no eixo da culpa, deslocando-o para o eixo da responsabilidade, ou seja, agora nós temos nas mãos a responsabilidade pelos destinos da história. Então, ao mexer na antropologia, o Concílio Vaticano II mexe no miolo, no núcleo da ética cristã, ou seja, e propõe ética de responsabilidade, de corresponsabilidade, porque o homem é um concriador de Deus. Então, o Concílio inspira a antropologia dentro do que nós chamamos de “Jesus homem de Deus”, que nos ensina como sermos seres humanos dentro de uma missão tão grandiosa.

IHU On-Line – Diante desse conceito de alteridade, qual o desafio para o cristianismo no sentido de se relacionar no diálogo inter-religioso?

Márcio Fabri dos Anjos – A alteridade é um princípio de Lévinas¹, é um pensamento filosófico que questiona e revisa o pensamento dos seres a partir das suas ontologias. Ele diz que as ontologias fechadas são um princípio e um mecanismo ruins para nos pensarmos, porque nesse “fechamento” nós não temos visão de ser. Nós temos que pensar de forma comunicativa, de forma de alteridade, ou seja, que nós somos para os outros – e não para nós próprios. Lévinas diz que não podemos pensar por ontologias; nós precisamos pensar por uma metafísica da alteridade, ou seja, irmos além dessa ontologia, e descobriremos no Outro a razão provocativa de sermos.

Esse é um dado importante e no cristianismo encontramos expressões de Jesus dizendo: “quem quiser guardar a vida para si irá morrer, mas quem oferecer essa vida para os outros e colocar essa abertura de partilha da vida, esse tem a vida; essa é a chave do viver”. Hoje podemos encontrar na fé cristã uma densidade muito grande de pensamento filosófico de outros setores que não se dizem, talvez, cristãos, setores nos quais, todavia, podemos encontrar o suporte da densidade de um pensamento que sustenta a razão da fé que temos.

IHU On-Line – Qual foi a relevância desse documento conciliar da *Gaudium et Spes* e como ele impulsionou o pensamento ético na Igreja pós-conciliar?

Márcio Fabri dos Anjos – Não podemos restringir a influência do

1 Emmanuel Lévinas (1906-1995): filósofo e comentarista talmúdico lituano, naturalizado francês. Foi aluno de Husserl e conheceu Heidegger, cuja obra *Ser e tempo* o influenciou muito. “A ética precede a ontologia” é uma frase que caracteriza seu pensamento. Escreveu, entre outros, *Totalidade e Infinito* (Lisboa: Edições 70, 2000). Sobre o filósofo, conferir a edição número 277 da *IHU On-Line*, de 14-10-2008, intitulada *Lévinas e a majestade do Outro*, disponível para download em <http://migre.me/Dsy6>. (Nota da *IHU On-Line*)

Vaticano II só na *Gaudium et Spes*, porque o conjunto dos documentos mudou a postura do humano. Veja bem, o primeiro documento aprovado se chama Sacrosanctum Concilium, e ele renovou a liturgia no sentido de passá-la do latim para o português, de o padre não celebrar a missa de costas para o povo etc. Então, a força ética e, ousaria até dizer, política, que está nessa mudança – porque embutido nisso está a compreensão de que nós temos de olhar face a face, de que a nossa busca é conjunta –, traduziu-se na expressão: “O senhor esteja convosco. Ele está no meio de nós”. A resposta anterior era: “Teu espírito também”. Com essa mudança, Deus está na nossa caminhada, quer dizer, mudou a postura da Igreja. Ao analisarmos outros documentos, como o *Lumen Gentium*, veremos que a categoria povo de Deus é explosiva, ou seja, nós somos um povo. Então, já não somos mais indivíduos que temos uma moralidade que será satisfatória, e pela qual nós vamos nos salvar. Nós somos um povo em caminho.

O documento *Gaudium et Spes*² é importante por dois motivos: ele oferece elementos mais específicos de fundamentos para a ética cristã, como o conceito de natureza humana – fala também da autonomia da natureza, como que nós nos relacionamos

2 *Gaudium et Spes*: Igreja no mundo atual. Constituição pastoral, a 4ª das Constituições do Concílio do Vaticano II. Trata fundamentalmente das relações entre a igreja e o mundo onde ela está e atua. Trata-se de um documento importante, pois significou e marcou uma virada da Igreja Católica “de dentro” (debruçada sobre si mesma), “para fora” (voltando-se para as realidades econômicas, políticas e sociais das pessoas no seu contexto). Inicialmente, ela constituía o famoso “esquema 13”, assim chamado por ser esse o lugar que ocupava na lista dos documentos estabelecida em 1964. Sofreu várias redações e muitas emendas, acabando por ser votada apenas na quarta e última sessão do Concílio. O Papa Paulo VI, no dia 7 de dezembro de 1965, promulgou esta Constituição. Formada por duas partes, constitui um todo unitário. A primeira parte é mais doutrinária, e a segunda é fundamentalmente pastoral. Sobre a *Gaudium et spes*, confira o nº 124 da *IHU On-Line*, de 22-11-2004, sobre os 40 anos da *Lumen Gentium*, disponível em <http://bit.ly/9lFZTk>, intitulada *A igreja: 40 anos de Lumen Gentium*. (Nota da *IHU On-Line*)

com o conjunto da vida ambiental –; e depois faz uma leitura tópica das questões de família e das relações sociais, onde exemplifica uma nova forma de fazer Teologia Moral ou Ética Teológica. Então, ele representou um crescimento muito grande.

Nos documentos do Vaticano II existe um outro que se chama *Optatum Totius*, que fala sobre a formação presbiteral. Esse documento dá diretrizes sobre como trabalhar a Teologia Moral na formação dos padres. À primeira vista, fica parecendo um pouco seletivo, corporativo. Porém, ao colocar diretrizes, ele revoluciona o estudo e vai abrir a Teologia Moral para a Ética Teológica, porque se recupera a Teologia Moral como vocação cristã, recupera-se a fundamentação da exposição científica da teologia, uma inspiração bíblica mais forte, mais presente e não mais centrada no pecado e, sim, na vocação ao amor, na responsabilidade de que esse amor seja frutuoso para a vida do mundo. Então, com isso ele planta diretrizes que são altamente revolucionárias para a forma de se pensar a Teologia Moral.

IHU On-Line – Como se deu a articulação da Teologia Moral na América Latina?

Márcio Fabri dos Anjos – A Teologia Moral na América Latina e na Igreja como um todo estava pensada por clérigos, formação presbiteral, e na sua origem está a preparação dos padres para atender confissões. Isso porque, antes, a Teologia Moral não era um tratado à parte; ela era um dos aspectos da coerência entre a fé e as práticas dos cristãos. A Teologia Moral surge como um tratado à parte após o Concílio de Trento³, como forma de preparar os padres para atenderem às confissões.

3 Concílio de Trento: realizado de 1545 a 1563, foi o 19º concílio ecumênico. Foi convocado pelo Papa Paulo III para assegurar a unidade da fé (sagrada escritura histórica) e a disciplina eclesiástica, no contexto da Reforma da Igreja Católica e a reação à divisão então vivida na Europa devido à Reforma Protestante, razão pela qual é denominado como Concílio da Contra-Reforma. (Nota da *IHU On-Line*)

Então, vamos encontrar na América Latina esse estado em que a Teologia Moral paga o tributo de preparação para os padres, muito voltada à formação da consciência individual e à detecção de pecados, tendo uma centralização muito grande na sexualidade. A evolução desse modelo começa por uma descoberta das injustiças – e do ambiente mais amplo delas – que estão num conjunto da vida social e eclesial. Medellín trouxe uma dimensão de leitura autoimplicativa de como nós, dentro da Igreja, nos vemos nas análises que fazemos. E a Teologia da Libertação⁴ vem exatamente como uma forma propositiva de fazer a busca entre a coerência da fé com as práticas. Com isso, incrivelmente a Teologia da Libertação vem fazer uma grande provocação à Teologia Moral, tanto que se critica o moralismo com que se faz esse tipo de trabalho e a condução das consciências.

A Teologia Moral passou a ser colocada diante do crivo de “mudar ou se tornar obsoleta”. Então, houve um esforço grande de mudança da Teologia Moral no sentido de transformá-la em um discurso mais coerente. Ela está pensada como uma coerência da fé para o agir dos cristãos. Já a Ética Teológica traz, pelo viés da Teologia da Libertação e também depois como resultado do próprio Vaticano II, a seguinte pergunta: “Como os cristãos podem contribuir, com a sua fé, na sociedade?”. A ética dentro da sociedade é uma realidade como a sociedade plural. Quer dizer, a ética teológica também é plural enquanto as teologias são plurais, mas a pergunta que fica não se refere a um pensamento da coerência da fé para o interior da comunidade. Trata-se, isso sim, da contribuição que este grupo de fé,

com opção preferencial pelos pobres, com meios de análise do que se passa na sociedade, pode oferecer para a própria sociedade. Isso nós chamamos de Ética Teológica. Essa interação vai ser feita naturalmente de forma, às vezes, beligerante, mas o desejo é de que seja profundamente respeitosa, sem perder a capacidade de indignação, se não ela se torna concessiva.

IHU On-Line – A partir deste texto, quais são as grandes questões éticas e morais que interpelam a Igreja por respostas?

Márcio Fabri dos Anjos – A Igreja não é a única que terá respostas. O Vaticano II diz, na *Gaudium et Spes*, que as angústias, esperanças e sofrimentos da humanidade são aquelas dos cristãos. Ou seja, nós participamos das grandes interrogações que a humanidade tem, e temos de ver como podemos contribuir para oferecer respostas a partir dos segmentos de Jesus.

No segmento de Jesus, a escolha pelo amor, o caminho do amor e da doação não reservam para si profunda compaixão com as necessidades das pessoas. Surge então a pergunta pelos pobres e como podemos levar ao mundo, a partir daí, esse fermento de transformação e essa estrela-guia para os caminhos da vida. Com esse olhar é que nós podemos chegar ao mundo e descobrir quais são as interrogações, porque aquilo que às vezes vemos como problema, outros podem estar vendo como solução, que é a situação de Paulo. Ele dizia: “Aquilo que vocês acham que é lixo, para nós é precioso; e aquilo que vocês acham precioso, para nós é lixo”. Então, nós temos uma hermenêutica que nasce de uma visão que vem de segmento. Mas o mundo é plural. Temos de oferecer e chamar a atenção, dizendo: “Olha! Aqui há um caminho”. E com isso nós oferecemos uma contribuição.

Compaixão

A pergunta que temos de fazer é: O que a compaixão nos leva a perceber? Existe uma frase de Theodor Adorno⁵ que é fantástica nesse sentido.

Diante do holocausto, do extermínio e do nazismo na segunda grande guerra, ele disse: “Deixar falar a dor é condição de toda verdade”, ou seja, hoje estamos numa necessidade de realmente não esconder as dores do mundo, as angústias que estão presentes, e os sofrimentos. Então, esse fascínio pela razão instrumental, esse fascínio pela tecnologia está nos enfeitando.

Como podemos ajudar a humanidade a perceber como o fascínio tecnológico, que nós chamamos de razão instrumental num aspecto mais amplo, tem um grande ganho, um grande avanço, mas é também uma grande arapuca? Precisamos lidar melhor com isso. Aí está uma grande gama de problemas dos quais derivam outros subsequentes, que são as formas como nós nos inter-relacionamos, ou seja, nos relacionamos com relações de dependência, de dominação, as discriminações e, ao mesmo tempo, vêm as emergências de grupos que agora ganham forças por esse sistema. Como lidamos com isso?

Embrulho

Quais teorias nos ajudam a sair desse embrulho, dessa confusão? Em primeiro lugar, há um ponto básico e fundamental que é exatamente a relação entre as ontologias, um pensamento mais ontológico, centrado na constituição do ser, da natureza, e o existencial, com a força das ciências tecnológicas. Nós damos muito mais versatilidade e densidade ao essen-

4 Teologia da Libertação: escola importante na teologia da Igreja Católica, desenvolvida depois do Concílio Vaticano II. Surge na América Latina, a partir da opção pelos pobres, e se espalha por todo o mundo. O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez é um dos primeiros que propõe esta teologia. A teologia da libertação tem um impacto decisivo em muitos países do mundo. Sobre o tema confira a edição 214 da IHU On-Line, de 02-04-2007, intitulada *Teologia da libertação*, disponível para download em <http://bit.ly/bsMG96>. (Nota da IHU On-Line)

5 Theodor Wiesengrund Adorno (1903-

1969): sociólogo, filósofo, musicólogo e compositor, definiu o perfil do pensamento alemão das últimas décadas. Adorno ficou conhecido no mundo intelectual, em todos os países, em especial pelo seu clássico *Dialética do Iluminismo*, escrito junto com Max Horkheimer, primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social, que deu origem ao movimento de idéias em filosofia e sociologia que conhecemos hoje como Escola de Frankfurt. Sobre Adorno, confira a entrevista concedida pelo filósofo Bruno Pucci à edição 386 da Revista IHU On-Line, intitulada “Ser autônomo não é apenas saber dominar bem as tecnologias”, disponível para download em <http://bit.ly/GCSKj1>. A conversa foi motivada pelo palestra *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais*, proferida por Pucci dentro da programação do Ciclo Filosofias da Intersubjetividade. (Nota da IHU On-Line)

cial, ao momento presente. Então, o que é estável? Nós perdemos a estabilidade. Como pensarmos a provisoriedade e compormos com alguma estabilidade? É uma coisa um pouco complicada, porque uma das soluções que se tem proposto é a de que tudo seja provisório. Mas não é esse o caso. Temos força, temos uma lei natural, temos a estabilidade natural.

A segunda ferramenta teórica trata do nível das relações. Quem é o Outro para nós? Essa é uma grande pergunta que não é nova. Através da história sempre tivemos de lidar com outras pessoas. A própria Bíblia lidou com essa questão na antiguidade, onde o Outro não tinha a ideia de ser humano como referência, ou seja, o Outro era o estrangeiro e se tinha de acabar com ele. Então, há um esforço de entender a alteridade, o estrangeiro, como semelhante a ser respeitado. Isso foi uma grande conquista da Bíblia. Essa concepção foi se arrastando por tanto tempo que só depois da Segunda Guerra Mundial foi elaborado o primeiro tratado internacional de respeito aos direitos humanos, em 1948. Mas uma declaração como esta não resolve todos os problemas da humanidade. Como fazer um processo de subjetivação, mas não de submissão, e sim como interiorização desses processos e torná-los realmente diretrizes de vida, estrela-guia para a nossa vida? Este é um grande desafio: como nós conseguiremos vencer as barreiras da individualidade, visto que estamos muito potencializados como indivíduos? Então, as nossas subjeti-

vidades se tornam formas isoladas e seletivas para nos relacionarmos.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algo?

Márcio Fabri dos Anjos – A Teologia Moral de Libertação deve ser pensada em duas chaves ou dois momentos diferentes. Um momento interno do grupo teológico, da comunidade cristã, onde temos que libertar a própria Teologia Moral de algumas amarras centradas na culpabilização, centradas nas formas ingênuas de entender os processos humanos. A Teologia Moral é pensada sempre a partir de uma comunidade que tem uma consciência autocrítica. Nesse sentido, é preciso se perceber dentro de uma comunidade maior que também tem o que ensinar, e de quem nós podemos aprender. Não podemos perder a identidade própria, mas também não podemos nos fechar nessa identidade. A Teologia Moral fechada em si mesma tende a profundíssimas ambiguidades e retoma aquilo que Jesus criticou para a religião de seu tempo. É preciso buscar uma metodologia capaz de garantir uma proximidade fiel ao mistério de Cristo, à superação da ingenuidade do amor, que acha que o amor não precisa de mediações históricas para ver como ele se dá e como pode ser desdobrado nos processos existenciais.

O segundo movimento consiste em pensar o que significa a missionariedade da Teologia Moral, ou seja, uma comunidade que não é feita para si própria, mas sim feita para os outros.

A Igreja não é para si mesma; por isso que o envio, a missão é fundamental na vida do cristão. A Teologia Moral se vê também como missionária, mas para ser missionária, ela tem que ser Ética Teológica, não pode ser uma imposição dos padrões que se vivem internamente para as outras pessoas. Ela tem que anunciar. As formas com as quais ela trabalha possuem outros componentes, como o da diversidade cultural e o da diversidade de referências. Então, ela precisa tomar as referências da alteridade pelo diálogo das racionalidades presentes também no Outro. Faço essa distinção garantindo a cientificidade da Teologia Moral, mas o momento do diálogo com a diversidade se torna um outro momento. A Teologia Moral tem que fazer Ética Teológica para ser missionária.

Leia mais...

Confira as seguintes edições da revista **IHU On-Line** sobre esse tema:

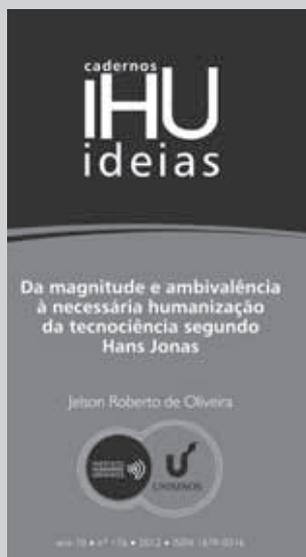
- *Igreja, Cultura e Sociedade*. Edição 403 da Revista **IHU On-Line**, de 24-09-2012, disponível em <http://bit.ly/OXjCND>
- *Congresso Continental de Teologia. Concílio Vaticano II e Teologia da Libertação em debate*. Edição 404 da Revista **IHU On-Line**, de 05-10-2012, disponível em <http://bit.ly/SSVYTO>

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Artigo da Semana

Guarani-Kaiowá: A indizível violência contra um povo

POR CESAR SANSON

Desaldeamento, intimidações, destruição de plantações, queima de barracos, humilhação, fome, doenças, perseguições, sequestros e assassinatos fazem parte da vida cotidiana da comunidade indígena Guarani-Kaiowá na região Centro-Oeste do Brasil. O silencioso, duradouro e doloroso martírio do povo Guarani-Kaiowá é o tema da

Análise de Conjuntura da Semana publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU – em 06-11-2012¹ e sintetizada no artigo de Cesar Sanson, doutor em sociologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR e docente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Eis o artigo.

Há poucas semanas a carta da comunidade² de 170 índios Guarani-Kaiowá (50 homens, 50 mulheres e 70 crianças) que vivem confinados em uma pequena área em Iguatemi/MS ecoou como um grito de desespero que ganhou as redes sociais e repercutiu internacionalmente. A carta foi interpretada como ameaça de suicídio coletivo e criou comoção.

Na carta diante da iminente ameaça de despejo da área em que se encontra, a comunidade de Pyelito Kue escreveu: “Sabemos que seremos expulsas daqui da margem do rio pela justiça, porém não vamos sair da margem do rio. Como um povo nativo/indígena histórico, decidimos meramente em ser morto coletivamente aqui (...) Solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui. Pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação/extinção total, além de enviar vários tratores para cavar um grande

buraco para jogar e enterrar os nossos corpos”.

A carta dessa comunidade de indígenas Guarani-Kaiowá configura-se como mais um capítulo da crônica de violência étnica no Mato Grosso do Sul que vem vitimando indígenas. Há um ano, a violenta, dolorosa e desumana morte do cacique Nísio Gomes dava conta dessa infundável história de atrocidades, assim como o assassinato dos professores guarani Rolindo Véra e Genivaldo Véra.

A carta-manifesto denúncia da comunidade Pyelito Kue escancarou a verdadeira guerra contra os indígenas na capital do agronegócio – o Mato Grosso do Sul. No modelo *plantation*, da soja, da cana de açúcar e das pastagens não cabem os Guarani-Kaiowá. Como afirma a pesquisadora Iara Tatiana Bonin³, os indígenas são vistos como “ervas daninhas que devem ser erradicadas dos ‘jardins do latifúndio’ para deixarem o caminho livre para os planos dos ‘jardineiros do progresso’”.

Faz tempo que os indígenas afirmam “quase não temos mais chance de sobreviver neste Brasil”. Como não lembrar a inquietante afirmação do kaiowá Guarani anastácio⁴ “aqui o boi vale mais do que uma criança guarani”? A situação dos índios no Mato Grosso do Sul já foi definida pela vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat⁵ como “a maior tragédia indígena do mundo”.

No centro do conflito está a posse da terra. Na visão etnocentrista do capital o índio é um estorvo. Com diz Eduardo Viveiros de Castro, “índio não produz, vive”, logo quem não produz não tem lugar no sistema produtivista consumista, deve ser afastado, confinado e até mesmo eliminado.

O indigenista Antonio Brand (falecido recentemente), em entrevista à Revista *IHU On-Line – Os Guarani. Palavra e Caminho*⁶ alertava para o fato de que “o assédio às terras ocupadas por povos indígenas sempre foi

1 Cf. <http://bit.ly/Sw7sx4>

2 Cf. <http://bit.ly/RhzeQG>

3 Cf. <http://bit.ly/SIFf6w>

4 Cf. <http://bit.ly/SpqmpS>

5 Cf. <http://bit.ly/WLRAh1>

6 Cf. <http://bit.ly/dyL9RT>

enorme. Terras remanescentes e ricas foram alvo de mineradoras, depois de fazendeiros para a expansão do agronegócio – soja, arroz, cana-de-açúcar, eucalipto – e da pecuária. Por fim, também de obras de infra-estrutura – como estradas ou hidrovias – e de produção de etanol, com enormes impactos ambientais e sociais. Não raro essa dinâmica exploratória contam com recursos públicos provenientes do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

“De um lado, se tem um dos estados de economia mais florescentes do País, baseado na monocultura de milho, na criação de gado e, agora, na monocultura da cana-de-açúcar entrando com muita força. E, por outro lado, muitas populações expulsas do campo, dentre elas principalmente as indígenas. Essas são as mais afetadas, pelo fato de suas terras se situarem, em geral, nas áreas mais férteis que são as de mata Atlântica, no extremo sul do estado, as terras Guarani-Kaiowá”, destaca o indigenista Egon Heck⁷. A arbitrariedade é tamanha, que segundo Heck, “o gado dispõem de 3 a 5 hectares de terra por cabeça, enquanto os índios Guarani-Kaiowá não chegam a ocupar um hectare por índio”.

O território para os Guarani reveste-se de sentidos e significados muito diferentes daqueles que motivam a ambição dos fazendeiros com a expansão do agronegócio no Mato Grosso do Sul, projeto que segue o mesmo ritmo de outras regiões do Brasil. Em geral, um guarani se refere ao seu território como “*tekoha*”. O significado desta expressão para essa etnia, de acordo com o pesquisador Bartomeu Melià⁸ está intrinsecamente presente na forma como se veem no mundo. A palavra “*teko*” significa o “modo de ser, o sistema, a cultura, a lei e os costumes”, assim, “*tekoha*” “é o lugar e o meio em que se dão as condições de possibilidade do modo de ser guarani”. Desta forma, há uma inseparabilidade entre a vida e o território que proporciona um sentido e direção, ou seja, não é possível para um guarani

se imaginar fora da relação com um território.

Guarani-Kaiowá enfrentam o agronegócio e o Estado

Contra os Guarani-Kaiowá não está apenas o agronegócio, está também a morosidade do Estado brasileiro e, sobretudo, do estado do Mato Grosso do Sul. É conhecida a postura anti-indígena do governador do Mato Grosso do Sul André Puccinelli (PMDB) que já afirmou que o “MS não é terra de índio” e que deseja integrar os índios a partir do conceito de produção, para dar a eles a verdadeira independência. Ao mesmo tempo em que há um sentimento de insegurança, desconfiança e temor com a forma como se comporta o estado local, os indígenas sentem-se também desprotegidos pelo governo federal.

Segundo a Constituição de 1988, o processo de demarcação das terras indígenas no país deveria ter sido terminado em 1993. Entretanto, as pressões políticas dos fazendeiros retardaram o processo no Mato Grosso do Sul. No final de 2007, a Funai assinou acordo com o Ministério Público Federal para apressar a demarcação e, em função disso, seis grupos de trabalho para identificação e delimitação de terras indígenas foram lançados em julho de 2008. O fato gerou forte reação dos fazendeiros do Estado e, desde 2009, uma série de episódios violentos passaram a acontecer na região.

“Os conflitos se devem, sem dúvida nenhuma, à lentidão inconcebível na demarcação das terras indígenas”, afirma o procurador da República em Ponta Porã, Thiago dos Santos Luz⁹. A ausência da demarcação tem outras consequências. As áreas onde os índios estão concentrados viraram locais de confinamento cuja expectativa de vida é semelhante à dos países mais pobres do mundo, 45 anos.

De acordo com o antropólogo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Tônico Benites¹⁰, cerca de 35 mil kaiowás-guarani vivem em 11 reservas com quase 33 mil hectares e

outros dez mil sobrevivem em acampamentos na beira de estradas ou outros locais em litígio judicial. Para efeito de comparação, a reserva Raposa Serra do Sol, demarcada em 2009, abriga 20 mil índios em 1,7 milhão de hectares. “Essas reservas [MS] se transformaram em favelas, guetos”, afirma o antropólogo Spency Pimentel¹¹, da Universidade de São Paulo - Usp. A quantidade de terras reivindicadas pelos indígenas se aproxima de um milhão de hectares, cerca de 2,8% do território de Mato Grosso do Sul. Mas o pleito enfrenta resistência do governador, André Puccinelli (PMDB), e de fazendeiros da região.

O discurso dominante propaga a ideia de que demarcações redundam “em muita terra para pouco índio”, mas não se dá conta de que com o agronegócio se tem “muita terra para pouco branco”. Apenas a garantia de espaço e direitos à terra dos povos indígenas poderá reduzir o número de conflitos e tensões que desencadeiam os casos de violência. “É fundamental que o Estado brasileiro aceite e respeite a reivindicação indígena por demarcação de terras”, afirma a antropóloga Lúcia Helena Rangel¹².

Politizar a luta dos Guarani-Kaiowá

Ao longo desse doloroso acompanhamento do sofrimento a que é submetido esse povo, duas certezas calam fundo: 1ª – A responsabilidade pela indizível violência contra os Guarani-Kaiowá é do agronegócio e do latifúndio; 2ª – A inoperância do Estado brasileiro que subordinado aos interesses do agronegócio e das forças atrasadas – latifúndio – optou pela judicialização do conflito e não empenha energias em exigir a demarcação dos territórios já definidas pela Constituição de 1988.

A indignação que agora se assiste nas redes sociais precisa se transformar em ação. Faz-se necessário que o governo aja com energia e trate a causa como prioridade. Não basta a ministra da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Maria do Rosário¹³ afirmar “lutaremos para agilizar o pro-

7 Cf. <http://bit.ly/YYYY1LP>

8 Cf. <http://bit.ly/9JOf0>

9 Cf. <http://bit.ly/ZevyRr>

10 Cf. *id. ib*

11 Cf. *id. ib*

12 Cf. <http://bit.ly/ZewiWO>

13 Cf. <http://bit.ly/SAoayw>

cesso de estudos para demarcação desse território”; não basta o ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso¹⁴, dizer que “já estamos concluindo os estudos fundiários e, em 30 dias, será formalizado o despacho de análise antropológica”. É muito pouco, é preciso uma estratégia ampla para demarcar todos os territórios indígenas. A ação do governo tem sido sempre reativa, é preciso que seja ativa.

Faz-se necessário politizar a luta dos povos indígenas. O coerente apoio à luta dos Guarani-Kaiowá pede uma posicionamento crítico ao modelo em desenvolvimento em curso. A

14 Cf. *id.ib*

agressão sistemática contra os povos indígenas e até mesmo a tentativa de eliminá-los está relacionado ao modelo agrícola concentrador de terra e produtor de *commodities* voltado para o mercado internacional. Aqui reside a contradição.

O modelo econômico vigente estimula e favorece a *plantation* de *commodities* – soja, cana – e a *commoditie* pecuária – gado. Não basta o Estado brasileiro falar no respeito às minorias, nos direitos sociais, ambientais, culturais, mas ao mesmo tempo estimular o modelo econômico de *commoditização* da economia, via BNDES, com generosos subsídios para as monoculturas da soja e cana-de-

-açúcar e para a pecuária sem exigir radicais contrapartidas e empenhar-se pela imediata demarcação dos territórios que se arrasta há décadas. Ao mesmo tempo, as alianças com os grupos políticos que apoiam a política de extermínio indígena é outro fator que retarda e impede mudanças.

O apoio à luta Guarani-Kaiowá pede uma leitura e um olhar crítico sobre o modelo econômico em curso. Essa luta se trava também no Palácio do Planalto.

Evento: IHU Ideias especial

Palestra: Concepção da Pessoa Humana no Batuque do RS

Palestrante: Prof. Dr. Norton Figueiredo Correa - PPG em Cultura e Sociedade - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Data: 27-11-2012

Horário: 17h30 às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Mais informações: <http://migre.me/bML7B>

Destques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela **IHU On-Line** no período de 06-11-2012 a 12-11-2012, disponíveis nas **Entrevistas do Dia** do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Sucumbíos: disputa entre dois modelos de Igreja

Entrevista especial com Ruth Elvira Sánchez, missionária leiga da ISAMIS, e Rosso e Silvio Cumbicus, líder de organizações populares e atua nas CEBs na paróquia Cristo Ressuscitado. É coordenador da Pastoral Social da ISAMIS. Confira nas Notícias do Dia de 06-11-2012. Acesse no link <http://bitly.com/Pjh8dq>

Os Arautos do Evangelho “iniciaram uma campanha que ainda não terminou, campanha que desejou mostrar a Igreja Comunidade, de Sucumbíos, como um pequeno grupo, tentando rotulá-la como seita”, dizem os membros da Igreja de São Miguel de Sucumbíos – ISAMIS, do Equador.

Guarani-Kaiowá. “Uma luta que já dura um século”

Entrevista especial com Marco Antônio Delfino de Almeida, procurador do Ministério Público Federal do Mato Grosso do Sul. Confira nas Notícias do Dia de 07-11-2012. Acesse no link <http://bit.ly/TvCWnQ>

Recentemente os guarani-kaiowá enviaram uma carta-protesto ao Ministério Público Federal, exigindo a demarcação de suas terras tradicionais no Mato Grosso do Sul e ameaçando cometerem suicídio coletivo. O documento gerou manifestações nas redes sociais e ecoou em Brasília. Segundo o entrevistado, “é importante que as pessoas ‘gritem virtualmente’ para que os guarani-kaiowá não morram silenciosamente como morreram nos últimos cem anos”.

Reservas indígenas são “confinamentos”

Entrevista especial com Tônico Benites, antropólogo guarani-kaiowá, doutorando pela UFRJ. Confira nas Notícias do Dia de 08-11-2012. Acesse no link <http://bit.ly/SvJRw8>

“Os indígenas guarani e kaiowá estão confinados, vigiados e sem autonomia em pequenos espaços de terra, denominados ‘reserva indígena’”, denuncia o antropólogo. “Antes da criação da ‘reserva indígena’, os guarani e kaiowá viviam de modo autônomos, saudáveis e não passavam fome nem miséria”.

MP 579: um programa de privatização pior do que o do governo FHC

Entrevista especial com Joaquim Francisco de Carvalho, engenheiro, pesquisador associado ao Instituto de Energia e Eletrotécnica da USP. Confira nas Notícias do Dia de 09-11-2012. Acesse no link <http://bit.ly/UzaErD>

“Às vezes as pessoas não estão preparadas para assumir determinados cargos relacionados ao setor. Basta ver que a Dilma, quando foi ministra de Minas e Energia, fez muita coisa errada, e tampouco pensou em investir em energia eólica ou solar”, declara o engenheiro.

Leia as entrevistas
do dia no sítio do IHU:
www.ihu.unisinos.br

Tema
de
Capa

Destques
da Semana

**IHU em
Revista**

Agenda da Semana

Eventos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU
programados para a semana de 12-11-2012 a 19-11-2012

Evento: EAD Sociedade Sustentável

De 12 de novembro a 1 de dezembro

Módulo 4 - Pensar global e agir local

Mais informações: <http://migre.me/bupKt>

Evento: IHU Ideias

Palestra: Economia da felicidade: um estudo em países da América Latina

Palestrante: Pedro Henrique de Moraes Campetti - Economista pela Unisinos

Data: 29-11-2012

Horário: 17h30 às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Mais informações: <http://migre.me/bB6zm>

Sociedade sustentável. Um debate em ambiente virtual

Gilberto Faggion explica como se desenvolve o Ciclo de Estudos em Educação a Distância (EAD) – Sociedade Sustentável, promovido pelo IHU e destaca que “se cria no espaço virtual um ambiente que não existe em lugar algum. Passa a existir ali dentro, por meio da interação. É o próprio viver, a própria existência. E dessa maneira cria novos mundos, novas ligas e novos sentires que não existem em outro meio”

POR GRAZIELA WOLFART E THAMIRIS MAGALHÃES

Qual a importância de refletir sobre as perspectivas de emergência de uma sociedade sustentável, no sentido de evidenciar a necessidade de um novo paradigma civilizacional, prospectando alternativas sustentáveis de organização social e econômica capazes de contribuir à sustentabilidade do Planeta e da sociedade? Esse é o objetivo do **Ciclo de Estudos em Educação a Distância (EAD) – Sociedade Sustentável**, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU desde 2010 e que está atualmente na sua quarta edição.

Para entender um pouco mais sobre os temas abordados em cada módulo do curso e como funciona a dinâmica da modalidade do ensino à distância por intermédio do ambiente virtual, a **IHU On-Line** entrevistou pessoalmente o coordenador do curso, professor Gilberto Faggion, que leciona na Unidade de Ciências Econômicas da Unisinos

e integra o grupo de colaboradores do IHU onde coordena um dos eixos temáticos descrito como “Sociedade sustentável”¹. Ele explica que uma das potencialidades da modalidade de ensino à distância é a criação coletiva. “De alguma maneira, o EAD possibilita a criação, o desenvolvimento de novas possibilidades de vida, novos modos de vida, novas percepções, que não existiriam se não tivesse esse instrumento funcionando”.

Gilberto Antonio Faggion é graduado em Comércio Exterior e Administração de Empresas, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e mestre em Administração, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente, é professor da Unisinos e trabalha no Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

Mais informações sobre o curso podem ser obtidas em <http://bit.ly/NWRJVC>

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Há quanto tempo se realiza o Curso em EAD Sociedade Sustentável? Como ele surgiu?

Gilberto Faggion – O curso de educação à distância aqui no Instituto Humanitas Unisinos – IHU surgiu em 2006-2007, quando se transformou um ciclo (Repensando os Clássicos da Economia), que era apenas presencial, no formato em EAD. Tivemos várias edições pelo meio virtual e foi muito interessante. A partir de 2010, além

deste, se começou um ciclo de estudos em EAD sobre Sociedade Sustentável. O atual já está na quarta edição, sendo que a primeira foi em 2010. Ele surge basicamente com o objetivo de ir além da fronteira física do IHU. Temos pessoas participantes de vários locais do país e até de fora dele.

IHU On-Line – Que tipo de material você utiliza nos módulos do curso?

Gilberto Faggion – O curso tem cinco módulos e o material principal que utilizamos vem do próprio sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU

(www.ihu.unisinos.br). Nesta página, buscamos notícias e artigos que são traduzidos, entrevistas feitas pelo sítio e pela revista do IHU, matérias capturadas de jornais, etc. Algum complemento vem do YouTube, no sentido de divulgar vídeos sobre Serge Latouche²

² **Serge Latouche**: economista, sociólogo e antropólogo, professor na Universidade de Paris-Sul e presidente da Associação Linha do Horizonte. É autor de, entre outros, *Les Dangers du marché planétaire* (Os perigos do mercado planetário. Paris: Editora Presses de Sciences, 1998). Latouche concedeu uma entrevista à IHU On-Line n.º 100, de 10-05-2004, Como salvar o planeta e a humanidade?

¹ Conferir o documento “Gênese Missão e Rotas”, disponível em <http://bit.ly/SZJbmE> (Nota da IHU On-Line)

ou André Gorz³, por exemplo, onde eles estejam falando, para ilustrar melhor os temas. Ao lado da questão do material, há a técnica. Basicamente, o que se busca aqui é fornecer um ou dois textos básicos, alguma matéria e, a partir disso, se faz um fórum virtual. Nesse fórum é onde se propicia o debate. O mais importante nesse debate é que a pessoa possa expressar o que entende, o que ela consegue perceber daquilo no seu dia a dia, o quanto perto, o quanto longe, se faz sentido, se não faz. Então, todo esse material cumprirá seu papel se conseguir estimular a reflexão. Além disso, utilizamos textos produzidos pelos próprios autores publicados nos **Cadernos IHU ideias** como subsídios. Temos também leituras complementares, formando uma longa lista de materiais disponíveis no sítio do IHU.

IHU On-Line – Quais os limites da modalidade de ensino à distância?

Gilberto Faggion – O principal limite é o fato de não estarmos fisicamente no mesmo local. O fato de não estarmos em uma mesma sala pode, às vezes, interferir. Ou o fato de uma pessoa estar disponível e a outra somente em outro horário. Até fazer um chat, que é algo síncrono, na mesma hora, torna-se difícil. O que funciona muito melhor é a atividade assíncrona. Nós colocamos os textos, os assuntos, criamos o fórum e, ao longo de uma semana, as pessoas vão debatendo. Apesar de ser algo online, não significa que vai ser instantâneo. Outro limite do EAD é que tudo vai precisar estar produzido dentro do espaço virtual. Às vezes, no presencial, podemos usar muito mais a imaginação, via fala ou algo que se escreve no quadro. No EAD é preciso que tudo esteja pronto, elaborado, previamente planejado, calculado exatamente o tempo que vai levar – com margens de erro. Então, os limitantes estão totalmente ligados à operacionalidade. Se não se planeja muito claramente o que vai ser, para que finalidade e aonde se quer chegar, corre-se o risco de não conseguir dar conta. Às vezes se quer debater um assunto, mas não há material suficiente. O último limite envolve uma questão individual, que depende de cada um. A aula só ocorre se o aluno/participante faz o que precisa ser feito. Do contrário, a aula não ocorreu. Diferentemente de uma aula presencial, em que às vezes o participante está meio desligado, não está com muita vontade naquele dia, e de algum jeito a aula acontece igualmente. No EAD, não. Tudo já está pronto, há uma série de atividades a fazer e depende da pessoa conseguir um tempo, se organizar, planejar e fazer tudo em quatro ou cinco horas, de forma assíncrona, ao longo de uma semana. Só que às vezes a pessoa se atrasa em cinco horas em uma semana e na semana seguinte já sente o peso das cinco horas anteriores que não fez e, eventualmente, depois de três semanas, ela já precise de 15 horas, o que exige mais do que um dia à disposição para isso, levando facilmente à desistência. Orientamos sempre que é possível recuperar, mas na ideia do imediatismo alguns querem recuperar

em meia hora o que eram cinco horas na outra semana. Então começa a ficar complicado quando a pessoa quer resolver as últimas quatro semanas de atividade em um sábado à tarde. Aí, a qualidade fica duvidosa.

IHU On-Line – E as potencialidades?

Gilberto Faggion – Se a pessoa planeja, se organiza, e consegue manter uma disciplina mínima de frequência às aulas, ela tende a ter uma aprendizagem mais profunda, mais intensa, onde realmente lê e escreve. O sujeito não vai apenas estar como ouvinte. A potencialidade é justamente essa, de aproveitar, ao máximo, capacidades que a pessoa tem, como ler, escrever, o que ela reflete a partir de uma imagem, de um som, e concretizar isso. Porque se não escrever para expressar o que percebeu é como se ela não estivesse presente. A outra potencialidade é justamente o oposto do limite que apontei antes. A pessoa pode fazer as atividades do lugar em que estiver, de longe, de muito longe, na hora em que quiser, do jeito que quiser, no ambiente da sua casa, do seu trabalho, dividir uma aula que seria de cinco horas em várias meia-horas ao longo de uma semana, dar mais ênfase e ritmo ao que considera mais importante naquele momento. Outra potencialidade é que pessoas que fisicamente não conseguiriam se reunir conseguem fazê-lo por meio do EAD. Também destaco aqui que o computador e a conexão têm momentos em que deixam de ser meros instrumentos e ferramentas de aprendizagem para passar a ser um ambiente de aprendizagem. Cria-se no espaço virtual um ambiente que não existe em lugar algum. Passa a existir ali dentro, por meio desta interação. É o próprio viver, a própria existência. E dessa maneira cria novos mundos, novas ligas e novos sentires que não existem em outro meio.

Outra potencialidade que ainda tem muito caminho a percorrer é a criação coletiva. A tendência atual é a do “cada um faz o seu”. Mas a experiência do texto coletivo é muito interessante, pois traz para o mesmo artigo diferentes olhares, por mais desafiador que isso possa parecer. Num primeiro momento pode parecer um grande caos, mas se isso é relido depois, retomado e “reolhado”, percebem-se diferentes

Decrescimento ou desenvolvimento sustentável?, disponível para download em <http://bit.ly/n1Zh6T>. Confira, também, a edição nº 56 dos Cadernos IHU ideias, intitulado O decrescimento como condição de uma sociedade convivial, disponível para download em <http://bit.ly/qGBHiJ>. Latouche foi conferencista do evento Ciclo de Palestras: Economia de Baixo Carbono. Limites e Possibilidades, de 22 a 25-11-2011, na Unisinos. Confira a programação completa em <http://migre.me/69uxi>. Confira ainda, as seguintes publicações de Latouche no IHU: Cadernos IHU ideias 164, intitulado Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?; Precisamos ultrapassar a economia e sair dela. Entrevista especial com Serge Latouche, disponível em <http://bit.ly/vt9QHJ>. (Nota da IHU On-Line)

3 **André Gorz** (1923-2007): filósofo austríaco. Escreveu inúmeros livros, vários deles traduzidos para o português, entre eles *Adeus ao proletariado* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982), *Metamorfoses do trabalho. Crítica da razão econômica* (São Paulo: Annablume, 2003) e *Misérias do Presente, Riqueza do Possível* (São Paulo: Annablume, 2004). Realizamos uma entrevista com André Gorz, publicada parcialmente na 129ª edição da revista IHU On-Line, de 02-01-2005, e na íntegra no número 31 dos Cadernos IHU Ideias, com o título *A crise e o êxodo da sociedade salarial*, disponível para download em <http://migre.me/BizH>. Sobre André Gorz também pode ser lido o texto *Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz*, de autoria de André Langer, pesquisador do Cepat. O texto está publicado nos Cadernos IHU n.º 5, de 2004, disponível para download em <http://migre.me/BiAl>. O site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU deu ampla repercussão à morte de Gorz. Para acessar o material, acesse as Notícias do Dia 26-09-2007. (Nota da IHU On-Line)

olhares e percepções sob um mesmo ponto, sendo que em um espaço presencial se favorece a tendência da concordância. No virtual, parece que a discordância fica mais fácil de acontecer. Junto disso vem outra questão: assuntos, termos, palavras que não seriam ditas presencialmente, pois as pessoas jamais teriam coragem de levantar, dizer e expressar, no virtual podem ser ditas. E isso pode enriquecer muito o debate. De alguma maneira, o EAD possibilita a criação, o desenvolvimento de novas possibilidades de vida, novos modos de vida, novas percepções, que não existiriam se não tivesse esse instrumento funcionando.

IHU On-Line – O que foi trabalhado especificamente no módulo Por um novo paradigma civilizacional? Como surgiu a ideia deste tema?

Gilberto Faggion – Em relação a este tema foram trabalhados autores que apresentam novas propostas. Este tema surge em função de após termos visto no módulo 1 qual era o estado atual da crise civilizacional, ou seja, em que momento nos encontramos, e ter levantado as várias evidências de crise e percebido que essa crise é múltipla, que não há uma única solução; e mais especificamente no módulo 2 termos visto a questão energética do mundo contemporâneo, onde se percebe haver uma série de alternativas energéticas, mas a civilização e as decisões políticas continuam a enfatizar algumas que não são as mais sustentáveis; e no módulo 3 surge a ideia de apresentar aos participantes algumas possibilidades de se repensar um novo paradigma de civilização. Inicialmente elencamos uma série de autores que representam, na nossa visão, propostas para um novo paradigma civilizacional. O primeiro deles é Serge Latouche, que traz a ideia do decrescimento ou acrescimento como condição essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais convivial, onde não tivesse esse mito, essa busca implacável pelo crescimento sem fim. O objetivo é contrapor a ideia de crescimento, sem dizer que se quer decrescer. Em um segundo momento se estudou Ivan Illich⁴, um

4 **Ivan Illich** (1926-2002): pensador e autor de uma série de críticas às instituições da cultura moderna, escreveu sobre educação, medicina,

pensador bastante radical e inovador e nele se analisou o paradigma da convivialidade, como uma saída para a crise civilizacional. Na terceira semana do módulo 3 estudamos Gilberto Dupas, brasileiro, que traz a questão do mito do progresso e a capacidade crítica. Então, questionou-se e se debateu sobre a lógica dominante e seus limites. Na quarta semana do módulo 3 estudamos um pouco melhor as ideias de Andre Gorz, como a proposta que ele faz do fim do trabalho assalariado, de superar a sociedade salarial, pensando em como poderia ser organizada a vida cotidiana e como poderia ser o trabalho. Na sequência, enfatizamos dois autores: Jean-Pierre Dupuy e Patrick Viveret, em função da ideia de levantar a questão do que seria a sustentabilidade, como seriam as gerações futuras e as ações que temos hoje, além da própria ideia da economia da gratuidade como uma alternativa dentro dessa crise civilizacional. E na sexta semana do módulo 3 encerramos propondo um novo paradigma civilizacional a partir das ideias de Edgar Morin, tentando ver a possibilidade de se desenvolver uma política de civilização que considere o planeta, o humano e todas as suas inter-relações em primeiro lugar.

IHU On-Line – E em relação ao módulo Pensar global e agir local, o que será analisado? Pensando em quê este tema foi proposto?

Gilberto Faggion – Após ter levantado a questão dos vários paradigmas possíveis que se poderia assumir e levar adiante, começamos a pensar no que pode ser feito. E daí vem a ideia de que é importante pensar global, mas agir a partir do local onde estamos e das ações que temos como fazer. Esse módulo faz com que as pessoas repensem sua pegada ecológica,

se questionem sobre quantos planetas precisamos para viver, repensem seus hábitos de consumo, e como são os movimentos que estão surgindo nesse sentido, etc. Então, nesse módulo, dividido em três partes, procura-se levantar questões do ponto de vista local. E se procura aprender com as ideias de outros povos, como, por exemplo, a proposta indígena aymara (da Bolívia), do bem-viver⁵. O importante é pensar em pequenos gestos concretos que posso fazer na minha casa, na minha cidade, na minha comunidade, no meu trabalho, que possam fazer alguma diferença nesse sentido. E isso tudo dentro da ideia de também melhorar a consciência de cada um e sua percepção em relação a nossos atos, nosso consumo, como utilizamos e descartamos os itens. Todas as ideias enfatizam a proposta de uma sociedade mais sustentável. Logo após esse módulo, o quinto encerra o curso com o título “Por uma ecologia da ação”. Aqui é retomada a ideia de Edgar Morin do pensamento complexo e da ecologia da ação. Enfatizamos a própria questão do conceito de metamorfose em Morin, a partir do qual não basta apenas haver mudanças nas estruturas externas; é necessário também haver uma metamorfose a partir de cada indivíduo. E para terminar – por que não? – pensa-se na própria espiritualidade, em uma melhor relação com o planeta, com a conexão que se tem com o ele, com os seres, com tudo o que o envolve. E aqui citamos São Francisco de Assis⁶, a partir da ideia de uma ecologia exterior, mas que tem também uma ecologia interior, em que todos os seres vivos devem manter entre si o mínimo respeito para conviver em um planeta, que é o único que temos.

5 Sobre o tema, leia a edição número 340 da IHU On-Line, de 23-08-2010, intitulada “Sumak Kawsay, Suma Qamana, Teko Pora. O Bem-Viver”, disponível em <http://bit.ly/cZxLYo> (Nota da IHU On-Line)

6 **São Francisco de Assis** (1181-1226): frade católico, fundador da “Ordem dos Frades Menores”, mais conhecidos como Franciscanos. Foi canonizado em 1228 pela Igreja Católica. Por seu apreço à natureza, é mundialmente conhecido como o santo patrono dos animais e do meio ambiente. Sobre Francisco de Assis confira a edição 238 da IHU On-Line, de 01-10-2007, intitulada Francisco. O santo, disponível para download em <http://migre.me/61MbS>. (Nota da IHU On-Line)

trabalho, energia, ecologia e gênero. Sobre ele, leia a revista IHU On-Line número 46, de 09-12-2002, intitulada Ivan Illich, pensador radical e inovador, disponível para download no link <http://bit.ly/umtTfi>. Confira, ainda, a nota A “boa nova” de Ivan Illich, que dá a cobertura da palestra A atualidade da obra de Ivan Illich, proferida pelo filósofo e economista Serge Latouche em 24-11-2011, dentro da programação do Ciclo de Palestras: Economia de Baixo Carbono. Limites e Possibilidades. O material está disponível em <http://bit.ly/vwWXwB>. (Nota da IHU On-Line)

ACESSE AS REDES SOCIAIS DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU

FACEBOOK



BLOG



TWITTER



IHU Repórter

Marcelio Adriano Diogo

POR THAMIRIS MAGALHÃES

“Vibro com a matemática agora, com a minha profissão atualmente, como eu vibrava quando eu tinha 22 anos”, confessa o professor de Matemática da Unisinos, Marcelio Adriano Diogo. Em entrevista concedida pessoalmente à **IHU On-Line**, o docente afirma que lecionar tanto para adultos quanto para adolescentes é prazeroso. “Poder interagir com a gurizada,

com o jovem, no geral, é sensacional. Gratifica o professor essa interação com o aluno, porque estamos lidando com sonhos.” Trabalhando há seis anos na Unisinos, a aspiração de Marcelio, que será pai ano no que vem, é de que o Brasil fosse mais honesto. “Mas é um sonho distante.” Conheça um pouco mais sua história de vida.

Origem – Nasci no dia 25 de julho de 1974, em Gravataí, mas vim para São Leopoldo com um ano e meio. Atualmente, continuo morando em São Leopoldo, a partir de janeiro com minha noiva e nosso primeiro filho que chega em abril. Então, sou praticamente capitã quase que a vida toda. Meus pais são originais de Gravataí. Mas, há uns 36 anos vieram fazer suas vidas aqui. Mas, meus avós são do interior de Gravataí. Tenho uma irmã, mais nova, a Márcia, e três sobrinhos.

Curiosidade - Meu nome é incomum, por um erro na certidão, acabou ficando assim. Mas em casa, todos me chamam de Marcelo. No trabalho, sim, chamam-me Marcelio. Se alguém me liga, por exemplo, digo que quem está falando é o Marcelo ou Marcelio.

Formação – Fiz o ensino médio aqui em São Leopoldo, no conheci-

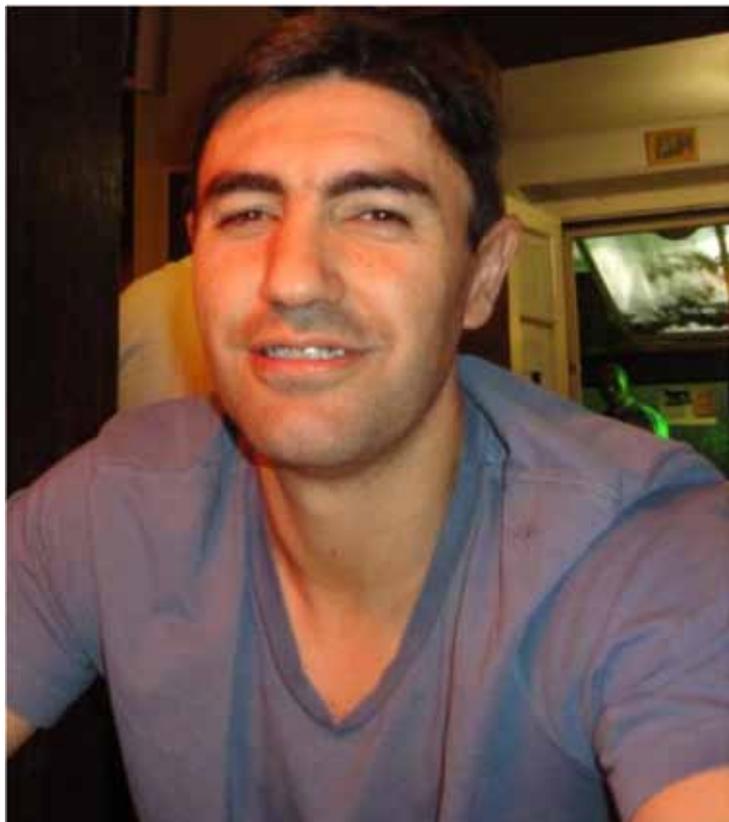
do “Pedrinho”. Depois, realizei curso técnico de Química no Liberato. Posteriormente, comecei a faculdade em Matemática na Unisinos, em 1994. Terminei o curso técnico em 1995. Então, durante algum tempo, fazia concomitantemente os dois cursos. Em 2000, formei-me por esta Universidade. De 1997 em diante, já lecionava. Então, de 1997 até 2000 trabalhei como contratado emergencial pelo Estado. Em 2000 ainda, um semestre antes de me formar, comecei a trabalhar no colégio Sinodal, aqui em São Leopoldo. Desta data até 2005, só dava aula. Atualmente, além da Unisinos, continuo lecionando no Sinodal para os alunos do Ensino Médio.

Curso - Além do colégio, fiquei dois anos trabalhando como técnico em Química, após me formar no Liberato, mas foi por um período muito curto. Eu tinha uma ideia clara de que eu queria mesmo era ser

professor e o curso de Química apenas me daria condições de custear a faculdade mais tarde.

Mestrado e Ingresso na Unisinos - Em 2005, comecei o mestrado em Ensino de Matemática na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – e em 2007, pouco tempo antes de terminar o curso, surgiu a oportunidade de vir para a Unisinos, pois uma professora ia entrar em licença maternidade e teria que ser substituída. Então, o universo conspirou para que eu ficasse aqui. Fiquei um ano e meio nessas condições e depois a Universidade cresceu muito, o curso de Engenharia principalmente. Houve a necessidade de mais professores mesmo e eu, como já estava ali, permaneci. Assim, estou nesta instituição há seis anos.

Prazer - Estou dentro do que gosto muito de fazer. Então, o tra-



balho, quando tu te identificas, não fica extenuante, mesmo com uma carga horária elevada como a minha. Claro que tem o momento de corrigir prova, preparar aula ou elaborar provas. Isso toma tempo. E muitas vezes o fim de semana. Mas, é difícil ter um professor que tenha o final de semana livre. Isso é inerente a esta profissão.

Lazer – Gosto muito de filme. Se tem algum passando, fico grudado. O único gênero que não gosto é musical. De resto, curto tudo. Sou muito eclético para filmes. Além disso, ainda gosto de jogar vídeo game, esse é meu hobby. Mas, o meu lazer principal é ver filmes, ou em casa ou no cinema.

Filme – Curto muito *Gênio Indomável* e *Invictus*, que saiu recentemente sobre a história de Mandela. O último que vi no cinema foi o francês *Intocáveis*, que achei sensacional, não à toa metade da França ter ido ao cinema assistir.

“Vibro com a matemática agora como eu vibrava quando tinha 22 anos”

Livro – Curti muito *O Andar do bêbado*, um livro de matemática que trata das probabilidades e do acaso na vida das pessoas, de como isso acontece e como tiramos conclusões, muitas vezes, precipitadas ou erradas acerca da probabilidade.

Religião – Sou católico não praticante, mas acredito muito na espiritualidade que é uma forma de dar mais sentido à vida que vivemos.

Sonho - Que o Brasil fosse mais honesto. Mas perdi a expectativa que isso ocorra no percurso dessa vida. Existem alguns exemplos que nos deixam mais contentes. Mas, meu sonho seria esse: que as pessoas fossem, no geral, mais honestas. Que não tentassem levar vantagem em tudo. Mas é um sonho distante.

Unisinos - A possibilidade de estar trabalhando aqui é um sonho realizado, até porque me formei nesta instituição e não tinha nenhuma expectativa de retornar. Não estava no meu horizonte visível. A vida acabou me trazendo. Hoje, sou colega de professores que me deram aula. E isso é muito gratificante. Tem gente aqui que admiro do tempo que era estudante.

Autodefinição – Profissionalmente falando, vibro com a matemática agora, com a minha profissão atualmente, como eu vibrava quando eu tinha 22 anos. Poder interagir com a gurizada, com o jovem, no geral, é sensacional. Gratifica o professor essa interação com o aluno, tanto no Ensino Médio quanto no início da faculdade, porque estamos lidando com sonhos. O professor tem a possibilidade de ajudar a construir o sonho das pessoas.

A pessoa humana no batuque

Acontece no próximo dia 27 de novembro a palestra “Concepção da pessoa humana no Batuque do RS”. O tema será abordado pelo Prof. Dr. Norton Figueiredo Correa, do PPG em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). A palestra será realizada das 17h30min às 19h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU. Saiba mais em <http://bit.ly/SR1z03>.



Economia da felicidade

No próximo dia 29 de novembro, o economista formado pela Unisinos, Pedro Henrique de Moraes Campetti, apresentará o tema “Economia da felicidade: um estudo em países da América Latina”, em mais uma edição do evento IHU Ideias. A atividade acontece das 17h30min às 19h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU. Mais informações em <http://bit.ly/RMFcHn>.

Um caminho de educação para a paz, segundo Rousseau



Acaba de ser publicada a 179ª edição dos Cadernos IHU ideias. O artigo, intitulado “Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau”, é de autoria de Mateus Boldori (bacharel em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul – UCS) e Paulo César Nodari (professor do PPG em Filosofia na UCS) e apresenta o pensamento de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778),

sob a perspectiva da educação para a paz.

Os Cadernos IHU ideias podem ser adquiridos na Livraria Cultural, no campus da Unisinos ou pelo endereço livrariaculturalsle@terra.com.br. Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (51) 3590 4888.

A versão completa desta edição estará disponível no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) a partir do próximo dia 23 de novembro para download em formato PDF.